

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Letícia Fátima de Azevedo

**A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A
DINÂMICA DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO PAMPA
BRASILEIRO E URUGUAIO**

**Santa Maria, RS
2018**

Letícia Fátima de Azevedo

**A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A DINÂMICA
DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO PAMPA
BRASILEIRO E URUGUAIO**

Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

**Santa Maria, RS
2018**

Azevedo, Leticia Fátima de
A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A
DINÂMICA DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO PAMPA
BRASILEIRO E URUGUAIO / Leticia Fátima de Azevedo.- 2018.
135 p.; 30 cm

Orientador: Clayton Hillig
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2018

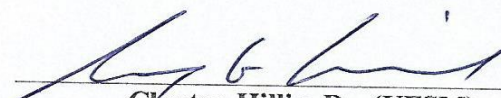
1. Biodiversidade 2. Bioma Pampa 3. Conservação 4.
Pecuária familiar 5. Tradição I. Hillig, Clayton II.
Título.

Leticia Fátima de Azevedo

**A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A
DINÂMICA DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO
PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO**

Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

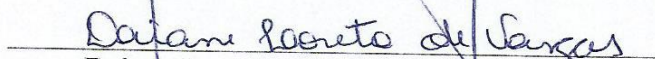
Aprovado em 02 de março de 2018:



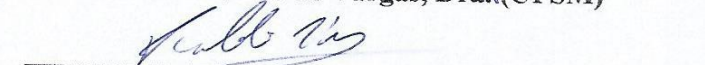
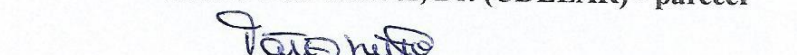
Clayton Hillig, Dr. (UFSM)
(Presidente/orientador)



José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)



Daiane Loreto de Vargas, Dra. (UFSM)


Pablo Leandro Díaz Estévez, Dr. (UDELAR) - parecer
Tatiane Almeida Netto, Dra. (Prefeitura Municipal de Itaara)

Santa Maria, RS
2018

AGRADEÇO...

À Deus, pelas bênçãos e por sempre estar comigo, me iluminando e protegendo.

Aos meus pais David e Lenice por acreditarem em mim deixando que eu trilhasse o caminho que escolhi. Essa tese dedico à vocês.

Às minhas irmãs Vanessa e Daviane (extensivo aos cunhados) e irmão Leonardo pelo incentivo, amizade e afeto.

Ao Rafael, meu noivo, no qual dividimos nossas alegrias e tristezas há 11 anos, pelo amor e apoio. Aos seus pais, Seu Fernando e Dona Vera e à cunhada Fernanda e sua família pelo incentivo e pela doação para comigo.

Ao orientador e amigo, professor Clayton Hillig, pessoa ímpar, de enorme humildade e que sabe valorizar o aluno e avaliar de diferentes maneiras que não a tradicional, qualidades difíceis de encontrar no mundo acadêmico atualmente. Agradeço pela confiança que sempre teve em mim.

Aos professores e colegas do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – PPGExR, pelo aprendizado e troca de conhecimentos. Um agradecimento bem especial às amigas Tatiane Netto e Letícia Vargas que desde o mestrado compartilharam comigo as mesmas sensações da vida acadêmica de um pós graduando.

Aos membros da banca examinadora por aceitarem contribuir na construção da tese.

À professora, amiga, “mãe” Luciana Pötter, pelo convívio durante minha morada em Santa Maria, pelos conselhos e pelo carinho. Tenho enorme admiração por ti.

Ao Leonardo Oliveira dos Santos, chefe do Escritório Municipal da Emater/RS de Rosário do Sul, pela disponibilidade e apoio a campo em Rosário do Sul.

Ao Rafael Carriquiry, do Instituto Plan Agropecuário, pela disponibilidade e apoio a campo em Rivera.

Aos pecuaristas familiares de Rivera e Rosário do Sul pela paciência, por colaborarem e dedicarem um tempo para uma “conversa informal” cheia de informações importantíssimas que deram aporte e hoje são os resultados dessa tese.

Vocês são exemplo de resistência e perseverança no Pampa.

Aos professores Pablo Díaz (orientador), Rodolfo Franco e Ana Rodríguez do Núcleo de Estudios Rurales – NER, que me abraçaram no período de doutorado sanduíche no Uruguai, mais especificamente na Universidad de la Republica – UDELAR Tacuarembó. Meu eterno agradecimento pelo acolhimento, pela amizade e pelos conhecimentos partilhados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche por quatro meses e do doutorado no Brasil durante três anos.

À Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, por ser minha “casa acadêmica” desde a graduação.

À todos que me auxiliaram nesse período e que contribuíram para a construção da tese.

Meu muito obrigado de coração!!!

*“É triste pensar que a natureza
fala e o que o gênero humano
não a ouve” (Victor Hugo).*

RESUMO

A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A DINÂMICA DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO

AUTORA: Letícia Fátima de Azevedo

ORIENTADOR: Clayton Hillig

Uma nova dinâmica econômica faz emergir um cenário no Pampa brasileiro e uruguaio, um rural sem produtores, tomado por produtos do agronegócio (soja ou florestamento nesse caso). Um rural onde a paisagem perdeu sua essência única e heterogênea, dando espaço para a homogeneização. Um rural com a maximização dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Um rural com perda da biodiversidade local. Um rural que diversas comunidades locais deixaram de existir. Um rural em que há disputa de território: território do agronegócio x território da agricultura/pecuária familiar. Contudo, não podemos generalizar e devemos perceber que embora ocorram disputas pelo território, no rural ainda existem aqueles que resistem ao meio dessas mudanças, e aqui a figura central são os pecuaristas familiares que continuam nos seus espaços, persistentes, porém, rodeados pelo florestamento. Sendo assim, buscou-se responder, quais os principais fatores de resistência que os sujeitos do Pampa brasileiro e uruguaio apresentam frente à expansão da monocultura de árvores; e as implicações do avanço desses cultivos na pecuária familiar? Objetivando compreender os principais fatores de resistência de pecuaristas familiares frente à dinâmica de expansão do florestamento no Pampa brasileiro e uruguaio, bem como, as implicações do avanço desses cultivos na pecuária familiar. Para tanto, a pesquisa considerada de base qualitativa e descritiva foi realizada em quatro etapas: a primeira consistiu na pesquisa bibliográfica, para fins de construir a base teórica, possibilitando a compreensão das temáticas em questão. A segunda etapa foi a realização de um levantamento fisiográfico das áreas de expansão do florestamento no Pampa brasileiro (Rosário do Sul) e uruguaio (Rivera) e da ocorrência de propriedades de pecuária familiar próximas a essas áreas. Nesta etapa ocorreu simultaneamente a pesquisa bibliográfica e coleta de dados secundários. A terceira etapa foi a pesquisa de campo, com amostragem por saturação e intencional (não probabilística), totalizando 11 propriedades de pecuária familiar (6 brasileiras e 5 uruguaias). E, a última etapa aconteceu com a interpretação dos dados (análise de conteúdo temática). Evidenciou-se que os fatores de resistência estão atrelados às raízes agrárias, a tradição familiar, ao apego à terra, ao modo de vida, à subsistência, à sucessão, ao gosto e prazer pela atividade campeira, à fauna, à flora e o campo, à liberdade, à natureza e à exaltação da beleza cênica. As implicações citadas são de natureza ambiental, socioeconômica e cultural. Constatou-se que a resistência dos pecuaristas familiares do Pampa brasileiro e uruguaio de manterem seu modo de vida, mesmo diante dos impactos da expansão do florestamento nos seus sistemas produtivos são cunhados por motivos não econômicos.

Palavras-chaves: Biodiversidade. Bioma Pampa. Conservação. Pecuária familiar. Tradição.

ABSTRACT

A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A DINÂMICA DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO

AUTHOR: Letícia Fátima de Azevedo

ADVISOR: Clayton Hillig

A new economic dynamic gives rise to a scenario in the Brazilian and Uruguayan Pampa, a rural without producers, taken by agribusiness products (soybean or forestry in this case). A rural where the landscape has lost its unique and heterogeneous essence, giving room for homogenization. A rural with the maximization of environmental, social, cultural and economic impacts. A rural with loss of local biodiversity. A rural that many local communities have ceased to exist. A rural in which there is territorial dispute: agribusiness territory x territory of agriculture/family farming. However, we can not generalize and we must realize that although there are disputes over the territory, in the rural there are still those who resist the middle of these changes, and here the central figure are the family ranchers who remain in their spaces, persistent, but surrounded by forestry. Thus, we tried to answer, what are the main factors of resistance that the subjects of the Brazilian and Uruguayan Pampa present in front of the expansion of the monoculture of trees; and the implications of the advance of these crops on family farming? Aiming to understand the main factors of resistance of family farming in front of the dynamics of expansion of the Brazilian and Uruguayan Pampa, as well as the implications of the advance of these crops in the family farmer. In order to do so, the qualitative and descriptive research was carried out in four stages: the first consisted of bibliographical research, in order to build the theoretical basis, allowing the understanding of the themes in question. The second stage was to perform a physical survey of the areas of expansion of forestry of the Brazilian Pampa (Rosário do Sul) and Uruguayan (Rivera) and the occurrence of family farming near these areas. At the same time, the bibliographical research and the collection of secondary data were carried out. The third step was the field survey, with saturation sampling and intentional (non-probabilistic), totaling 11 family farming (6 Brazilian and 5 Uruguayan). And, the last step happened with the data interpretation (thematic content analysis). It was evidenced that the resistance factors are linked to the agrarian roots, the family tradition, the attachment to the land, the way of life, the subsistence, the succession, the taste and pleasure for the activity champion, the fauna, the flora and the field, freedom, nature and the exaltation of scenic beauty. The implications cited are of an environmental, socioeconomic and cultural nature. It was verified that the resistance of the Brazilian and Uruguayan Pampa family farming to maintain their way of life, even in the face of the impacts of the expansion of forestry in their productive systems, are coined for non-economic reasons.

Keywords: Biodiversity. Pampa Biome. Conservation. Family farming. Tradition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Charge crítica acerca da monocultura de árvores exóticas no Pampa.	19
Figura 2 - Esquema representativo da tese.....	22
Figura 3 - Formas inter-relacionadas de resistência.....	35
Figura 4 - Delimitação do Bioma Pampa, com destaque para Rosário do Sul e Uruguai.....	39
Figura 5 - Distribuição espacial da supressão do Bioma Pampa até 2009.....	42
Figura 6 - Localização das florestas plantadas no Brasil (2016).....	46
Figura 7 - Distribuição espacial das florestas plantadas por municípios, com destaque para Rosário do Sul.....	48
Figura 8 - Porcentagem da superfície de florestamento no Uruguai, ano de 2000 e 2011, com destaque para Rivera.....	49
Figura 9 - Evolução espacial da área de florestamento no Rio Grande do Sul e Uruguai, com destaque para o município de Rosário do Sul e o Departamento de Rivera.....	63
Figura 10 - Localização do município de Rosário do Sul.....	64
Figura 11 - Localização do Departamento de Rivera.....	66
Figura 12 - Área de estudo – Rosário do Sul e a identificação do florestamento..	69
Figura 13 - Área de estudo – Departamento de Rivera e a identificação do florestamento.....	69
Figura 14 - BR 290 sentido Alegrete – Rosário do Sul, sinalizada com uma placa de atrativo turístico de Área do Bioma Pampa, e ao fundo uma plantação de eucalipto.....	83
Figura 15 - Fatores de resistência segundo os pecuaristas familiares entrevistados.....	85
Figura 16 - Fluxograma dos impactos ligados ao florestamento que fragilizam a atividade da pecuária familiar.....	91
Figura 17 - Propriedade de pecuária familiar em Rosário do Sul rodeada pelo florestamento. A - Estrada de acesso à propriedade; B - Entrada da propriedade; C - Residência da família e ao fundo florestamento; D – “Vista” que se tem a partir da residência.....	93
Figura 18 - Propriedade de pecuária familiar em Rivera rodeada pelo florestamento. A - Estrada de acesso à propriedade; B - Residência da família e ao fundo florestamento; C - Campo natural com bovinos rodeado pelo florestamento; D - Pecuarista familiar manejando os bovinos.....	94
Figura 19 - Animais pastoreando em campo de florestamento e no canto superior direito destaque para o fungo do eucalipto.....	98
Figura 20 - Placa demonstrando que o risco de incêndio naquele momento era considerado muito alto (Rivera).....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Serviços ecossistêmicos e seus benefícios para a sociedade.....	43
Quadro 2 - Evolução da área plantada de eucalipto, pinus e acácia no Rio Grande do Sul.....	47
Quadro 3 - Área do Bioma Pampa em hectares e cobertura florestal estimada..	50
Quadro 4 - Categorias rurais presentes no município de Rosário do Sul.....	58
Quadro 5 - Síntese metodológica.....	71
Quadro 6 - Implicações do avanço do florestamento segundo os pecuaristas familiares entrevistados.....	90
Quadro 7 - Evolução da quantidade de produto animal (em kg ou litros) e de produto vegetal (em kg) necessária para adquirir um hectare de terra.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCO - Associação Brasileira de Criadores de Ovinos

BPC - Base de Prestaciones y Contribuciones

CSR - Centro de Sensoriamento Remoto

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

FSC - Forestry Stewardship Council

Ha - Hectares

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICP - Índice de Conservação de Pastagens Naturais do Conesul da Sudamérica

INIA - Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos naturais

MGAP - Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PREVFOGO - Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

RS - Rio Grande do Sul

SEMA - Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SNIF - Sistema Nacional de Informações Florestais

SPF - Plan Nacional contra Incendios Forestales de la Sociedad de Productores Forestales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
Objetivo geral.....	17
Objetivos específicos.....	18
Justificativa.....	18
Estrutura da tese.....	21
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
1 QUESTÃO AGRÁRIA: território do agronegócio <i>versus</i> território da agricultura/pecuária familiar.....	23
2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE: a identidade de resistência.....	31
3 PAMPA: a região de estudo e FLORESTAMENTO: o eixo norteador da pesquisa.....	39
4 PECUÁRIA FAMILIAR DO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO: os sujeitos da pesquisa.....	56
FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	63
5 O CONTEXTO ESTUDADO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS....	63
5.1 ROSÁRIO DO SUL – RIO GRANDE DO SUL – BRASIL.....	64
5.2 RIVERA – URUGUAI.....	65
5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	67
6 A REALIDADE ENCONTRADA NO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO.....	72
6.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	72
6.2 IDENTIDADE GAÚCHA: os elementos presentes no dia a dia dos sujeitos da pesquisa.....	73
6.3 OS FATORES DE RESISTÊNCIA E AS IMPLICAÇÕES DO AVANÇO DO FLORESTAMENTO NA PECUÁRIA FAMILIAR.....	82
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A – Localização das propriedades brasileiras estudadas.....	125
APÊNDICE B – Localização das propriedades uruguaias estudadas.....	128
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada.....	130
ANEXO A – Dialeto “gaúcho”.....	133

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Considera-se que cerca de 50% da superfície terrestre tem sido modificada por ações antrópicas diretas, sobretudo por meio da substituição de sistemas naturais por sistemas agrícolas ou urbanos (CHAPIN et al., 1997). Nesse percentual, engloba-se o espaço rural do Uruguai e da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, representados neste estudo pelo Departamento de Rivera e pelo município de Rosário do Sul, que nas últimas duas décadas apresentam importantes mudanças na matriz produtiva, especialmente no que se refere a substituição de pastagens naturais por atividades agrícolas intensivas, como o cultivo de soja e florestamento.

A inserção do florestamento no Uruguai e na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul se deu especialmente a partir do incentivo do Estado pelas Leis Florestais e por meio de políticas neoliberais. Além disso, o interesse por áreas nestas regiões foi pelo baixo preço da terra desde o início dos anos noventa até princípios do século XXI, custo baixo com mão de obra e disponibilidade de grandes extensões de terra. Na metade Sul do Rio Grande do Sul o incentivo político do governo do Estado se deu principalmente por dois governos (mandatos de Germano Antônio Rigotto (2003-2006) e Yeda Crusius (2007-2011)), no qual o discurso imposto era de que o florestamento seria a “salvação para o desenvolvimento do campo nessa região” trazendo benefícios à população que sofria com problemas sociais.

A inclusão de uma agricultura capitalista que se territorializa com as cadeias globais de valor, acaba por consequência gerando conflito e crescimento econômico e concomitantemente expropria o campesinato¹. A problemática que gira em torno da introdução de espécies de árvores exóticas ou florestamento² é considerada impactante e vem sendo discutida mundialmente. Os principais elementos de

¹ Utiliza-se nesta pesquisa as denominações de “campesino e agricultor familiar” como o mesmo sujeito, baseando-se em Fernandes (2004) que adota a similaridade entre os dois sujeitos por uma questão de método. Optamos por essa decisão, por não ser objetivo desta pesquisa debater sobre o uso ou desusos da nomenclatura dos sujeitos do rural. E, mais, utilizamos o termo pecuária familiar como uma categoria dentro da agricultura/produção familiar.

² “Chama-se florestamento à implantação de florestas em áreas que não eram florestadas naturalmente, ou seja, é a introdução de espécies exóticas, de monoculturas, ou ainda denomina-se silvicultura. Cabe salientar, que na visão dos opositores à expansão dos cultivos exóticos, o termo florestamento estaria sendo utilizado de maneira errônea em algumas regiões, já que se parte do princípio de que florestas apresentam diversidade de vegetações, o que não ocorre com os novos cultivos implantados na Metade Sul do Estado” (AZEVEDO, 2013, p.23) do Rio Grande do Sul e no Uruguai.

discussão giram em torno das ameaças à biodiversidade nativa, da riqueza sociocultural e das transformações territoriais, que ocasiona a perda da identidade local, perda de saberes e transformações no modo de vida dos sujeitos locais.

Nas regiões do Sul global³ onde as plantações são instaladas, a população local sofre com seus impactos negativos. Os conflitos em termos de justiça social e ambiental que resultam desses impactos estão principalmente relacionados a acesso e posse da terra, mas também a outras consequências sociais, econômicas, ambientais e culturais (OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F., 2012).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) utiliza a denominação de “florestas plantadas”⁴, uma categoria mais ampla do que a das monoculturas industriais. De acordo com a FAO (2010), a área de floresta plantada no Sul global aumentou mais de 50% entre 1990 e 2010, passando de 95 milhões para 153 milhões de hectares (ha). A área total de florestas plantadas no mundo seria de 264 milhões de hectares.

Argentina, Brasil, Chile e Uruguai são os principais países com esse tipo de plantações na América do Sul. Todos eles aumentaram sua área de plantio de forma significativa ao longo das últimas duas décadas. Os dados dão conta de que nos países foco deste estudo o crescimento de florestas plantadas entre 2005 e 2016 no Brasil foram de 44,13% (2005: 5.600.000 ha; 2016: 10.023.076 ha) (PEVS/IBGE, 2016). Já no Uruguai da década de 1990 até os primeiros anos da década de 2000 a superfície florestada cresceu significativamente, totalizando em torno de 700.000 ha, o que a partir de 2002 conservou um crescimento estável, 25.000 ha anuais em média, com total até o ano de 2013 de 991.618 ha florestados (DGF/MGAP, 2010; DIEA/MGAP, 2017).

Além disso, o agravante e a maior preocupação são pelo fato desta atividade estar abrangendo o Bioma Pampa, vegetação campestre presente em três países da América do Sul (Brasil, Uruguai e Argentina), ocupando uma área de aproximadamente 700 mil km² e que possui características peculiares (modo de vida familiar, relação com os animais e natureza, preservação dos aspectos culturais e ambientais nativos que são realizados pela pecuária familiar).

³ Corresponde aos países em desenvolvimento.

⁴ Também denominado de introdução/plantio de espécies exóticas (MADEIRA, 2007); plantações industriais de árvores (OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F., 2012) e silvicultura (IBGE/MMA, 2012).

No Brasil, especificamente, quase que a totalidade deste Bioma - que só existe no Estado do Rio Grande do Sul (RS) - está ameaçado. Isso também é válido para o Uruguai. Segundo Bencke (2007), ao contrário das florestas de pinheiros do Planalto, das florestas do Alto Uruguai, da Mata Atlântica em geral e dos banhados, o Pampa é a “única” formação natural do Estado que “ainda” não sofreu uma redução significativa e “ainda” não foi totalmente fragmentada, isso em grande parte devido à pecuária tradicional, atividade que não exige a supressão da vegetação natural, mas apenas a altera.

Extensões do sudoeste e as planícies do Uruguai e grande parte do Rio Grande do Sul, foram convertidos para soja, trigo, milho, arroz e plantações de pinus e eucalipto. Referente às plantações de pinus e eucalipto o que perpassa em comum pelo Brasil e Uruguai é que ambos receberam incentivos por parte do Estado para investir na introdução dessas espécies exóticas. Seus efeitos em escala de paisagem tem sido enorme para algumas organizações de conservação e para pecuaristas que começaram a transmitir as suas preocupações para o resto da sociedade, reconhecendo que as mesmas implicam em uma ameaça à diversidade cultural e biológica das regiões (CARRIQUIRY e PARERA, 2012).

Todavia, cada sociedade idealiza o espaço ambiental de acordo com suas necessidades ou aquelas que se apresentam em maior nível (TRINDADE e CORDEIRO, 1997). Cada indivíduo percebe, age e retribui de distintas maneiras às ações sobre o espaço em que está inserido. As respostas, manifestações, resistências são resultados dos entendimentos, dos processos cognitivos, julgamentos e perspectivas de cada sujeito (MELAZO, 2005).

A resistência é explorada nesse trabalho conforme a descrição posta no Dicionário Aurélio (HOLANDA, 2010) que significa ato ou efeito de resistir, força que não cede à outra, oposição, conservar-se. Assim, a resistência no contexto deste estudo é uma consequência, um processo de defesa do território campesino-pecuária familiar, uma resistência dos pecuaristas familiares frente à implantação de monoculturas, para continuarem se reproduzindo social e economicamente. É a resistência dos que ficam, mas não apenas por ficar, mas continuam mantendo sua identidade diante aos novos elementos, ou seja, o florestamento.

Suertegaray e Silva (2009) acreditam que o Pampa e toda uma gama de diversidade, saberes, fazeres e paisagens estão ameaçados. A crise da tradicional

economia realizada no Bioma, baseada na criação extensiva de gado e sua reestruturação, a partir de alternativas que descaracterizam a evolução social e biológica do Bioma Pampa, como o florestamento e a soja⁵, desnudam a intensidade do problema. A substituição dos campos por lavouras para produção de grãos ou plantios para obtenção de celulose ou madeira está conduzindo à descaracterização da paisagem⁶ (BOLDRINI, 2009).

O Pampa é portador de uma identidade coletiva, propagada em valores e normas interiorizadas vinculadas a paisagem e a introdução do gado trazido pelos europeus, na época pré-colombiana, que deu origem a “cultura gaúcha”. Segundo Suertegaray e Silva (2009), o gado integrou-se à paisagem pampiana e mantém a imagem natural a qual realimenta a tradição.

A biodiversidade e as formas de produção menos impactantes ao ambiente, praticadas sobre as pastagens naturais do Uruguai e dos campos do sul do Brasil ainda são pouco conhecidas pelo conjunto da sociedade. A pecuária se realizada com o manejo apropriado pode ser fortemente produtiva e capaz de sustentar a integridade dos ecossistemas campestres e demais serviços ecossistêmicos. “Entretanto, seu potencial forrageiro não tem sido devidamente valorizado e a pecuária tem sido substituída por outras atividades aparentemente mais rentáveis no curto prazo” (PILLAR, et al., 2009, p.5). Conforme a IUCN (2008), a pecuária extensiva se bem manejada pode contribuir para a preservação do Bioma Pampa e até mesmo da vegetação remanescente da Mata Atlântica.

Nesse sentido, o público de interesse da referida pesquisa são os bovinocultores de corte familiares (pecuaristas familiares⁷), inseridos no Pampa brasileiro e uruguaio, próximos as áreas de florestamento. Consideramos a pecuária familiar, como uma categoria especial dentro da agricultura familiar, que possuem uma identidade própria, a cultura do “gaúcho⁸” e tem a pecuária de corte como atividade principal. Salienta-se que os resultados apresentados são exclusivamente representativos da amostra intencional e não probabilística, sendo assim, não

⁵ Áreas antes ocupadas por pastagens para a pecuária e especialmente áreas de arroz estão sendo transformadas em território para o cultivo da soja na Metade Sul do RS.

⁶ “O lugar social percebido e compreendido, enquanto expressão de ações, relações e objetos sociais – é o fazer-se físico da natureza, seu ser para outro” (SILVA, 1991).

⁷ No capítulo 4 aborda-se o conceito de pecuarista familiar e o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar que formaliza esta categoria.

⁸ A utilização do termo “gaúcho” na presente pesquisa é utilizado para sinalizar o habitante do Pampa.

podem ser generalizadas para a totalidade de pecuaristas familiares do Pampa brasileiro e uruguaio.

Os pecuaristas familiares mesmo localizados em países com políticas e instituições distintas ou ambiente em termos de solos, vegetação e topografia diferentes possuem a identidade gaúcha em comum. A qual está inteiramente vinculada ao território e a paisagem do Pampa, bem como, possuem comportamentos semelhantes quanto ao modo de vida e valores.

Enfim, considerando os aspectos descritos acima é que se busca a partir de casos representativos de pecuaristas familiares localizados próximos a áreas de florestamento responder ao questionamento principal: Quais os principais fatores de resistência que os sujeitos do Pampa brasileiro e uruguaio apresentam frente à expansão da monocultura de árvores; e as implicações do avanço desses cultivos na pecuária familiar?

Além disso, outras questões são norteadoras da pesquisa, são elas: Que elementos relacionados à identidade gaúcha estão presentes no dia a dia dos pecuaristas familiares?; Que diferentes territórios estão presentes no Pampa brasileiro, representado pelo município de Rosário do Sul/RS e Pampa uruguaio, representado por Rivera, considerando a expansão do florestamento?; Qual a percepção dos pecuaristas familiares, inseridos nesses territórios, sobre a inserção do florestamento nas proximidades de suas propriedades rurais? e; De que forma os pecuaristas familiares brasileiros e uruguaio visualizam as transformações no cenário onde desenvolvem seu modo de vida?

Parte-se da premissa que a resistência dos pecuaristas familiares do Pampa brasileiro e uruguaio de manterem seu modo de vida, mesmo diante dos impactos da expansão do florestamento nos seus sistemas produtivos são cunhados por motivos não econômicos.

OBJETIVO GERAL

Compreender os principais fatores de resistência de pecuaristas familiares frente à dinâmica de expansão do florestamento no Pampa brasileiro e uruguaio, bem como, as implicações do avanço desses cultivos na pecuária familiar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Descrever os elementos presentes no dia a dia dos pecuaristas familiares relacionados a identidade gaúcha.
- 2) Caracterizar os diferentes territórios presentes no Pampa brasileiro (Rosário do Sul, RS) e uruguaio (Rivera) considerando a expansão do florestamento.
- 3) Expor os principais fatores de resistência dos pecuaristas familiares sobre a expansão do florestamento.
- 4) Apresentar as implicações dos cultivos florestais sobre a pecuária familiar.
- 5) Analisar as percepções dos pecuaristas familiares do Pampa brasileiro (Rosário do Sul, RS) e uruguaio (Rivera) sobre a inserção do florestamento nas proximidades de suas propriedades rurais e entender de que forma esses sujeitos visualizam as transformações no cenário onde desenvolvem seu modo de vida.

JUSTIFICATIVA

A pecuária familiar praticada no Pampa tem sido esquecida pela academia, pelos agentes de governo e até por organizações de proteção ambiental que são tão presentes em outras esferas, que conforme Litre (2010) um dos motivos refere-se ao fato de que apesar da rica biodiversidade que o Pampa oferece, ele não apresenta a mesma “exuberância” que a Amazônia, Mata Atlântica ou Patagônia.

No Rio Grande do Sul - Brasil - há pouco mais de uma década que a realidade da pecuária familiar começou a ser estudada. Os primeiros trabalhos foram realizados pela EMATER/RS, seguido por Ribeiro (2003), Cotrim (2003) e Sandrini (2005). No Uruguai os estudos sobre pecuária familiar são recentes, iniciados em 2006 por Fossatti e Litre, Tourrand, Morales e Arbeletche (2007).

Pode-se considerar que os pecuaristas familiares são uma espécie em extinção, pois, conforme Arbeletche e Carballo (2007) e Ribeiro (2009), de cada três pecuaristas familiares do Pampa brasileiro e uruguaio, um abandonou a atividade entre o século XX e o começo do século XXI. Esses dados reforçam a importância de estudar especialmente essa parcela que persiste, que permanecem pecuaristas familiares, dentre os inúmeros que deixaram de ser. A grande contribuição em termos de alimentos produzidos por agricultores familiares, incluso os pecuaristas

familiares, que servem como base na alimentação da população, embora sejam minoria na composição demográfica e ocupacional, apresentam importância social, econômica, cultural e ambiental significativa.

A intensificação da agricultura e o aumento da monocultura em larga escala instrumentado pelo agronegócio conduziu à segregação da paisagem, a consequência é a ameaça à flora e fauna, anteriormente reproduzido em sistemas de relativo equilíbrio com a pecuária extensiva. Nesse sentido, expomos a charge (Figura 1) que ilustra criticamente a conversão do Bioma Pampa em monoculturas de eucalipto (eixo norteador do estudo), demonstrando, nesse caso, o prejuízo à fauna e flora.

Figura 1 – Charge crítica acerca da introdução da monocultura de árvores exóticas no Pampa



Fonte: Barenho (2008).

O Pampa brasileiro perdeu cerca de 54,12% de sua área original até 2009, permanecendo de vegetação remanescente 35,89% e 9,99% de corpos d'água.

Especificamente Rosário do Sul está entre os vinte municípios que mais desmataram no Bioma Pampa no período 2008-2009, totalizando 0,11% (4,63 km²) do município (MMA, 2012). De acordo com a legislação ambiental cada nova área de plantio florestal ou soja, precisa de licenciamento ambiental, ou seja, uma autorização que é concedida pelo poder público responsável, caso contrário é considerado crime.

Este estudo se justifica pela relevância da temática, em especial ao desenvolvimento rural dos países. A problemática do florestamento está atrelada, principalmente, aos impactos ocasionados ao Pampa e à população tradicional - pecuária familiar - inserida em áreas muito próximas. Desta forma, esta pesquisa trata de um público específico que convive em um espaço distinto, o Bioma Pampa, demonstrando assim que apesar dos pecuaristas familiares estarem em ambientes diferentes, possuem características comuns (modo de vida, estratégias produtivas e de sobrevivência). Os pecuaristas familiares, apesar dos estudos reforçando a importância socioeconômica, cultural e como possíveis agentes capazes de se manterem, têm sido pouco contemplados pelas instituições de pesquisa e pelas políticas públicas.

Desta forma, esta proposta de pesquisa em nível de doutorado contribui no sentido de reforçar as pesquisas já existentes, envolvendo à temática da pecuária familiar, e principalmente abarcar os dois, dos três países que fazem parte do Pampa. Busca também projetar e reforçar a importância desses atores (pecuaristas familiares), servindo de estímulo para outras pesquisas, e que estes não sejam visualizados como sujeitos fragilizados e invisíveis, mas sim como atores no processo de construção da sociedade, como protagonistas do desenvolvimento local, e mais, como atores na promoção da sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e territorial. É por meio dos sistemas de pecuária de corte tradicional e familiar e pelo baixo uso de capital que deveriam constituir uma boa opção para o futuro da pecuária, da reprodução social e da biodiversidade em geral.

Do ponto de vista pessoal, o interesse em estudar os pecuaristas familiares brasileiros e uruguaios, mas que estão inseridos em um mesmo espaço é a satisfação de trabalhar com assuntos voltados a um público que possui grande potencial e características únicas. O fator de maior importância que fez despertar-me a vontade de pesquisar este tema e este público foi a vivência que tive a partir de

2010, no meu estágio curricular obrigatório do curso de Zootecnia e em 2012 na minha pesquisa de mestrado, com pecuaristas familiares do Pampa do RS, onde por meio de conversas, observações e relatos pude compreender o quanto a inserção do florestamento representava inquietações e indagações ambientais, socioeconômicas e culturais aos mesmos.

ESTRUTURA DA TESE

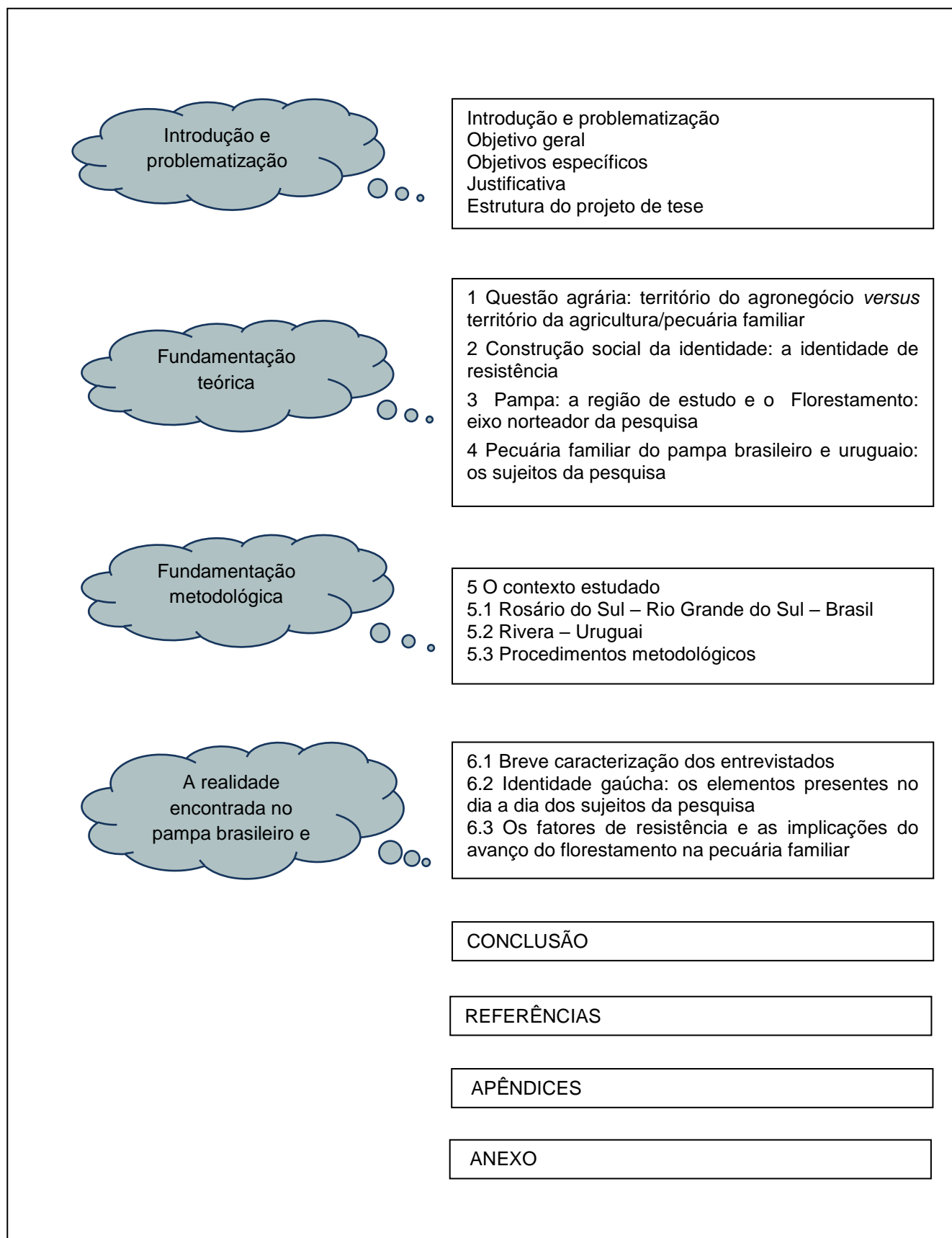
A tese está dividida em seis capítulos (Figura 2), além da introdução e problematização. Os quatro primeiros retratam a fundamentação teórica que a pesquisa tem como base, abordando as temáticas da questão agrária e a contraposição do território do agronegócio e do território da agricultura/pecuária familiar; a construção social da identidade e especificamente a identidade de resistência; o Pampa enquanto a região de estudo e o florestamento como eixo norteador da pesquisa e; para dar fechamento ao marco teórico fala-se sobre a pecuária familiar brasileira e uruguaia (ganaderos familiares).

O capítulo cinco dá conta de apresentar a fundamentação metodológica, apresentando o contexto brasileiro e uruguaio estudado, representado pelo município de Rosário do Sul/RS e o Departamento de Rivera/UY, bem como, os procedimentos metodológicos que foram utilizados para que possam ser cumpridos os objetivos determinados para a tese.

No capítulo seis são apresentados os resultados da pesquisa, relatando a realidade encontrada em onze propriedades de pecuária familiar inseridas próximas de áreas de florestamento no Pampa brasileiro e uruguaio. Num primeiro momento é exposta uma breve caracterização dos entrevistados; após são descritos os elementos relacionados à identidade gaúcha e que fazem parte do dia a dia dos pecuaristas familiares, elementos estes que estão ligados à tradição e que possuem relação com a própria resistência e; por último são descritos os fatores de resistência e as implicações do avanço do florestamento na pecuária familiar.

Por fim, nas conclusões são destacadas as principais questões discutidas na tese.

Figura 2 - Esquema representativo da tese



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 QUESTÃO AGRÁRIA: o território do agronegócio *versus* o território da agricultura/pecuária familiar

El territorio es la vida. En él se cría.
(Fernandes, 2008b)

Neste primeiro capítulo pretende-se demonstrar, de maneira sucinta, a questão agrária, os diferentes territórios presentes no rural e suas abordagens utilizando-se especialmente das produções bibliográficas do geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes, não pretendendo entrar no debate teórico sobre território e suas especificidades.

A definição de questão agrária pode ser interpretada de diferentes maneiras. Na Sociologia, por exemplo, é empregada para esclarecer as maneiras como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola. Na Geografia, o termo é comumente utilizado para explicar o modo como as sociedades, as pessoas, vão se apropriando da terra, e como vai acontecendo a ocupação humana do território. Já na História, serve para auxiliar e esclarecer a evolução da luta política e luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. E, na Literatura política, o conceito possui maior afeição ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político (STÉDILE, 2005).

Atualmente, conforme Stédile (2005, p.17) “o conceito de questão agrária é utilizado como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras [...]”. Para Fernandes (2004), a questão agrária resulta da dominação e resistência do capital por causa da expropriação, concentração de terra e das riquezas.

A questão agrária tem sua formação na contradição estrutural do capitalismo que gera, ao mesmo tempo, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e miséria. Esta heterogeneidade resulta da diferenciação do capital entre os

agricultores, especialmente por meio da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981), predominando a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital.

Fernandes (2004) coloca que a questão agrária gera conflitualidade. A explicação para tal conflitualidade é dada por Oliveira (1991 apud FERNANDES, 2004, p.5) como “movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital”.

O autor supracitado acrescenta que a magnitude da questão agrária vai do campo à cidade, envolvendo todas as dimensões do desenvolvimento e as esferas institucionais, onde manifesta conflitualidade e desenvolvimento, a partir das distintas relações sociais, que arquitetam diferentes territórios que constantemente se confrontam. Ou seja,

conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p.6).

O paradigma da questão agrária apresenta o camponês como sujeito subalterno que resiste ao capital, o que no paradigma do capitalismo agrário o mesmo sofre uma metamorfose para se adequar a uma nova realidade. Fernandes (2004) salienta ainda que

[...] o foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história [...] (FERNANDES, 2004, p.20).

Especificamente relacionado ao meio agrícola, o crescimento econômico adotou o papel de modernização e assim como em outros setores da economia, a modernização e o desenvolvimento não abrangeram a todos do mesmo modo. Se de um lado, o desenvolvimento baseado neste ponto de vista foi promissor para

alguns, no outro provocou desigualdades, aguçando problemas como a pobreza, a concentração da renda e a degradação ambiental.

Todavia, a modernização da agricultura com o princípio de transformar sociedades “tradicionais ou atrasadas” em “modernas ou avançadas”, fazendo com que agricultores aderissem aos moldes de produção e de vida modernas não se deu de forma

homogênea. Assim, aqueles agricultores que não apresentavam as características condizentes com a proposta, significavam, estarem pouco mercantilizados, produzindo de forma tradicional e basicamente para a subsistência, porém os que resistem até os dias de hoje buscam na diversidade e na venda dos excedentes sua sobrevivência, integrados ou não ao mercado.

Paiva (1971) denominou este processo de mudança tecnológica na agricultura de “dualidade tecnológica”, pela coexistência, numa mesma região, daqueles produtores que aplicam técnicas modernas e por outro lado os que atuam tradicionalmente.

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul, a modernização da agricultura acabou criando padrões diferenciados e específicos de acordo com as particularidades socioeconômicas, ambientais e culturais. Especificamente a “metade sul⁹” apresenta uma realidade diferenciada em termos de estrutura fundiária, de formação cultural e de tipo de agricultor familiar (RIBEIRO, 2009).

Nesta região, a visão do rural predominante é a de propriedades compostas por grandes extensões de áreas, ocorrendo o predomínio das estâncias típicas de pecuária extensiva, das lavouras de arroz e das fazendas de criação de gado intensivas em tecnologias, de caráter empresarial. A figura do pecuarista familiar passa despercebida, embora represente nessa região em torno de 42 mil famílias (FETAG, 2014). No caso do Uruguai, a visão de que a maior parte dos bovinocultores de corte são proprietários de grandes extensões de terra, torna-se

⁹A Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul possui um território de 154.100 km² que abrange 105 municípios do extremo sul do país, abriga uma população de 2.638.350 habitantes e faz fronteira com Argentina e Uruguai, além de atingir uma parte do litoral gaúcho. Possui um vasto e exclusivo patrimônio natural, que é o “Pampa”, com clima, solo, recursos genéticos e águas subterrâneas e de superfície, todos muito peculiares em relação ao Brasil; e um particular patrimônio cultural, cujo principal elemento é a figura do “Gaúcho” nos aspectos de capital social e relacional, além da potencialidade como riqueza turística” (Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1a653d83-d625-4faf-98c9-cf5fd9818fd1&groupId=63635).

equivocada quando nos deparamos com a afirmação do MGAP (2014) onde a “ganaderia” é em sua maioria familiar.

Conforme Riella e Mascheroni (2011), a exclusão de produtores, a fragmentação social, a melhoria de vida, a inserção de novas tecnologias e formas sociais são alguns dos embates que o capitalismo (globalização) traz nos territórios provenientes deste.

Partimos do princípio que o território “em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 247). Território usado é sinônimo de espaço, e seu uso depende e é produto histórico das necessidades e interesses humanos (econômicos, culturais, morais, sociais e afetivos). O autor afirma que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p.63). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade.

A transformação do espaço ocorre pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os componentes naturais auxiliam na transformação do espaço, porém são as relações sociais que atingem o espaço com mais magnitude. A formação de territórios é ininterruptamente um processo de desintegração do espaço. Os humanos precisam arquitetar seus espaços e territórios para assegurarem suas existências (GOTTMANN, 1973). O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991).

A noção de território também pode ser compreendida por sua dimensão simbólica. É o território que constrói as identidades. “Perder seu território é desaparecer”. O território, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996 apud HAESBAERT, 2007, p.51).

Fernandes (2009) abraça as ideias de Raffestin, visualizando o território como uma construção humana, cumprida por meio do espaço geográfico, sendo que este é anterior ao território. Tratando-se de abordagens territoriais, Fernandes (2008a) comenta que há o domínio de análises de esferas econômicas e sociais num sentido de território como espaço de governança, ignorando os conflitos territoriais do território. Órgãos do governo e agências multilaterais não consideram em um

determinado projeto de desenvolvimento territorial as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios, desprezando assim a multiescalaridade (da escala local a internacional), o que significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

“O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder” (FERNANDES, 2008a, p.4). Nessa conjuntura, que o conceito de território é utilizado “como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio” (Ibid., p.5).

Nesse sentido, Fernandes (2008a) aponta que cada instituição, organização, pessoa, edifica o seu território e o seu significado, caso haja poder político para sustentar. Assim, ocorre a exploração de apenas uma ou algumas dimensões (política, social, ambiental, cultural e econômica) e isso é uma decisão política. Entretanto, ao “explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade” (Ibid., p.5).

Quando o território é engendrado como espaço de governança, ou seja, como uno, se ignora os demais e diferentes territórios que existem neste espaço. “Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades” (Ibid., p.8). O entendimento do território passa a ser reducionista, e o conceito presta mais como utensílio de dominação por meio das políticas neoliberais (FERNANDES, 2008a).

Nestes quesitos, Fernandes (2008a) aponta que para a implantação de políticas de desenvolvimento, uma região específica só é selecionada seguindo os interesses do capital.

Evidente que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir (Ibid., p.6).

Considerando os aspectos retratados acima, Fernandes (2008a) coloca sobre a existência de uma disputa territorial entre capital e campesinato. Os dois campos da questão agrária descritos por Fernandes (2008b), o território do agronegócio e o território da agricultura familiar (ou também pecuária familiar, campesinato) são organizados de maneiras distintas, por meio das diferentes relações sociais. “Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de bens, o campesinato organiza seu território para sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões da vida” (Ibid., p.2, tradução nossa).

As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008a, p.6).

Para Fernandes (2008b) a diferença entre estes dois territórios é visualizada não só nas distintas formas de organização, mas também, na própria paisagem. De um lado, no território do agronegócio tem-se uma paisagem homogênea, uniforme e geométrica do monocultivo com pouca presença de pessoas, pois a área deste território é para produção de bens, para a valorização do capital. E, de outro lado tem-se uma paisagem heterogênea, com diversidade de elementos, com pessoas presentes no território, por ser neste e deste espaço que ocorre a reprodução social dessas famílias, a subsistência e a produção de alimentos.

No entanto, de acordo com Fernandes (2009), o capital em sua estratégia de valorização se expande não apenas para organizar o território para exportar bens, mas também para funcionalizar territórios não capitalistas, sujeitando territórios de produção familiar por meio da terceirização da produção ou da expropriação por meio da verticalização da produção.

Oliveira (2003) chama este fato de monopolização do território pelo capital, somando-se a características de caráter contraditório e combinado do desenvolvimento capitalista, que ao mesmo tempo reproduz relações capitalistas e não capitalistas.

Pensar nestes aspectos que envolvem o território é preocupar-se com os conflitos oriundos pela disputa deste, existente entre camponeses e agronegócio. Distintos modelos de desenvolvimento constituem divergentes territórios,

organizados espacialmente de formas diferentes e com paisagens geograficamente distintas (FERNANDES, 2009). Este desenvolvimento contraditório e combinado configura para o autor três grandes tipos de paisagens no campo:

1. O território do agronegócio marcado pela grande escala, a homogeneização da paisagem, o esvaziamento do campo, o monocultivo e a produção para a exportação;
2. O território campesino marcado pela pequena escala, a heterogeneidade da paisagem geográfica e o policultivo;
3. O território campesino monopolizado pelo agronegócio, onde os campesinos seguem produzindo e vivendo no campo, mas subordinados ao grande capital.

Partindo da análise da expansão do agronegócio nas últimas décadas, combinado a territorialização e a monopolização do território, Oyhantçabal (2013) sustenta que os três campos da questão agrária mencionados por Fernandes estão presentes no Uruguai. A primeira tese apresentada pelo autor é de que há no país um processo de avanço do território do agronegócio que torna os territórios camponeses e do capital local submissos. A segunda tese é que estes três campos da questão agrária são decorrentes tanto da expansão mundial do capital como das políticas públicas do Estado uruguaio que são balizadas pela variante da agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário.

Conforme Haesbaert (2002, p.117)

[...] todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade histórica e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais [...] territorialidade, que vincula os homens ao meio, à terra, ao espaço.

Considerando o tipo de paisagem em que o território campesino é monopolizado pelo agronegócio, onde os campesinos seguem produzindo e vivendo no campo, mas subordinados ao grande capital, é que se abre espaço para as implicações do sentido do capital, nesse caso o florestamento, na transformação do sentido campesino (pecuária familiar, paisagem, modo de vida...), consequentemente a resistência torna-se um processo de defesa do território campesino.

Por fim, o território da agricultura/pecuária familiar necessita de força, de visualização, de amparo, de incentivo à resistência, reprodução e recriação da categoria, para assim, garantir a reprodução social, bem como a diversidade biológica e sociocultural dos espaços em que estão inseridas.

2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE: a identidade de resistência

Identidade é “fonte de significado e experiência de um povo”.
(Castells, 1999)

O segundo capítulo da fundamentação teórica objetiva trazer as ideias centrais sobre identidade e sua construção - mais especificamente a identidade de resistência - e a conceituação de resistência. Para isso, utilizou-se principalmente das reflexões do sociólogo espanhol Manuel Castells. Aponta-se também algumas considerações do pesquisador holandês Jan Douwe Van Der Ploeg e do cientista político americano James Scott.

A definição de identidade é dada por Castells (1999, p.22-23) como

[...] a fonte de significado e experiências de um povo. Processo de construção de significado com base em um atributo cultural. Conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. [...] identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação.

Para Haesbaert e Santa Bárbara (2001, p.4) a identidade está fortemente conectada aos processos de representação de cada sociedade ou grupo. “Uma representação social ou um símbolo tem papel fundamental de legitimação à medida que passa a ser conhecida e reconhecida como verdadeira por aqueles que lhe estão sujeitos ou que a constroem”.

O sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente [...] (CLAVAL, 1999, p.16).

Conforme Castells (1999), as transformações ocorridas com a globalização e com os avanços tecnológicos, baseados em tecnologias de informação e comunicação, influenciam sobre as sociedades e culturas, conectando todos os pontos do mundo em uma rede, e a partir disso sugere o conceito de sociedade em

rede¹⁰. Esta “nova sociedade” é caracterizada pela “globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilização, instabilidade e individualização da mão de obra” (p.17). Entretanto, “a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias” (Id., 2005, p.17).

O autor ainda enfatiza que a globalização e a informacionalização embora sejam essenciais para a melhoria da produção e dos meios de comunicação, por outro lado excluem uma parcela significativa da população, ocasionando a “perda de controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta” (Id., 1999, p.94).

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço (Ibid., 1999, p.23).

Considerando que a construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações culturais, Claval (1999, p.15) assegura que a identidade aparece como uma construção cultural.

[...] Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...] a identidade deve ser analisada com um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar sentido a sua existência.

Reconhecendo que a construção social da identidade ocorre em contextos demarcados por relação de poder, Castells (1999) apresenta a distinção de três tipos e origem de construção de identidades: a identidade legitimadora, a identidade de resistência (foco dessa pesquisa) e a identidade de projeto.

¹⁰ “A Sociedade em Rede é a nossa sociedade, a sociedade constituída por indivíduos, empresas e Estado operando num campo local, nacional e internacional. Apesar das nossas sociedades terem muitas coisas em comum, são também produto de diferentes escolhas e identidades históricas” (CASTELLS, 2005, p.9).

- 1) Identidade legitimadora: aquela inserida e difundida pelas instituições dominantes da sociedade. Trata-se de um meio para garantir a expansão e a racionalização de sua dominação em relação aos atores sociais.
- 2) Identidade de resistência: entendida como de oposição, gerada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, que constroem trincheiras de resistência e sobrevivência fundamentados em princípios diferentes daqueles dominantes da sociedade.
- 3) Identidade de projeto: aquela onde os atores sociais constroem uma nova identidade servindo-se dos materiais culturais a seu alcance, para assim distorcer a posição que ocupam na sociedade e que batalham para modificar a estrutura social.

Com relação a construção de identidade os agricultores - pecuaristas familiares possuem ligação com dois, dos três tipos citados por Castells (1999), a identidade de resistência e a identidade de projeto.

A identidade de resistência, devido o fato já mencionado no capítulo 1, de que por não aderirem aos propósitos da modernização da agricultura são tachados como atrasados, e mais, focado no objetivo geral desta pesquisa, a resistência desses sujeitos em seguir na atividade tradicional da bovinocultura de corte extensiva, em meio a transformação do território a que pertencem através da inserção de outros segmentos agrícolas, como o florestamento e a soja.

Já a ligação dos agricultores – pecuaristas familiares com a identidade de projeto se deve ao restabelecimento do papel desses sujeitos na sociedade, responsáveis não apenas por grande parte da produção agrícola, mas também como conservadores/preservadores ambientais. Tratando-se da pecuária familiar que produz bovinos de corte em pastagens naturais, a mesma auxilia na manutenção do Bioma Pampa e da biodiversidade presente neste (fauna, flora, paisagem e sua beleza cênica, serviços ecossistêmicos, identidade, cultura, entre outros).

Comumente o termo resistência remete aos movimentos sociais, à ideia de luta, manifestações, marchas e até mesmo em alguns casos utilização de força. Mas, não se limita ao confronto aberto, podendo se manifestar pelas margens (resistência cotidiana, ocultada e camuflada), e na forma de fazer a

agricultura/pecuária, no modo de produção, como exemplo através da diversificação ou monocultivo, conservação ou destruição, local ou agroexportação, etc.

Assim, a resistência que falamos aqui nesta pesquisa é aquela no sentido de resistir, enfrentar algo novo que está sendo imposto, nesse caso, uma nova atividade agrícola que está sendo inserida no espaço tradicional e apropriado para a pecuária, e continuar, manter, permanecer nesse mesmo espaço com a sua atividade. A produção da bovinocultura/ovinocultura de corte por pecuaristas familiares pode ser analisada com base na “resistência camponesa” (PLOEG, 2008; SCOTT, 1985), servindo de revelação para contrapor-se a atores dominantes. A resistência desliza por meio da multiplicidade de respostas que são ativamente desenvolvidas pelos agricultores para enfrentar e contrapor-se (PLOEG, 2008).

Diversos estudos tratam da resistência como um fenômeno manifestado por atores sociais dominados ou subordinados, em que os mesmos estão sujeitados a condições de exploração, injustiça ou dependência (ARDENGHI, 2003; HARDT e NEGRI, 2001; LONG, 2007a; PLOEG, 2008; 2009; SCOTT, 1985).

A resistência é a expressão de um estilo de agricultura, a agricultura camponesa, resultado de um modo de vida peculiar, e que está sob ameaça de desmoronamento pela lógica dominante da agricultura capitalista (PLOEG, 2008; 2009), de empresas agroindustriais transnacionais que entranham no espaço um novo padrão técnico, refuncionalizando e transformando as estruturas econômicas, sociais e culturais (FERNANDÉZ e CARÁMBULA, 2012).

Ploeg (2008) explica que a resistência é uma maneira harmônica de adaptação ao ambiente com as quais os camponeses avalizam sobrevivência e afrontam modelos hegemônicos de ordenamento e exclusão. Ou seja, a resistência se manifesta

em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrupe bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento.

Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré (Ibid., p.289).

Nesse mesmo sentido, Long (2007a) expõe que no contexto dos impérios, a agricultura camponesa detém de uma ampla série de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas, as quais se configuram como resistência.

A resistência camponesa, conforme Menezes e Malagodi (2011) e Ploeg (2010), se consolida a partir de diversas estratégias usadas para assegurar sua existência diante das relações de exploração e dominação. Essas estratégias podem se evidenciar pela adaptação às situações de dominação, contestação e manifestação aberta, ou se concretizam no trabalho na unidade de produção.

Três formas de resistência são demonstradas na obra de Ploeg (2009, p.26), sendo elas: 1) lutas abertas; 2) lutas veladas e 3) intervenções na organização do trabalho e da produção (Figura 3).

Figura 3 - Formas inter-relacionadas de resistência



Fonte: elaborada pela autora, adaptado de Ploeg (2009, p.26).

A terceira forma de resistência, a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração, está onipresente na agricultura hoje de acordo com Ploeg (2009). Em síntese, “a resistência reside na *multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas)* que tiveram continuidade e/ou que foram criadas,

no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades” (p.27). Essa terceira categoria de resistência é a corrente dominante, a que alimenta as outras por vezes, constituindo-se nas bases da resistência camponesa (Id., 2008).

O conceito de formas cotidianas de resistência é cunhado por Scott (2000) como aquela que pode ocorrer pelas beiradas, oculta, onde a mesma acrescentada da noção de interface social e de conhecimento de Long (2007b) revela uma nova forma de resistência, buscando soluções locais para problemas globais. Sendo possível através da heterogeneidade de respostas criadas ou continuadas de uma nova maneira, sem representação dos confrontos frontais, ocupações e greves. Nas palavras de Ploeg (2008, p.289) “a corrente dominante da resistência camponesa flui através da multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma, para enfrentar e contrapor os impérios, como principais modos de ordenamento”.

O intuito das formas cotidianas de resistência não é arruinar ou transformar o sistema de dominação, mas sim, sobreviver (SCOTT, 1985). Quiçá os subordinados não possuem interesse em alterar as estruturas mais amplas da sociedade, todavia “trabalhar o sistema a seu favor” (HOBSBAWN apud SCOTT, 1985).

Scott (2000) apresenta as noções de discurso público (resistência pública) e discurso oculto (resistência oculta). O discurso público são as relações explícitas que se dá entre subordinados e detentores do poder, é um discurso enganoso (uma atuação/cena), no qual os subordinados desenvolvem técnicas de sobrevivência, como a “gestão da aparência” nas relações de poder. Por outro lado, o discurso oculto é um comportamento “fora de cena”, uma situação que ocorre distante da observação direta dos detentores do poder, consistindo em manifestações linguísticas, gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou deturpam o discurso público.

Resistência e identidade estão interligadas, e falar de identidade é intrinsecamente falar da figura do gaúcho. A figura do gaúcho é transnacional (Argentina, Uruguai e Brasil), possuindo particularidades que são vividas em conjunto pela população em cada um dos países. O gaúcho que discorreremos aqui são representados pelos pecuaristas familiares, quer sejam brasileiros ou uruguaios, pois possuem o modo de vida, valores e comportamentos extremamente semelhantes.

Para Simões Pires [s.d., p.1]

na prática, nunca houve divisão de fato dos territórios do pampa rio-grandense, pampa argentino e pampa uruguaio, proporcionando uma integração – nem sempre pacífica – entre os três povos. Do convívio entre os imigrantes espanhóis e portugueses com os índios surgiram muitas misturas raciais originando o que se chamou de “raça gaúcha” [...] e o surgimento involuntário de uma cultura completa que era compartilhada pelos povos.

A pecuária extensiva sobre pastagem natural é caracterizada pela principal atividade econômica do Pampa, que “além de proporcionar resultados econômicos importantes, tem permitido a conservação dos campos e ensejado o desenvolvimento de uma cultura mestiça singular, de caráter transnacional representada pela figura do gaúcho” (MMA, 2012, s/p).

Fialho et al. (2011, p.13) destaca que “o gaúcho pampiano possui uma relativa relação de harmonia com a natureza, pois não há um ímpeto de destruição, a região é dominada por vastos campos, logo, não há competição com a natureza, ela é vista como uma dádiva divina”.

A origem da palavra gaúcho ainda não possui um significado único. Múltiplos significados dão conta de tentar explicar, uns defendem que o vocábulo é indígena, outros que é um transporte europeu adaptado a um fato americano. Para Love (1975), a palavra gaúcho teve sua gênese para definir o nômade do pampa, arredio, o homem livre dos pampas, que cavalgava sem rumo atrás de gado amansado ou xucro e de cavalos. Foi a partir dessa figura de homem livre dos pampas que Oliven (2006) descreve que iniciou o processo da identidade do gaúcho. Esse sujeito “formou homens à imagem de um tipo ideal, criado em meio à liberdade do campo, montado em seu cavalo, desbravando a natureza, protegendo as fronteiras, respeitando o inimigo e lutando pela honra e pela justiça” (p.66).

A importância da paisagem pampiana para a cultura gaúcha é contemplada no Zoneamento Ambiental para Atividades Silviculturais: “não poderão ser implantadas barreiras à visualização dos elementos cênicos no que diz respeito à imagem do Pampa, reconhecido pelo imaginário gaúcho, onde a cultura da população é a visualização do horizonte” (SEMA/FEPAM/FZB, 2007, s/p). A compreensão da paisagem do Pampa pode ser visualizada a partir de uma abordagem identitária

a qual, na sua relação com o homem, produz a cultura pampiana – representada pelo gaúcho, tipo social identificado com a paisagem e com a atividade pastoril e que práticas e representações culturais consolidaram sua identidade como habitante da região dos Pampas (AZEVEDO e FIALHO, 2015, p.212).

Identidade esta, caracterizada como forte, entre os gaúchos, uma herança cultural baseada em tradições e costumes que são transmitidos de forma enraizada de geração para geração. É o respeito e apego aos aspectos de sua história, cultura e região que torna o gaúcho singular em relação aos habitantes das demais regiões. Bauman (1996 apud KUPER, 2002, p.298) observa que “os conceitos de construção de identidade e de cultura nasceram juntos, e não podia ter sido de outra forma”. A ideia é que “a identidade é concretizada por meio da participação na cultura”.

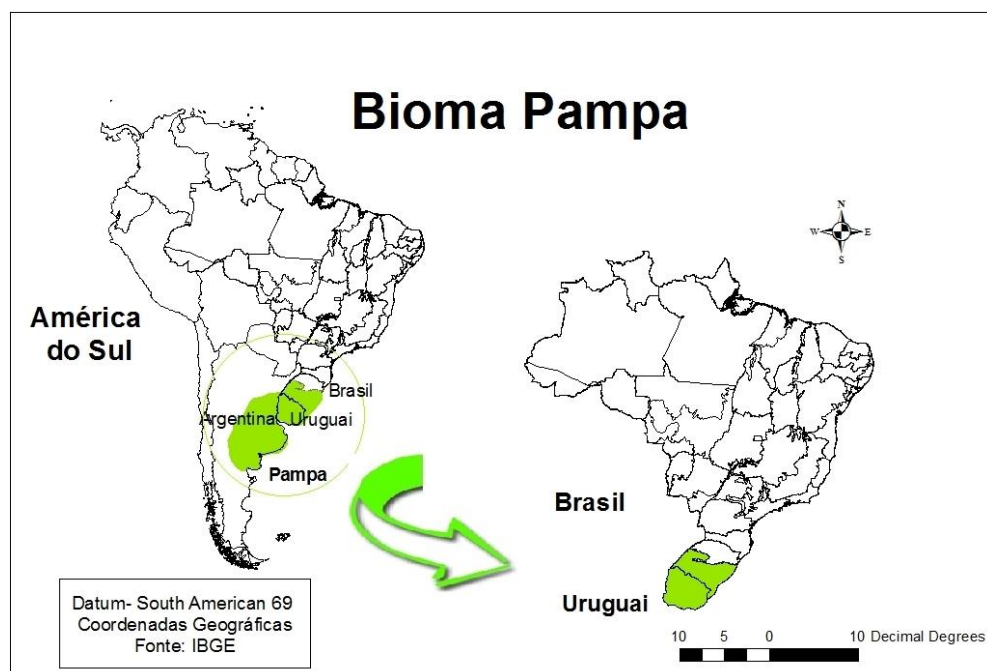
A identidade dos sujeitos da pesquisa se dá a partir da permanência dos saberes tradicionais, da tradição na forma de “lidar” com o gado bovino e ovino, de se relacionar com os elementos naturais, da permanência pacífica com o campo e com a biodiversidade, do modo de vida baseado na liberdade de camperear, entre outros. Fatores esses que são sustentáveis, diferentemente da introdução global do florestamento que desarmoniza e desarticula esses elementos. O pecuarista familiar constrói sua identidade em harmonia com o conjunto ambiental a sua volta.

3 PAMPA: a região de estudo e FLORESTAMENTO: o eixo norteador da pesquisa

“As magníficas pastagens que cobrem as capitânicas de Rio Grande do Sul e Uruguai convidam naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado...”
(Saint-Hilaire, 1935).

O Bioma Pampa trata-se de um patrimônio natural, genético e cultural de importância nacional e global, engloba uma área total de 700.000 km² e compreende um conjunto ambiental, envolvendo regiões pastoris de planícies em três países da América do Sul (Figura 4) – cerca de dois terços do estado brasileiro Rio Grande do Sul (176.496 km², correspondendo a 63% do território), as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes e a República Oriental do Uruguai (abrange a totalidade do território uruguaio, 177.414 km²). Localiza-se entre as coordenadas 34° e 30° latitude sul e 57° e 63° latitude oeste (IBGE, 2004; SUERTEGARAY e SILVA, 2009).

Figura 4 – Delimitação do Bioma Pampa, com destaque para o Rio Grande do Sul e Uruguai



Fonte: elaborada pela autora (2015).

Suertegaray e Silva (2009) apontam que o Pampa

[...] na sua história de convívio com a cultura humana foi lhe reservado o destino de servir como um grande *cocho* no decorrer de 300 anos para a produção pecuária. Compondo um mosaico de fatores e elementos, partilhado entre os primeiros caminhantes humanos, aproximadamente 10.000 anos (A.P. – antes do presente), lugar e território de várias etnias de povos précolombianos, que lhe denominaram Pampa. Termo de origem *quíchua* (ou quechua), língua aborígine da América do Sul, também falada no império Inca, significa “região plana” e está associada à paisagem dominante de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira, características do extremo sul do território brasileiro e reunindo sobre o mesmo manto campestre os *hermanos* das Repúblicas Platinas (p. 45).

No Brasil, o Bioma Pampa, se estende de São Borja, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, passa pela Região Central do estado até a praia de Torres, no Litoral Norte. Abrange ainda a Campanha Gaúcha, a Lagoa dos Patos, a Reserva do Taim e vai até o Chuí, no extremo sul do país (SCHWANZ, 2010).

As fitofisionomias campestres naturais (Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira) que o Pampa proporciona são “formações ecológicas que se inter-cruzam em uma formação ecopaisagística única, com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas, suas principais formações” (SUERTEGARAY e SILVA, 2009, p.43-44).

Por apresentar um conjunto de ecossistemas anoso, o Pampa oferece extensa biodiversidade de flora e fauna próprias. São estimadas para o RS 3000 espécies vegetais, das quais cerca de 523 gramíneas (capim forquilha, grama tapete, flexilhas, barba de bode, pêlo de porco, dentre outras), 357 compostas, 250 leguminosas (babosa do campo, amendoim nativo, trevo nativo e outras) e 200 ciperáceas¹¹ (BOLDRINI, 2009).

Boldrini (2013) aponta que para aqueles que não conhecem a paisagem campestre, a mesma pode parecer homogênea, monótona e pobre, mas nesse pequeno remanescente (176.496 km²) do Bioma foram mapeados 2.169 táxons, sendo que desses, 990 são específicos do Pampa. Para uma área tão pequena Boldrini considera que é um número bastante amplo, pois no Cerrado, por exemplo, em 3 milhões de km² são 7 mil espécies.

¹¹ Família de plantas herbáceas monocotiledôneas, que crescem geralmente em terrenos alagadiços ou brejos.

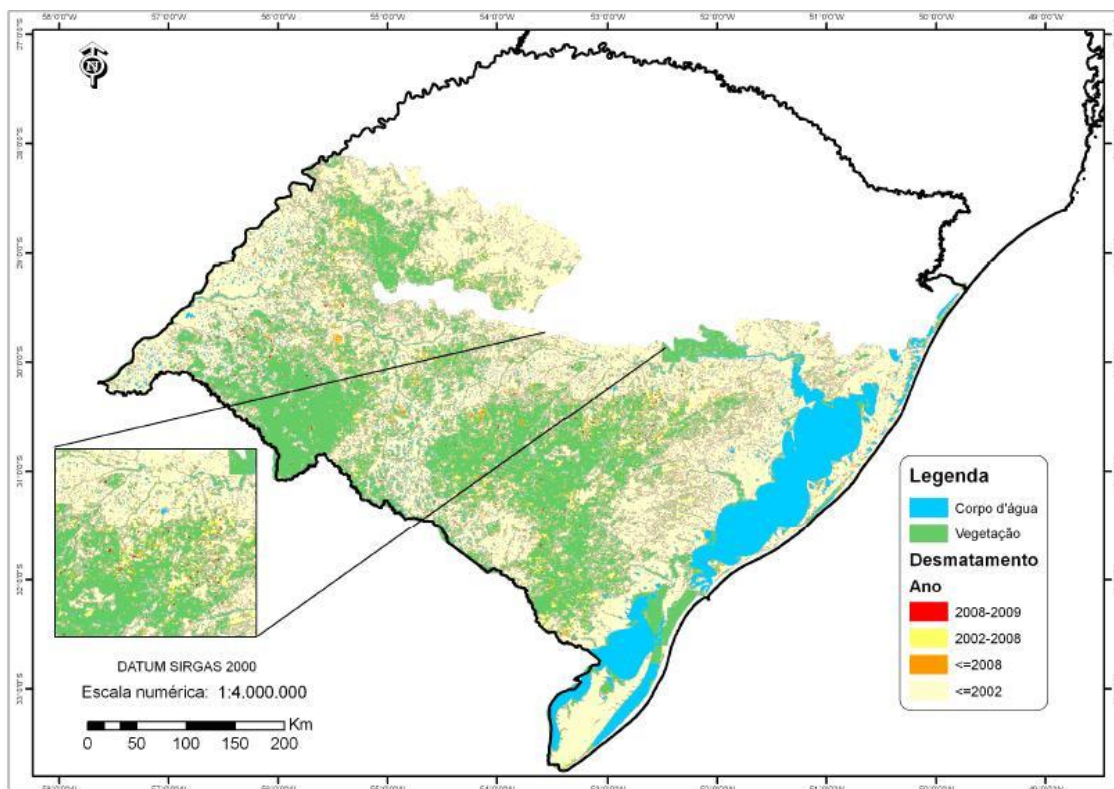
Além de toda diversidade vegetal exclusiva do Pampa, a fauna é expressiva, com quase 500 espécies de aves (ema, perdigão, perdiz, quero quero, caminheiro de espora, João de barro, sabiá do campo e o pica pau do campo). Tem-se também mais de 100 espécies de mamíferos terrestres, incluindo o veado-campeiro, o graxaim, o zorrilho, o furão, o tatu-mulita, o preá e várias espécies de tuco tuco. O Pampa abriga um ecossistema muito rico, com muitas espécies endêmicas tais como: beija flor de barba azul, sapinho de barriga vermelha, tuco tuco e algumas ameaçadas de extinção como: o veado campeiro, o cervo do pantanal, o caboclinho de barriga verde e o picapauzinho chorão (MMA, s/d).

Apesar de toda diversidade presente no Pampa, a gradativa introdução e expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas têm levado a uma rápida degradação e descaracterização das paisagens naturais do Pampa. Conforme estimativas de perda de hábitat do CSR/IBAMA (2010) em 2002 restavam 41,32% da vegetação nativa do Bioma Pampa e em 2008 apenas 36,03%.

Atualmente, o Pampa brasileiro tem apenas 0,36% de áreas protegidas por unidades de conservação e o uruguaio 0,21%, que para Brack (2007) é considerado um valor baixo conforme recomendações da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos naturais), onde cada bioma deveria ter pelo menos 10% dele preservado.

Ainda, segundo o IBGE/MMA (2012), o Bioma Pampa é o segundo Bioma mais devastado do Brasil (Figura 5), ficando atrás apenas do Bioma Mata Atlântica. No período de 2002 à 2008 foram suprimidos 2.183 km² (1,2% do Bioma) e no período de 2008 à 2009, 331 km² sofreram supressão (0,18% do Bioma). No total, o Pampa brasileiro perdeu cerca de 54,12% de sua área original até 2009. Rosário do sul está entre os vinte municípios que mais desmataram no Bioma Pampa no período 2008-2009, totalizando 0,11% (4,63 km²) do município.

Figura 5 - Distribuição espacial da supressão do Bioma Pampa até 2009



Fonte: IBGE/MMA (2012).

Chomenko (2006) ressalta que o pampa caracteriza-se por uma união vegetacional campestre relativamente uniforme em relevo de planícies, onde prevalece a cobertura vegetal em estepe e savana estépica (campos do planalto e da campanha) e vegetação mais densa, arbustiva e arbórea (encostas e ao longo dos cursos d'água), caracterizando-se ainda pela ocorrência de banhados.

A vegetação campestre do Pampa, segundo Boldrini (2009), é um sistema extremamente resiliente¹², pois proporciona uma elevada diversidade de espécies e de ecossistemas e está amplamente adaptada aos distintos locais do ambiente. Ou seja, as plantas apresentam na sua fisiologia e morfologia características peculiares capazes de tolerar as adversidades ambientais. “E a melhor forma de preservação deste ambiente é sem dúvida a forma como atualmente ele se apresenta, obtendo como produto final a produção pecuária” (QUADROS et al., 2009).

Nesse mesmo sentido, Nabinger (2006) assinala que mesmo reconhecendo que o atual Bioma Pampa é fruto de aproximadamente quatro séculos de

¹²Que possui flexibilidade, capacidade para adaptar-se à mudanças, que resiste às adversidades.

interferência do homem, mesmo assim, a maneira como ele se apresenta e sua capacidade de resiliência, tornam absolutamente indispensáveis sua manutenção, como forma de preservação do ambiente, da paisagem e da sustentabilidade econômica. Isso tudo também, pelos importantes bens (carne, lã, couro, leite) e serviços ecossistêmicos¹³ fornecidos pelo mesmo à sociedade (Quadro 1) que começaram apenas recentemente a ser valorizados, mesmo embora ano após ano estejam desaparecendo.

Quadro 1 – Serviços ecossistêmicos do Bioma Pampa e seus benefícios para a sociedade

Serviço ecossistêmico	Benefício para a sociedade
Capturam e retêm carbono atmosférico nas folhas e profusos sistemas radiculares	Diminuem a presença na atmosfera de gases que provocam o efeito estufa e a mudança climática global
Filtram a água da chuva e recarregam lentamente aquíferos	Disponibilizam a água para o consumo humano, irrigação ou ciclagem em outros ecossistemas naturais
Provém espaço, refúgio e alimento a espécies ameaçadas de extinção que somente podem viver ali	Sustentam a riqueza genética que é patrimônio dos nossos países
Mantêm populações de predadores e controladores de pragas da agricultura	Permitem a economia de custosos e muitas vezes contaminantes insumos químicos
Mantêm uma paisagem ancestral, associada a cultura e tradições	Sustentam valores estéticos e intangíveis associados ao tipo humano de nossa região
Protege sementes latentes de espécies valiosas para a forragem do gado em épocas críticas	Promovem estabilidade e possibilidades de economia ao produtor
Mantêm uma livreria genética com alcances ainda não revelados	Multiplicam futuramente as possibilidades de desenvolvimento tecnológico e genético em campos como a medicina, o combate de pragas, etc
Provém resistência aos eventos climáticos extremos como secas e enchentes	Fornecem um quadro de maior estabilidade ao produtor rural
Convertem parte da sua biomassa em carnes de grande qualidade para o consumo interno e exportação	Apóiam um regime econômico diretamente sustentado em sua condição

Fonte: Parera e Carriquiry (2014, p.18, tradução nossa).

¹³ Os serviços ecossistêmicos são os bens e serviços que obtemos dos ecossistemas diretamente ou indiretamente.

Parera e Carriquiry (2014) enfatizam que o produtor rural, seja ele proprietário ou arrendatário, é o grande protagonista e decisor, em última instância, do destino da paisagem e sua eventual transformação. Enquanto isso, a maior parte das pastagens naturais remanescentes e o peso da decisão sobre a sua existência repousa sobre os ombros dos produtores rurais. Entretanto, nem todos, ou mesmo muitos, estão conscientes disso. Menos ainda o resto da sociedade, que aprecia não só os seus produtos de consumo primário (carne), mas também os silenciosos serviços ecossistêmicos.

Diversos projetos de conservação ambiental, mais especificamente de incentivos a preservação e manutenção das pastagens naturais (Bioma Pampa) vem sendo desenvolvidos. Um deles denominado de Projeto de Identificação de Procedência da Carne do Pampa Gaúcho está baseado nos conceitos de indicações geográficas, que associa a qualidade de produtos a sua origem territorial e padrões de produção. Criado pela Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Apropampa) tem como objetivo principal ter um produto diferenciado, já que as pastagens do Bioma Pampa conferem características organolépticas diferenciada à carne produzida (APROPAMPA, 2007).

Mais recentemente (2012), um acordo foi acertado entre um grupo de governos do Uruguai, Paraguai, das províncias de Santa Fe, Formosa e Entre Ríos da Argentina e o Estado do Rio Grande do Sul, propondo o desenvolvimento de uma plataforma comum de ferramentas para oferecer incentivos aos produtores rurais (bovinocultores de corte, agricultores e florestais) que preservam porções de pastagens naturais e as integram de maneira sustentável nas suas propriedades. O projeto denomina-se “Incentivos para conservar los pastizales naturales del Cono Sur de Sudamérica”¹⁴ (OVERBEEK; KRÖGER e GERBER, 2012). Tem como objetivo principal o incentivo à conservação das pastagens naturais, sua biodiversidade e os serviços ecossistêmicos no Cone Sul da América do Sul. O índice de conservação de pastagens naturais do Cone Sul da Sudamérica (ICP), para Parera e Carriquiry (2014, p.25, tradução nossa) “poderia converter-se em uma

¹⁴ Trata-se de uma iniciativa da Alianza del Pastizal, um grupo de conservação e produção rural originado nas organizações aderidas a Bird Life International (Federação Global para a Conservação de Aves Silvestres), conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é executado por meio da organização de Aves Uruguay, Aves Argentina, Guyra Paraguay e Save Brasil.

nova balança, em condições de “pesar”, mas não carne nem grãos, e sim serviços ecossistêmicos”.

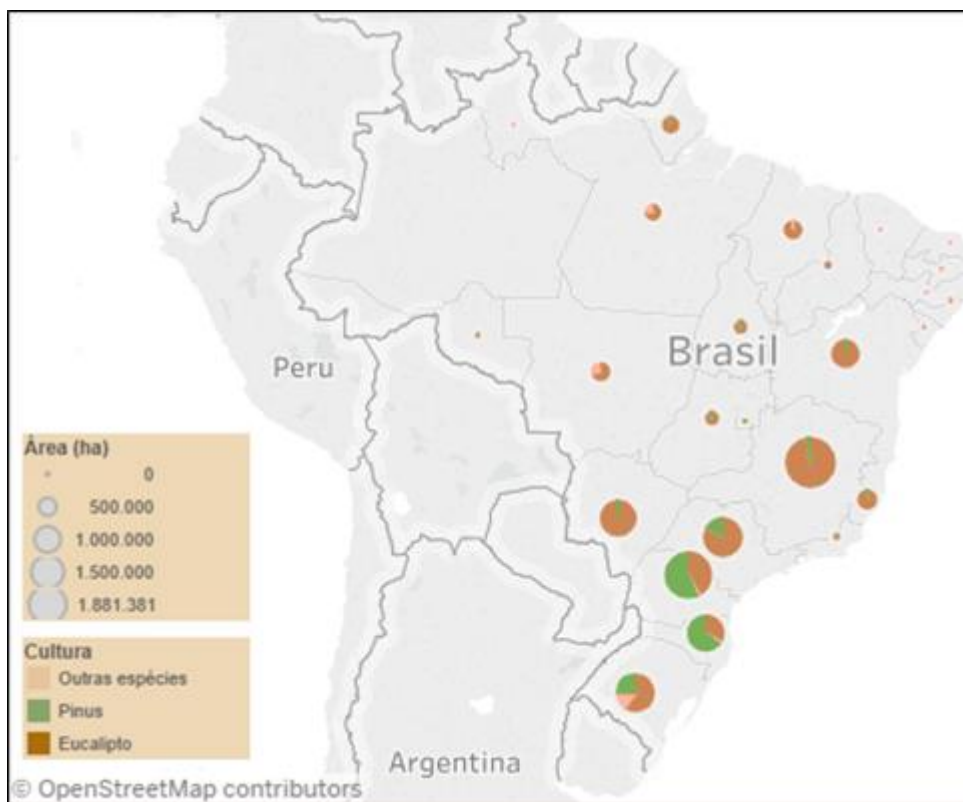
Em sintonia com o exposto acima, Quadros et al. (2009, p.206-207) consideram que para o Pampa “a melhor forma de preservação deste ambiente é sem dúvida a forma como atualmente ele se apresenta, obtendo como produto final a produção pecuária”. O Bioma Pampa apresenta um papel econômico que foi muito bem exposto pelo francês Saint – Hilaire (1935, p.207), entre os anos de 1820 e 1821, “as magníficas pastagens que cobrem as capitânicas de Rio Grande do Sul e Uruguaí convidam naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado...”.

Em contraponto, as espécies arbóreas de *Eucalyptus sp.* e *Pinus sp.* foram impulsionadas no Brasil pela Lei 4.771 de 1965¹⁵, o código Florestal, e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), através de incentivos fiscais e distribuição de mudas (GERHARDT e ZARTH, 2009). No RS, especialmente na Metade Sul do Estado, foi a partir de 2001 que se intensificou a monocultura de árvores exóticas para produção de papel e celulose.

Atualmente, o Brasil é um dos maiores produtores de floresta plantada no mundo e ocupa o 4º lugar no ranking mundial dos produtores de celulose, abrangendo uma área total de florestamento de 10.023.076 ha (PVES/IBGE, 2016), estando presente na maior parte dos estados (Figura 6).

¹⁵ Para maiores detalhes da Lei na íntegra acessar <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/521084.pdf>.

Figura 6 – Localização das florestas plantadas no Brasil (2016)



Fonte: PEVS/IBGE (2016).

Até o ano de 2016, os plantios de eucalipto, pinus e acácia ocupavam 780,9 mil hectares no RS (426.700 ha de eucalipto, 264.600 ha de pinus e 89.600 ha de acácia), equivalentes a 2,7% do território gaúcho (Quadro 2), representando 10% do total de plantios no Brasil. Cerca de 300 mil ha (38%) plantados são áreas certificadas pelo Forestry Stewardship Council (FSC¹⁶). Os plantios de eucalipto correspondem a 54,6%, pinus 33,9% e acácia 11,5% (AGEFLOR, 2017).

¹⁶ Sistema de certificação florestal formado por representantes de entidades do mundo todo.

Quadro 2 – Evolução da área plantada de eucalipto, pinus e acácia no Rio Grande do Sul

Área plantada (mil hectares)				
Ano	Eucalipto	Pinus	Acácia	Total
2006	184,2	181,4	142,4	508
2007	222,2	182,1	159	536,6
2008	277,3	173,2	188,3	638,8
2009	272	171,2	139,1*	582,3
2010	273	169	89,9	531,9
2011	280,2	164,8	89,1	534,1
2012	284,7	164,8	90,2	539,7
2013	316,4	164,2	88,8	596,4
2014	309,1	184,6	103,6	597,3
2015	308,5	184,5	100	593,1
2016**	426,7	264,6	89,6	780,9

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Ageflor (2017).

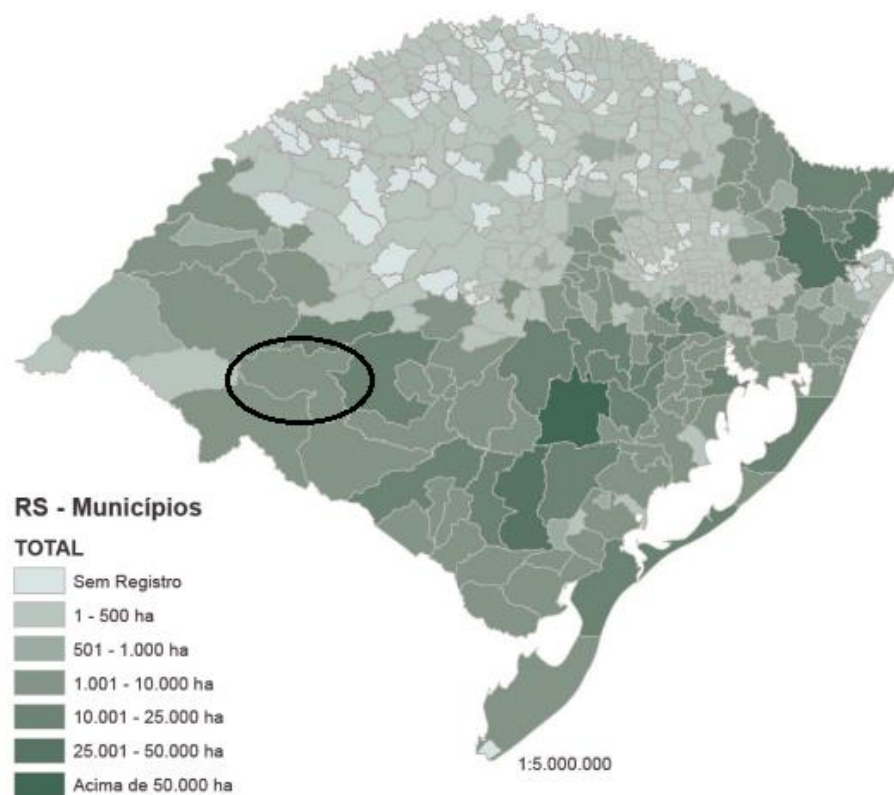
* Os dados referentes aos plantios de Acácia em 2009 foram estimados.

** A diferença significativa do ano de 2015 para 2016 não reflete aumento da área plantada, mas sim maior disponibilidade de dados e mudança na metodologia de levantamento das informações. A Ageflor estima que a área de florestas plantadas seja superior a 800 mil ha em 2016.

Em contraposição aos dados da Associação Gaúcha de Empresas Florestais, os dados do IBGE (PVES/IBGE, 2016) demonstram uma área de florestação maior no RS que a divulgada pela Ageflor. Segundo o IBGE o total da área florestada no RS é de 1.085.318 ha, sendo destes: 652.966 ha de eucalipto. 265.966 ha de pinus e 166.951 de outras espécies.

Hoje os plantios florestais estão presentes praticamente em todos os municípios do estado (Figura 7). O eucalipto foi o principal responsável pela expansão da área florestal no RS, passando de 184,2 mil ha em 2006 para os atuais 426,7 mil ha, crescimento de 77% (AGEFLOR, 2017).

Figura 7 – Distribuição espacial das florestas plantadas por municípios, com destaque para Rosário do Sul



Fonte: AGEFLOR (2017).

No Uruguai, também houve incentivo por parte do Estado para introdução das árvores exóticas, o que pode ser observado na Lei Florestal 15.939 de 1987¹⁷, que foi a base legal para gerar o desenvolvimento da indústria florestal no país e também a Lei de Zonas Francas de 1987 e a Lei de Promoção e Proteção de Inversões de 1998. Como destaca Gautreau (2014, p.45, tradução nossa) os incentivos foram

Exonerações fiscais (impostos sobre as terras e sobre os ganhos para as superfícies plantadas), subsídios por reembolso parcial dos custos de implantação (preparo do terreno, compra de insumos, custos de mão de obra para as plantações...), créditos suaves, exoneração de taxas de aduana para a importação de capitais e bens ligados a atividade silvícola.

No período de expansão da cultura de 1987-2005 alcançou um total 766.000 ha, baseado nos incentivos fiscais como devolução parcial do custo de implantação,

¹⁷ Para maiores detalhes da Lei na íntegra acessar <http://www.parlamento.gub.uy/leyes>.

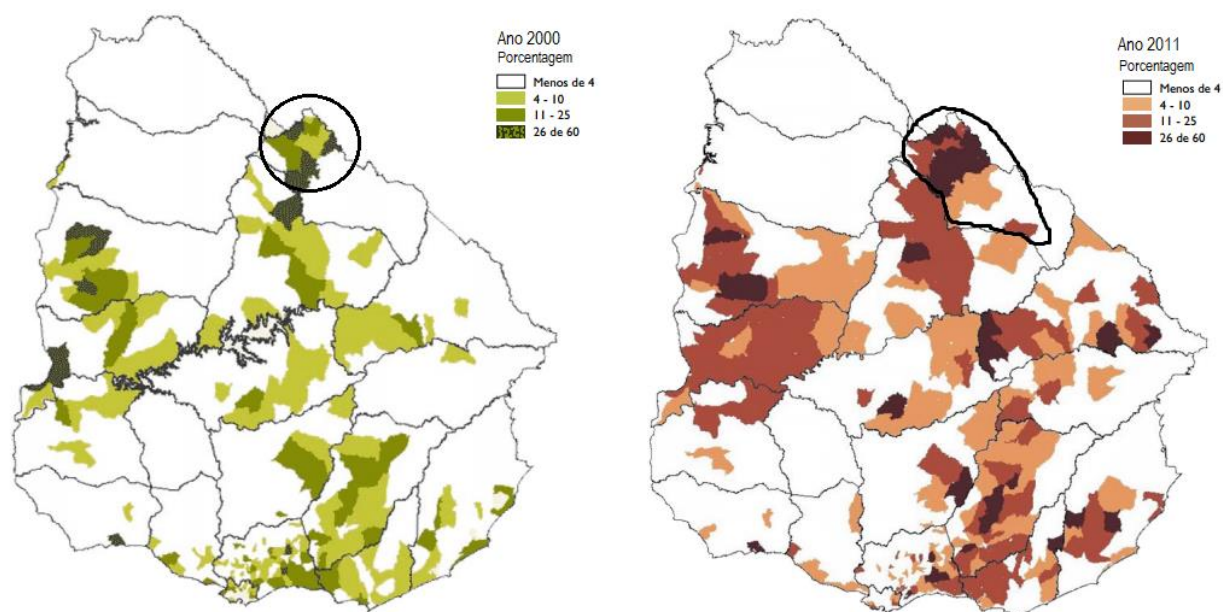
exoneração de impostos nacionais, créditos adequados e a exoneração de tarifas de importação (ROMÁN, 2006 apud CARRIQUIRY, 2009).

As plantações se instalaram em solos com prioridade florestal, distribuídos heterogeneamente dentro do país, mas geograficamente o florestamento se deu em três regiões diferentes, sendo elas: Sul-sudeste, Litoral e Centro-norte.

Os últimos dados de área florestada no Uruguai referem-se ao ano de 2013 com um total de 991.618 hectares. No departamento de Rivera a área florestada em 2000 era de 127.149 ha, passando para 162.459 em 2013. O florestamento ocupa aproximadamente 10% (333.666 ha) da superfície da região noroeste uruguaia composta pelos departamentos de Cerro Largo, Tacuarembó, Rivera e Artigas, detendo de 33,65% do total da área florestada no país (DIEA/MGAP, 2017).

Na figura 8 visualiza-se a porcentagem da superfície destinada para florestamento nos anos de 2000 e 2011 no Uruguai, com destaque para o Departamento de Rivera, compreendendo nitidamente o aumento da porcentagem das áreas em 11 anos.

Figura 8 - Porcentagem da superfície de florestamento no Uruguai, ano de 2000 e 2011, com destaque para Rivera



Fonte: Adaptado de DIEA/MGAP, 2015.

Diversos mecanismos foram aplicados também na Argentina, e da mesma forma que nos países brasileiro e uruguaio houve incentivo do Estado. Os incentivos iniciaram desde a primeira Lei de Incentivo Florestal, em 1948. A Lei de incentivo que está em vigor foi sancionada em 1998, ano que mais de 80.000 hectares foram florestados com o incentivo do governo federal (REMADE, 2012).

A área total do Bioma Pampa equivale a 17.649.600 ha, onde destes, 3.244.343 é a área estimada ocupada pela cobertura florestal (Quadro 3). Sendo que o percentual do Brasil em relação à área do Bioma é de 18,4%. O Uruguai é considerado um país com baixa cobertura florestal, em função da superfície territorial que ocupam as florestas, o que se destaca no país são as florestas plantadas com destino industrial que ocupam 750.000 ha, 4% da superfície total do país, contando com 220.000 ha de florestas plantadas para abrigo, proteção e uso recreativo (MGAP, 2010).

Quadro 3 – Área do Bioma Pampa em hectares e cobertura florestal estimada

Bioma Pampa	Total	% do Brasil	% do Uruguai
Área do bioma (ha)	17.649.600	2,1	100
Cobertura florestal estimada	3.244.343	18,4*	4*

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Mantero et al. (2008); SNIF (2015).

* em relação à área do Bioma

No que se refere ao Departamento de Rivera, as florestas plantadas com destino industrial (celulose e papel) correspondem a 1% da superfície do Departamento (DGF/MGAP, 2008). Ou seja, o total de área plantada de floresta é de 187.552 hectares (DGF/MGAP, 2010). Quanto ao município de Rosário do Sul, dados divulgados pelo IBGE no ano de 2006, demonstram que havia 2369 hectares de florestamento, sem especificação das espécies plantadas. Já em 2014 são apontados 5600 hectares de eucalipto. Percebe-se que é falho o procedimento de divulgação de dados precisos com relação a área de florestamento do município de Rosário do Sul, tanto do IBGE, como das próprias empresas florestais que atuam na

região e que não divulgam a área plantada, ou seja, não há nenhum dado oficial por parte de órgãos do governo¹⁸.

Vasconcellos e Benedetti (2011) avaliaram a evolução da cobertura florestal nos municípios da microrregião Campanha Central¹⁹, entre os anos de 2000 e 2010, e constataram que o município que apresenta cobertura florestal mais significativa dessa região é Rosário do Sul, representando 39% da área total da microrregião.

Um estudo realizado por Inácio e Senna (2014) evidencia que não há em Rosário do Sul uma cadeia produtiva da madeira formada, pois não há um seguimento de atividades que se complementam e que sejam vinculadas entre si.

Nos últimos sete anos, pelo menos 1/4 do Bioma Pampa (aproximadamente 1 milhão de hectares) foi ocupado por florestas de eucalipto e de pinus, que visam fornecer a matéria prima para indústria de papel e celulose (AGEFLOR, 2008).

Mesmo que a expansão de espécies exóticas coopere com uma alta representatividade, a agricultura é o principal fator de destruição do Pampa. Na região da Campanha do RS, a partir de 2006, a produção de soja despertou um interesse maior por parte dos produtores em abrirem mais áreas com o plantio. Dados do Campo e Lavoura (2013) demonstram que eram apenas 3 mil hectares dedicados ao grão em 2006, o que em 2013 aumentou 2500%, totalizando 80 mil hectares. Já no Uruguai a área de plantio da leguminosa foi incrementada em 7% na comparação com 2013/14, chegando a 1,4 milhão de hectares (ROCHER, 2015). Especificamente do Departamento de Rivera não se tem dados específicos do plantio da soja, mas estima-se de 15000 a 20000 hectares de área plantada.

E, além da soja, temos que levar em conta a produção de bovinos e ovinos, que apesar de ser vocação na região de estudo, torna-se uma ameaça quando manejada incorretamente, especialmente pela baixa produtividade das pastagens e a produção limitada de biomassa ao longo do inverno resultam no sobrepastejo, ocasionando implicações para a cobertura do solo, o que promove a degradação em áreas com condições de solos vulneráveis (OVERBECK et al., 2009).

¹⁸ A publicação "Forestación, territorio y ambiente: 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina", de autoria do pesquisador francês Pierre Gautreau (2014), descreve a expansão da silvicultura no Sul da América do Sul e estima as áreas de plantios no RS, realizada através de imagens de satélite cedidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM/RS.

¹⁹ Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel.

Grandin (2015), especialista em manejo de bovinos, métodos de abate humanitário e bem estar animal, expõe que o melhor uso das terras é para pastagem. Grandin assinala sobre a preocupação com os programas mundiais de conversão de cereais em combustível, que em consequência irão aumentar a criação intensiva de animais. Além disso, aponta que nos Estados Unidos e na América do Sul, campos de excelente qualidade estão sendo transformados em plantações, maximizando a erosão do solo e arruinando o meio ambiente. “O melhor uso dessas terras é para pastagem, onde os animais contribuem para manter a terra saudável” (s/p).

Bencke (2007, p.1) especialista em preservação da biodiversidade pampiana e não adepto a expansão do florestamento afirma que

as monoculturas podem decretar o fim do pampa como uma grande unidade natural e estamos diante de uma oportunidade para evitar que isso aconteça, o que não pôde ser feito com relação às nossas florestas e banhados, pois não havia consciência ecológica e não se falava em desenvolvimento sustentável quando esses ecossistemas foram explorados e degradados até quase sua exaustão.

No Rio Grande do Sul, particularmente na Metade Sul, foi a partir de 2004²⁰, que a promoção do desenvolvimento da monocultura com eucalipto, foi visualizada como forma de crescimento econômico, por meio do Governo Estadual (políticas públicas e serviços da EMATER-RS/ASCAR²¹). Essa região do Estado encontra-se em processo de estagnação econômica, e, além disso, é considerada uma região empobrecida, que historicamente recebeu menos recursos do governo do Estado. Do ponto de vista socioeconômico, o objetivo seria transformar a matriz econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul, histórica e culturalmente pastoril, em região de produção de madeira e celulose (AZEVEDO e FIALHO, 2015).

Fatores como menor custo com mão de obra, disponibilidade de extensas áreas, baixo valor do hectare da terra, incentivos fiscais, boas condições de estradas e ferrovias e características climáticas adequadas para o cultivo de eucalipto foi o que atraiu as empresas de grande porte do setor de celulose a se instalar nessas

²⁰ Um dos programas de fomento à produção de eucalipto executado pelo Governo Estadual da época era o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA), que por meio da Caixa RS, buscava a geração de renda e emprego em regiões menos desenvolvidas.

²¹ Auxílio aos produtores com assistência técnica especializada e para a elaboração de projetos de cultivos de eucalipto.

regiões. No Uruguai há mais de três décadas as empresas multinacionais do setor percorrem a região, já no Brasil este panorama é mais recente.

Todavia, entidades não governamentais e representativas da população local começaram a questionar estes investimentos. A inquietação estava norteadada na perda da biodiversidade que o plantio de monoculturas em grande escala poderia ocasionar ao Bioma Pampa. O debate era centralizado nos impactos que poderiam acontecer a partir do plantio de árvores exóticas, como eucalipto, pinus e acácia negra, em uma região de campos, e, mais, outro importante fator foi o de que as empresas principiaram o plantio antes da aprovação dos empreendimentos (licença prévia de instalação) por parte dos órgãos ambientais estaduais (GRANDO, 2007).

Além disso, Binkowski (2009) aponta como críticas ao florestamento a diminuição da fertilidade, o incremento da erosão, a redução da permeabilidade de água, os danos causados às estradas e rodovias por onde transitam caminhões e máquinas agrícolas cuja restauração e manutenção são realizadas com recursos públicos, a reprodução dos modos de vida das populações locais e a ruptura de duas tradições produtivas - a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva.

Litre (2010) aponta três categorias para o impacto ambiental derivado da implantação do florestamento no Pampa: 1) redução da biodiversidade, 2) redução da disponibilidade de água e 3) salinização do solo. Grande parte das espécies mais vulneráveis não ocupa todo o Pampa e sim regiões restritas dos campos, assim, qualquer extensão do Bioma convertido em monoculturas pode comprometer a biodiversidade e seu ambiente natural. Quanto a redução de água, existe o fato de que chove menos em algumas regiões e grandes plantações podem reduzir o mantimento de água para rios e arroios, transformando-os em cursos d'água temporários e intensificando estiagens (BENCKE, 2007; CHOMENKO, 2006). Árvores possuem raízes mais profundas do que as espécies vegetais que compõem uma pastagem natural, movimentando depósitos de água subterrânea mais profundos e trazendo sais acumulados, podendo causar a salinização do solo, já constatado no Pampa argentino (BENCKE, 2007).

No Rio Grande do Sul, desde o ano de 2004 se discute o planejamento e a definição de diretrizes para a plantação de florestas comerciais. Assim, a Secretaria

do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA²²) lançou por meio da Portaria nº 048 de 21 de setembro de 2004 o processo que iria deliberar as regras que levariam a criação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura para Rio Grande do Sul (ZAS). Portanto, este documento no seu formato inicial não agradou as empresas florestais, seguramente por questões econômicas, fazendo com que estes se unissem para modificá-lo, de acordo com seus próprios interesses.

Neste período, coordenado pela Fepam, Fundação Zoobotânica e Departamento de Florestas e Áreas Protegidas do Estado do RS, com apoio de especialistas de várias universidades, foi realizado um estudo, onde foram determinadas 45 Unidades de Paisagem Natural (UPN), que por meio de uma matriz de vulnerabilidade indicou 12 UPN com baixo grau de restrição à silvicultura, 15 com médio grau e 18 com alto grau de restrição. Para Lanna (2007) este estudo deveria ter sido empregado como referência para o licenciamento da silvicultura.

Bencke em 2007 expunha que o ZAS só seria efetivado se todos os setores abrangidos - até mesmo sociedade - discutissem amplamente e se houvesse interesse político para executar. Conforme o autor (p.2), o zoneamento não estava sendo feito para “atrapalhar a vida de ninguém, mas para garantir qualidade de vida à população gaúcha e a preservação do nosso rico patrimônio natural. Cabe também a nós, portanto, vigiar para que esse instrumento de gestão venha a ser bem utilizado”. O Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul foi aprovado pela Resolução Consema N.º 187/2008²³.

De acordo com Mantero et al. (2008) mais de 90% das florestas plantadas do Uruguai com objetivo de produção de matéria prima industrial dispõem de um Plano de Manejo e Ordenamento Florestal aprovado pela Direção Geral Florestal (DGF/MGAP) e no futuro a grande maioria serão desenvolvidas com um estudo de impacto ambiental prévio, aprovado pela Direção de Meio Ambiente (DINAMA/MVOTMA).

²² Antes conhecida por Secretaria Estadual do Meio Ambiente, recebendo a nova denominação em dezembro de 2014, conforme o projeto de Lei nº 282 /2014 do Poder Executivo, aprovado pela Assembleia Legislativa.

²³ Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/02103520-resolucao-187-08-com-os-anexos.pdf>>.

Dessa forma, o avanço nas monoculturas, seja soja, eucalipto, pinus, ou outros, tem acarretado dramáticas transformações territoriais, que para o IUCN (2008) podem decretar o fim do Pampa como uma ampla unidade natural. Se falarmos em fim do Pampa estamos falando também do fim da população tradicional desse ambiente, os pecuaristas familiares.

4 PECUÁRIA FAMILIAR DO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO: os sujeitos da pesquisa

“La producción familiar es una forma distinta de ver, de pensar y de relacionarse; es mucho más que un negocio, es una forma vida y una forma de asegurar la permanencia de la población en el campo”
(José Olascuaga, Director General de Desarrollo Rural – Uruguay, 2015).

Fonte de renda e de trabalho a pecuária praticada extensivamente em pastagens naturais concebe uma forma importante de preservar culturas regionais. Todavia, essa atividade econômica tem perdido espaço pela conversão de pastagens naturais em lavouras e florestamento, principalmente.

Segundo conclusões do Foro Nacional de La Agricultura Familiar (FONAF, 2004) a pecuária familiar é uma “forma de vida” e uma “questão cultural”, com o objetivo de reprodução social da família em condições dignas. Gera emprego, não só no campo, mas nas cidades, onde esta categoria sobrevive.

A pecuária familiar e o “ser gaúcho²⁴”, são umas das “marcas registradas” da Argentina, do Rio Grande do Sul e do Uruguai. A tradição, as vestimentas, o modo de falar, de comer, de se relacionar com o cavalo, cachorro, gado. Festas típicas, música, organização do trabalho. Relação com a paisagem, natureza, campo. Enfim, na pecuária familiar “existem valores difíceis de ser achados na pecuária industrial: o animal que é criado para ser morto, mas é respeitado e cuidado pelo pecuarista, orgulhoso de que seu gado cresça “em campo aberto” e em liberdade” (LITRE, 2010, p.37).

As representações organizadas pelo homem sobre as suas relações com o meio onde habita afetam e expressam a sua ação sobre esse meio. Isso pode ser evidenciado na pecuária de corte do Pampa, onde a cultura do gaúcho favoreceu/favorece uma relação relativamente harmoniosa com a paisagem a mais de 200 anos (LUTZENBERGER, 1997; IUCN, 2008). De certa forma, os pecuaristas

²⁴Denominação dada às pessoas associadas à atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do Vale do Rio da Prata e do Sul do Brasil.

familiares do Pampa são ainda “invisíveis” à sociedade, ignorados pelo meio acadêmico, pelos governos e até mesmo pelas organizações de proteção ambiental.

A própria FAO (2006) critica os impactos negativos da produção de bovinos de corte para com o meio ambiente, e, por outro lado, reconhece a importância social desta categoria de produtores com relação a segurança alimentar, permanência de jovens no meio rural e criação de mão de obra a custos inferiores. E, mais, afirma que a produção de carne em 2050 chegará aos 465 milhões de toneladas, sustentando 1,3 bilhões de pessoas.

No Rio Grande do Sul o trabalho com este público vem ganhando espaço. Começaram a serem denominados dessa forma, a partir dos anos 2000, através de estudos realizados pela EMATER/RS. Sabe-se, no entanto, que ainda necessita de uma maior definição teórico-conceitual sobre essa categoria (RIBEIRO, 2009).

No ano de 2011 foi regulamentada a Lei Estadual que defini o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM), instituído pela Lei nº 13.515 de 13 de setembro de 2010 (BRASIL, 2011). O mesmo é executado pela administração pública direta e indireta do Estado, sob coordenação da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) e da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), em parceria com a União, municípios e instituições privadas.

O programa tem como finalidade a promoção do desenvolvimento rural sustentável com justiça social, melhoria da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, por meio da coordenação de ações integradas junto aos pecuaristas familiares, suas cooperativas e associações. São considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições (BRASIL, 2011; EMATER/RS, 2014b):

I – tenham como atividade predominante a cria ou a cria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;

II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;

III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a 300 hectares;

IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele;

V – obtenham no mínimo 70% da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

No Rio Grande do Sul, conforme levantamentos da FETAG (2014), o número de famílias pertencentes a esta categoria social, se aproxima de 60 mil, sendo que na Metade Sul esta categoria representa 70% do total. O RS possui 10 milhões de bovinos de corte, desse montante aproximadamente 3 milhões pertencem à pecuaristas familiares, correspondendo a 800.000 cabeças na Região da Campanha e Fronteira Oeste; 700.000 cabeças na Região Central; 750.000 cabeças na Região Sul; 420.000 cabeças na Região Campos de Cima da Serra e 300.000 cabeças na Região Metropolitana. São responsáveis ainda por 40% da produção de terneiros de corte do RS (EMATER/RS, 2014b).

O número de famílias de pecuaristas familiares em Rosário do Sul totaliza 1650 (Quadro 4). O rebanho de bovinos no município é de 357.699 cabeças de bovinos e 155.032 cabeças de ovinos (IBGE, 2011).

Quadro 4 – Categorias rurais presentes no município de Rosário do Sul

Categoria	Nº	Unidade de Medida
Assentados	48	Famílias
Quilombolas	18	Famílias
Indígenas	0	Famílias
Pecuarista familiar	1650*	Famílias
Pescadores	17	Famílias
Agricultores familiares	229	Famílias
Pecuarista não familiar	480	Famílias
Agricultor não familiar	175	Famílias
Outros	49	Famílias

Fonte: Emater/RS – Estudo de situação Rosário do Sul (2014a); *Emater/RS – Levantamento Pecuaristas Familiares no RS (2012).

No caso do Uruguai, este público ganha vez desde 2005 nas políticas voltadas aos produtores familiares, pelo fato de que a grande maioria destes são pecuaristas (ganaderos familiares), por meio da “Oficina de Programación y Política

Agropecuaria” (OPYPA) e do “Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca” (MGAP).

A definição formal de produtor familiar no Uruguai foi dada em 2008, pela Resolução MGAP 527/08, Lei 18341 - Art. 32, vigente até fevereiro de 2014. Após esse período foi ajustada, esclarecendo aspectos conceituais e inclusive setores não alcançados pela mesma. As novas Resoluções MGAP 219/14 e 397/14 (MGAP, 2014) definem que produtores/as familiares são pessoas físicas que, com ou sem a ajuda de outros, gestiona diretamente uma exploração agropecuária e/ou realiza uma atividade produtiva agrária que não requer o uso direto da terra. Esta pessoa, em conjunto com sua família, deve cumprir os seguintes requisitos simultaneamente:

- realizar a exploração com a contratação de, no máximo, dois assalariados não familiares permanentes ou seu equivalente em jornadas de trabalho não familiares (500 horas ao ano);

- explorar no total até 500 hectares, sob qualquer forma de posse;

- residir na exploração ou a uma distância menor a 50 km da mesma;

- rendas familiares nominais extras devem ser inferiores ou iguais a 14 BPC (Base de Prestaciones y Contribuciones) média mensal. O valor atual da BPC equivale a 2.819 pesos, o que eleva a cifra a 39.466 pesos.

Os estabelecimentos de pecuaristas familiares no Uruguai representam 84,4% (31.134) do total de estabelecimentos com produção de bovinos de corte. Em Rivera de um total de 2.083 estabelecimentos agropecuários, 1.884 produzem bovinos de corte (90,5%), com 588.312 cabeças de bovinos em uma área de 814.054 hectares (DIEA/MGAP, 2011).

Especificamente, o universo de estabelecimentos de pecuaristas familiares em Rivera não se encontra detalhado no “Censo General Agropecuario”. Apenas tem-se o registro de produtores familiares ganaderos²⁵, onde só se registra quem tem vontade de ser beneficiário de políticas públicas do desenvolvimento rural pelo MGAP. Os registrados são 865 (cada registro é por núcleo familiar, podendo ter mais de uma pessoa por registro, a qual não é contabilizada) (DGDR, 2015).

Embora o tamanho das unidades produtivas para fins de definição de categoria (pecuária/produtor familiar) seja diferente entre os países estudados,

²⁵ O registro é uma ferramenta que tem como objetivo fundamental a aplicação de políticas diferenciadas para a produção familiar mediante a identificação dos beneficiários de forma clara (DGDR, 2015).

justificadas por características históricas, econômicas, políticas e geográficas, o que permeia em comum é a utilização da mão de obra familiar e a dedicação a atividade pecuária.

A pecuária familiar do Pampa, para Borba et al. (2009), apresenta como característica a “racionalidade camponesa”, atrelada a elementos peculiares da agricultura pré moderna, constituindo-se em uma estratégia produtiva que se desenvolve com baixo grau de mercantilização. É uma combinação de atributos “culturais (cultura “ganadeira”), socioeconômicos (pecuária como estratégia principal de reprodução social e econômica, de pequena escala, com reduzida capitalização, pecuária como “poupança”) e ecológicos [...]” (Ibid., p.7).

Semelhantemente, Azevedo (2013) constatou que os pecuaristas familiares do Pampa brasileiro possuem extrema semelhança com o modo de apropriação da natureza camponês. Isto evidenciado a partir de dados quanto ao uso da energia, tamanho da terra, auto-suficiência, uso da força de trabalho, diversidade da produção, produtividade, desejos e anseios, formas e transmissão dos conhecimentos e visão frente à natureza e ao mundo. Os mesmos mostram-se integrados ao Pampa, resistentes ao processo de modernização através da valorização de sua cultura local e sua paisagem campestre.

O pecuarista familiar é considerado um tipo particular e diferenciado de agricultor familiar²⁶. Entretanto, em termos produtivos, o pecuarista familiar se dedica basicamente a bovinocultura de corte extensiva sobre pastagem natural, apresentando lógicas e estratégias próprias da produção familiar e da reprodução social²⁷ (RIBEIRO, 2009), bem como forte relação com o ambiente físico e aversão ao risco acentuada (CARRIQUIRY, s/d).

As principais vulnerabilidades dos pecuaristas familiares brasileiros e uruguaios, conforme análise comparativa realizada por Carriquiry (s/d), são aspectos

²⁶Os principais elementos para uma conceituação sobre a agricultura familiar é a gestão estar nas mãos dos proprietários unidos por laços de parentesco; responsabilidade de todos os membros da família prover capital para a propriedade; trabalho ser realizado pela família sendo que todos os membros residem na propriedade (GASSON e ERRINGTON, 1993).

²⁷ A reprodução social da agricultura familiar envolve duas dimensões: a reprodução de ciclo curto e a reprodução de ciclo longo. A reprodução de ciclo curto combina fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais para atender ao consumo familiar e repor os insumos básicos para o reinício do processo produtivo. Assim, o autor relaciona a reprodução de ciclo curto com a lógica econômica da família, englobando elementos como trabalho e consumo, enquanto a reprodução de ciclo longo trata dos aspectos do ciclo geracional e da perpetuação das famílias através do nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986).

ligados a sobrevivência e reprodução, como os climáticos e a falta de sucessor, principalmente, mas também preços e mercados.

A pecuária de corte apresenta uma realidade diversificada, complexa e, contrariamente, pouco conhecida. Por um lado tem-se uma relativa abundância de investigações sobre a cadeia produtiva da carne bovina e, por outro lado, tem-se a carência de informações sobre o perfil dos produtores rurais envolvidos nessa atividade. Essa carência mostra-se particularmente importante quando se leva em conta a diversidade de situações encontradas na esfera da atividade. Essa diversidade deriva não apenas do grau tecnológico dos produtores e da heterogeneidade dos sistemas de produção, mas até mesmo da natureza das relações de produção implicadas (PORTO et al., 2009).

Ribeiro (2009) coloca que os pecuaristas familiares, são também confundidos com produtores patronais²⁸, não conseguindo assim enquadramento nos programas de apoio governamental à pequena produção e a sociedade permanece desconhecendo as principais dificuldades que enfrentam, como a baixa rentabilidade de sua atividade. Ou então, vistos como minifundiários, ou seja, que só produzem para consumo próprio, sem participação nem influência no mercado de carne. Porém, pesquisas tem reconhecido a existência de grupos de produtores de bovinos de corte extensivamente em propriedades de pequeno e médio porte, que comercializam carne e são inseridas no mercado.

Historicamente as áreas do Pampa tiveram relacionadas com o desenvolvimento da atividade pecuária. Este ambiente sempre foi e é extremamente favorável à criação de bovinos, o que propiciou o desenvolvimento desta atividade a partir das estâncias (REVERBEL, 1986). Para Lutzenberger (1997) do ponto de vista ambiental, é importante ressaltar que a pecuária extensiva no sul do Brasil (e porque não dizer do Uruguai também) é uma das raras atividades de exploração humana que se encontra em relativa harmonia com o Pampa.

No entanto, Quadros et al. (2015, p.147) argumentam que

²⁸ São aqueles que possuem grandes áreas produtivas, similares aos produtores empresariais. No entanto, não alcançam os mesmos índices produtivos que os empresariais, em decorrência de não empregarem a mesma tecnologia (COTRIM, 2003).

para a preservação dos campos nativos é essencial reconhecê-los como ecossistemas de ampla diversidade e serviços ambientais prestados à população. O conhecimento das características das plantas e, conseqüentemente, do seu crescimento, aliado às necessidades dos animais de criação permite um manejo pastoril que propicie o convívio harmonioso de uma atividade econômica rentável com a conservação de um patrimônio ecológico e cultural para as futuras gerações.

O protagonista neste trabalho é o pecuarista familiar e suas famílias, que lutam por manter o seu lugar num cenário lotado de novos atores, onde existe um modo de vida ameaçado, que submerge ligeiramente, levando consigo cultura gaúcha e um modo de se vincular com a natureza pouco frequente em outros biomas (LITRE, 2010).

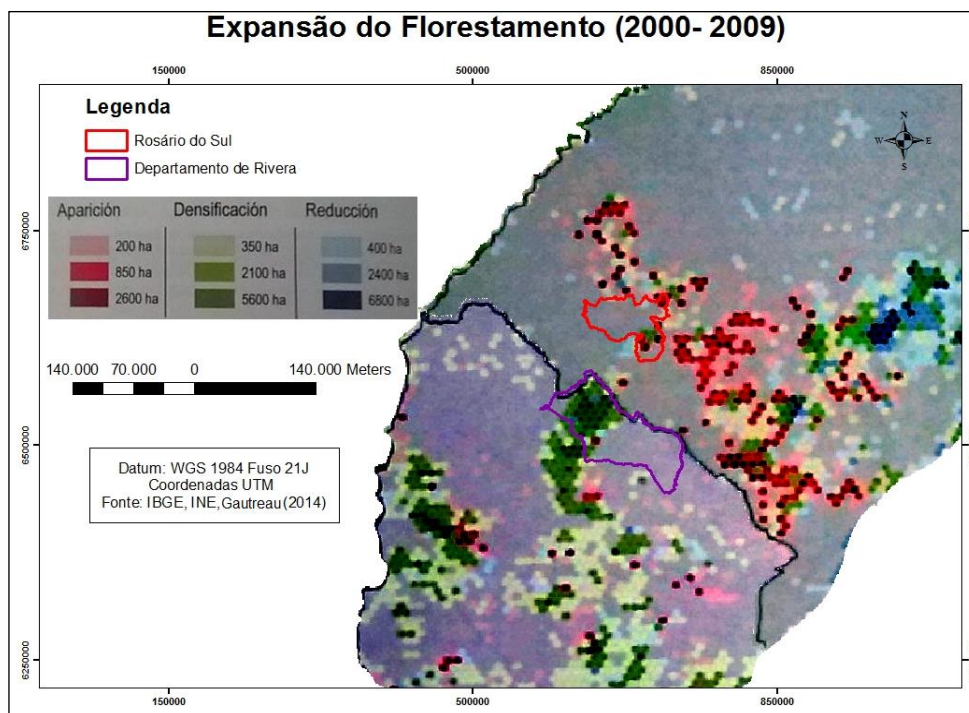
FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

5 O CONTEXTO ESTUDADO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do município de Rosário do Sul e do Departamento de Rivera deu-se pela expansão da área do florestamento no decorrer dos últimos anos nesses municípios, bem como, pelo número de pecuaristas familiares presentes nesses locais, conforme já destacado no capítulo 4.

Num primeiro momento a ideia era de pesquisar Santana do Livramento, por ser área de fronteira com Rivera, no entanto, os municípios de fronteira não tiveram uma ação específica da indústria florestal em função da legislação que restringe o acesso às terras em regiões fronteiriças. Sendo assim, dos municípios com programas florestais, o que reunia condições semelhantes e com maior proximidade à Rivera foi Rosário do Sul, conforme pode ser visualizado na Figura 9.

Figura 9 – Evolução espacial da área de florestamento no Rio Grande do Sul e Uruguai, com destaque para o município de Rosário do Sul e o Departamento de Rivera

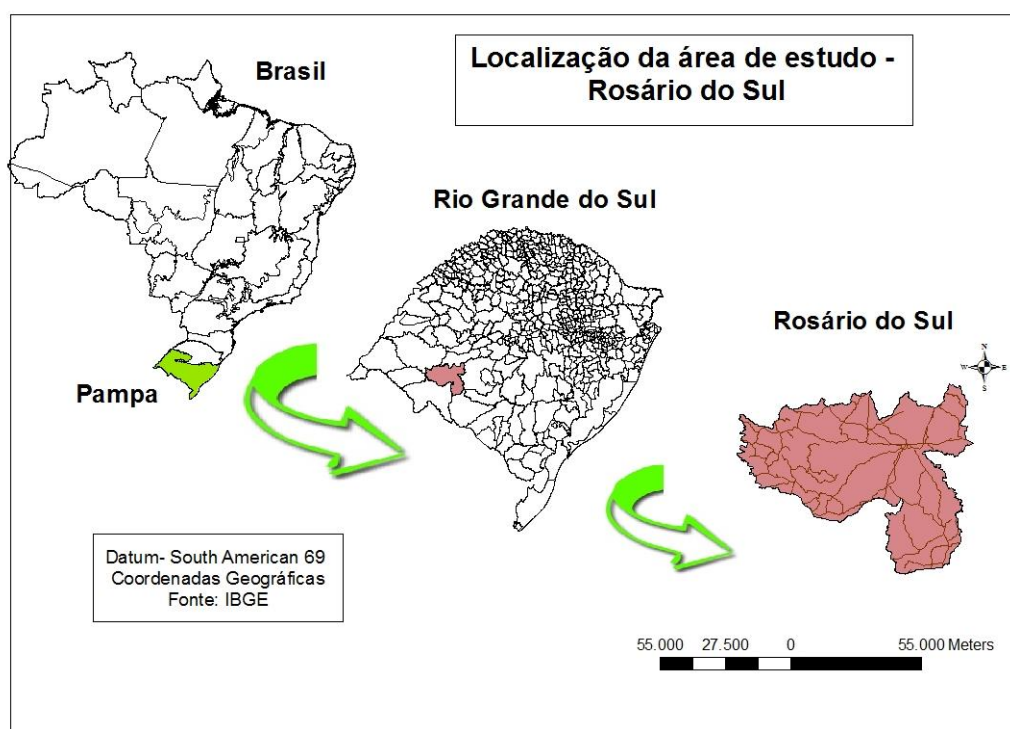


Fonte: Adaptado de Gautreau (2014).

5.1 ROSÁRIO DO SUL – RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

O município de Rosário do Sul está localizado na Fronteira Oeste, Metade Sul do Rio Grande do Sul – Brasil (Figura 10), limítrofe aos municípios de Alegrete, Quaraí, Cacequi, São Gabriel, Santana do Livramento e Dom Pedrito, estando distante 386 km de Porto Alegre, capital do estado (CNM, 2015). Foi emancipado em 19 de abril de 1876, conforme Lei provincial nº1020.

Figura 10 – Localização do município de Rosário do Sul



Fonte: elaborada pela autora (2015).

Situado entre as coordenadas geográficas latitude 30° 14'36" Sul e longitude 54° 55'18" Oeste e compreende 4.370 km² de extensão territorial. A população total de Rosário do Sul é de 39.751 habitantes, sendo 34.938 (87,9%) residentes na área urbana e 4.813 (12,1%) na área rural (IBGE, 2011). O módulo fiscal do município é equivalente a 28 hectares.

O reduzido percentual de povoamento da área rural se justifica pela grande presença de latifúndios. Ou seja, Rosário do Sul faz parte da Região da Campanha Gaúcha que apresenta maior concentração fundiária do Estado do RS, representada principalmente pela figura do estancieiro, segundo a tipologia dos Sistemas Agrários proposta por Silva Neto e Basso (2005).

Além disso, a partir da década de 1970 houve um decréscimo da população rural, onde a migração era para a sede municipal ou outras cidades, ocorrendo isso também no meio urbano. Entretanto, com a implementação de políticas públicas como o “Luz para Todos” houve uma redução na saída do meio rural e um pequeno retorno ao mesmo. Um dos aspectos que corrobora com o êxodo rural é que as mães estão acompanhando os filhos que vão estudar na cidade e geralmente as moças não retornam mais ao campo ao concluir os estudos. Aproximadamente 37% do público pertence as categorias de jovens e crianças, número expressivo quando comparado ao total da população rural (EMATER/RS – ESTUDO DE SITUAÇÃO ROSÁRIO DO SUL, 2014).

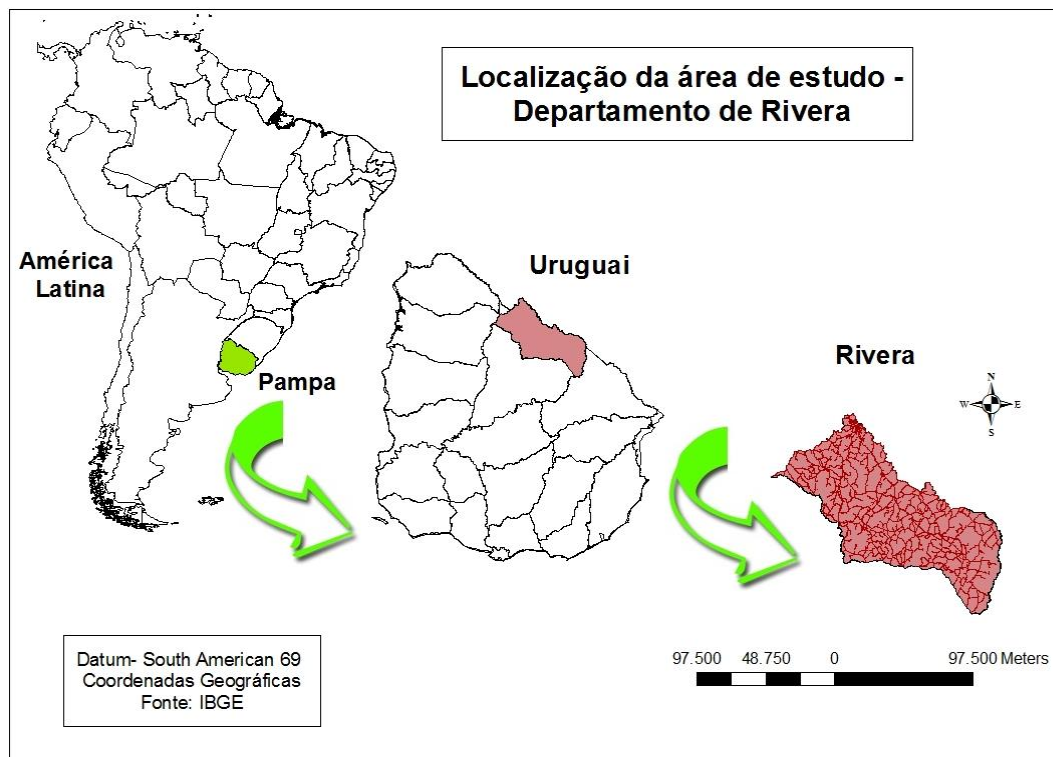
Rosário do Sul orgulha-se de ser o berço do gaúcho nativo, afirmando que foi na Serra do Caverá, junto aos cerros Macaco, Bugio, Figura de Pedra e Minuano, que se processou a formação do homem do pampa a partir do final do século XVII (IBGE, 2015).

A economia do município é baseada no setor primário, principalmente, na atividade agropecuária e agroflorestal. Destacam-se as lavouras temporárias (principalmente arroz, soja e milho); pecuária; fruticultura e o setor florestal (SILVEIRA et al., 2009).

5.2 RIVERA – URUGUAI

O departamento de Rivera encontra-se situado no nordeste do Uruguai (Figura 11), limitando-se, ao norte com o Brasil; ao sul-oeste e ao sul, com o Departamento de Tacuarembó; ao leste com Cerro Largo e; ao oeste com Artigas e Salto. Ocupa uma superfície de 9.370 km², representando 5,3% da superfície total do país, e está distante 500 km da capital, Montevideu (INE, 2011).

Figura 11 – Localização do Departamento de Rivera



Fonte: elaborada pela autora (2015).

A cidade foi fundada em 1862, com o nome de Pueblo Ceballos em memória do vice-rei espanhol Pedro de Ceballos. Porém, com o decreto nacional que determinava a criação do departamento, teve seu nome modificado em 1867 para homenagear o general Fructuoso Rivera.

A população total, segundo o censo 2011 é de 103.493 mil habitantes, sendo a população urbana 95.891 e a rural 7.602. Rivera situa-se entre as coordenadas geográficas latitude 30°54'1" Sul e longitude 55°33'02" Oeste (INE, 2011).

A principal atividade econômica é baseada no setor terciário, composto fundamentalmente pelo comércio, com 61,5% da população economicamente ativa (PEA). O setor primário (pecuária, agricultura, florestamento e mineração) engloba 20,3% da PEA e o secundário (indústria manufatureira, construção e eletricidade, gás e água) ocupa 18,2% (BENTANCOR, 2008).

5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa é de base qualitativa. Uma pesquisa qualitativa envolve informações subjetivas de locais e de fatos, fornecidas pelos sujeitos envolvidos. Minayo (1994, p. 21-22) afirma que a pesquisa qualitativa

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Considerando a temática do florestamento e os pecuaristas familiares brasileiros e uruguaios que vivem rodeados pelo mesmo é que essa tese tem sua devida finalidade, no que tange a compreensão da identidade de resistência desses sujeitos. Para isso, este estudo tem seu enfoque no empirismo e considera-se a pesquisa quanto ao objeto uma pesquisa de campo, onde se investiga um fenômeno social contemporâneo dentro de seu contexto real, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles, e baseia-se na observação dos fatos tais como ocorrem na realidade.

Para Marconi e Lakatos (1990, p.75) a pesquisa de campo é “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Minayo (1994, p. 53) considera a pesquisa de campo como “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Ou seja, é escolher uma determinada área para aplicar a teoria da pesquisa.

Esta pesquisa de campo caracteriza-se pelo caráter exploratório e descritivo. Salienta-se que este tipo de pesquisa objetiva uma maior compreensão e esclarecimento de um determinado problema, que conforme Gil (2007) o pesquisador procura um maior conhecimento sobre o tema em estudo. A abordagem descritiva procura especificar as características, os perfis importantes, as aspirações, as implicações, entre outros, de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise (DANHKE, 1989, apud

SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Ou seja, na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira nele. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador” (ANDRADE, 2005, p.124).

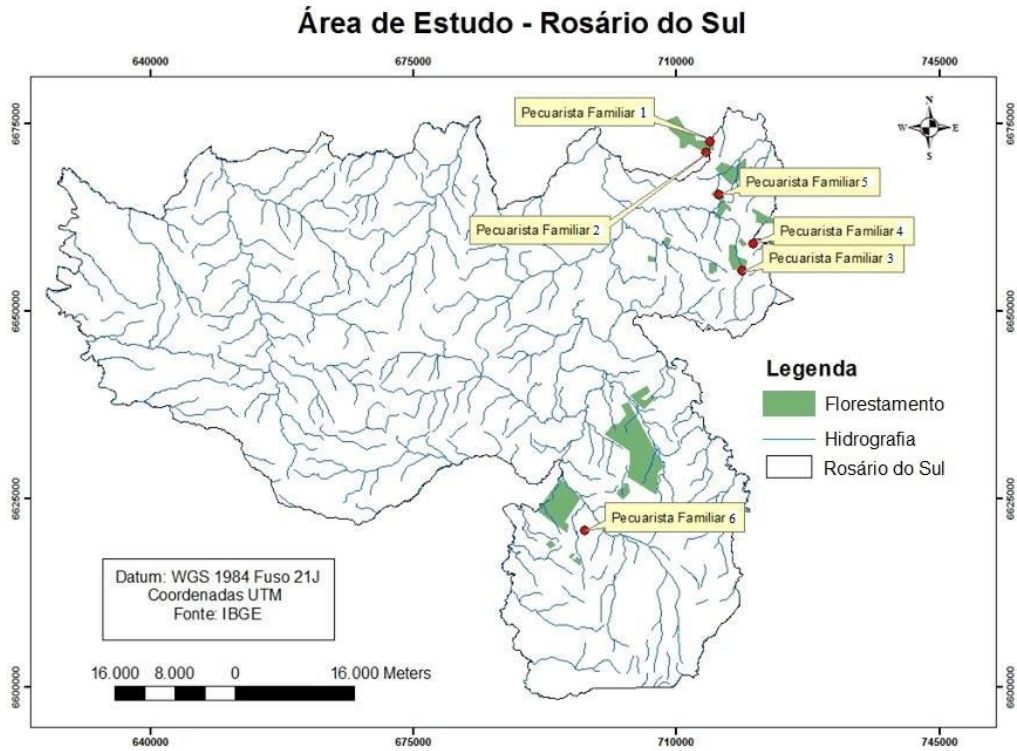
A metodologia utilizada para a pesquisa é dividida em quatro etapas:

1) Uma das primeiras etapas metodológicas utilizadas foi a pesquisa bibliográfica, para fins de construir a base teórica, possibilitando a compreensão das temáticas em questão, o estado da arte, os trabalhos que foram realizados a respeito e as opiniões sobre os assuntos base.

Este conjunto citado constitui o domínio empírico da teoria, pois esta tem sempre um caráter abstrato. Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. [...] O investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles (MINAYO, 2008, p.18).

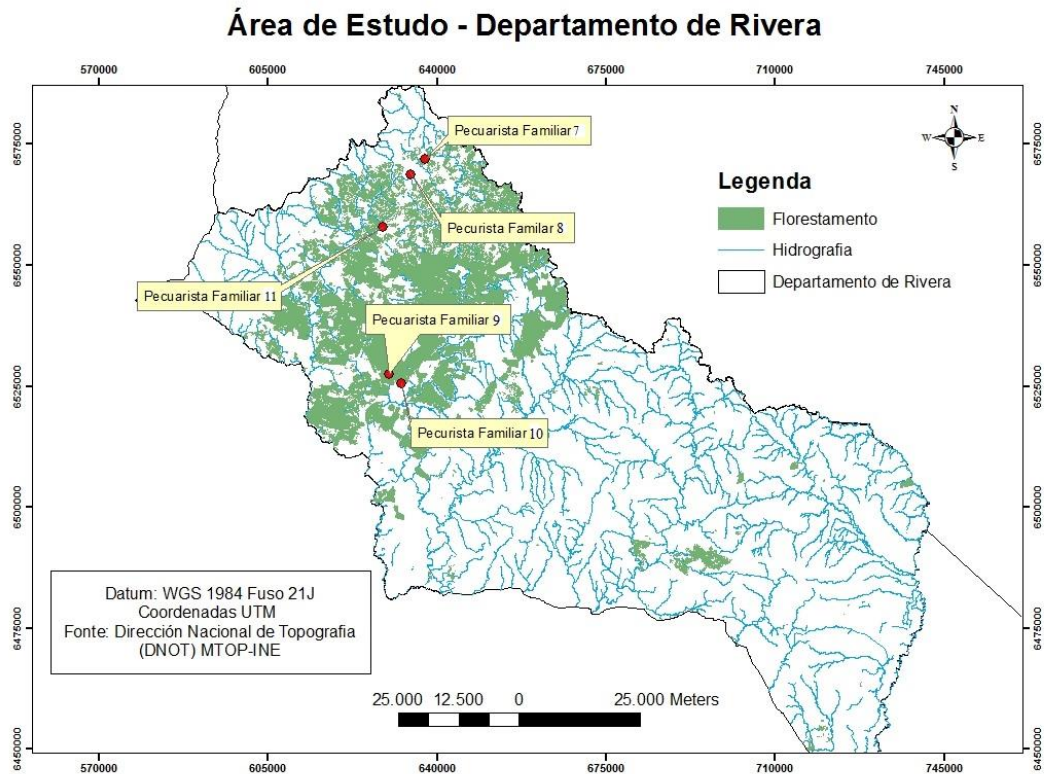
2) Levantamento fisiográfico das áreas de expansão do florestamento no Pampa brasileiro (Rio Grande do Sul - Rosário do Sul) e uruguaio (Rivera) e da ocorrência de propriedades de pecuária familiar próximas a essas áreas (Figura 12 e Figura 13). Nesta etapa ocorreu simultaneamente a pesquisa bibliográfica e coleta de dados secundários, principalmente, por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP). Cabe salientar o apoio primordial dos órgãos públicos, principalmente dos extensionistas locais da Emater e do Plan Agropecuario, os quais auxiliaram a mapear as áreas. No caso de Rosário do Sul, os pecuaristas familiares inseridos próximos as áreas de florestamento, na sua grande maioria, não são assistidos pela Emater, o que tornou-se um desafio para a mesma auxiliar no mapeamento e no acompanhamento das visitas aos mesmos.

Figura 12 - Área de estudo Rosário do Sul e a identificação do florestamento



Fonte: elaborada pela autora (2015).

Figura 13 - Área de estudo Departamento de Rivera e a identificação do florestamento



Fonte: elaborada pela autora (2015).

3) Pesquisa de campo. A partir da etapa 2, realizou-se uma pesquisa exploratória, onde foi realizada a amostragem por saturação e intencional (não probabilística), totalizando 11 propriedades de pecuária familiar (6 brasileiras e 5 uruguaias) (Apêndice B e C). A amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual que pode ser empregada em investigações qualitativas. Fontanella, Ricas e Turato (2008, p.17) colocam que a mesma é

usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes. [...] As informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados.

Na pesquisa de campo ocorre a coleta de dados por meio de entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado (Apêndice D). “A entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2008, p.261). De acordo com Triviños (1987) este tipo de entrevista é um dos principais meios que o investigador tem para realizar a coleta de dados, pois propicia uma relação mais flexível entre o entrevistador e o entrevistado, gerando assim, um maior número de informações sobre a problemática em discussão. Ou seja, Minayo (1994) aponta que na entrevista o pesquisador busca obter informações na fala dos atores sociais que vivenciam a realidade que está sendo focalizada. Juntamente com as entrevistas (visitas) aos pecuaristas familiares utilizam-se como instrumentos de pesquisa o diário de campo, observação direta, observação da paisagem e percurso da área a ser pesquisada.

4) Interpretação dos dados. Os dados levantados na pesquisa de campo foram sistematizados e analisados por meio da análise de conteúdo temática proposta por Minayo (2008). A análise temática compreende, segundo a autora, a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

O quadro 5 apresenta a síntese metodológica utilizada para a pesquisa.

Quadro 5 – Síntese metodológica

Objetivos	Técnicas de pesquisa	Instrumento de pesquisa	Técnica de análise dos dados
Caracterização dos territórios	Pesquisa bibliográfica	Artigos Documentos Imagens	Fichamento Análise de conteúdo
Elementos da identidade gaúcha	Pesquisa de campo	Entrevista semi-estruturada Observação direta	Análise de conteúdo
Percepções e resistência	Pesquisa de campo	Entrevista semi-estruturada	Análise de conteúdo
Implicações e transformações	Pesquisa de campo	Entrevista semi-estruturada Observação direta	Análise de conteúdo Análise da paisagem

Fonte: elaborado pela autora (2017).

6 A REALIDADE ENCONTRADA NO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO

Neste último capítulo intitulado “A realidade encontrada no pampa brasileiro e uruguaio” serão apresentados os resultados da pesquisa. No primeiro subcapítulo 6.1 apresenta-se uma breve caracterização dos entrevistados (chefes de família). Já no subcapítulo 6.2 expõe-se os elementos presentes no dia a dia dos pecuaristas familiares com o intuito de demonstrar o quão semelhantes são, e também evidenciar a forte ligação entre a cultura gaúcha, a tradição, a identidade e a resistência. E, no subcapítulo 6.3 caracteriza-se os diferentes territórios presentes no Pampa considerando a expansão do florestamento, descrevem-se os fatores de resistência e as implicações do avanço do florestamento na pecuária familiar, que embora estas existam, os mesmos permanecem no seu território, no seu lugar e na atividade de produção pecuária, bem como, as percepções sobre o florestamento e de que forma os pecuaristas familiares visualizam as transformações no cenário em que vivem. Para complementar, no item 6.3 são inseridas algumas falas dos entrevistados selecionadas para dar uma maior sustentação aos resultados, com as mesmas constarão o número respectivo do entrevistado e a origem (Uy – Uruguai e Br – Brasil).

6.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A faixa etária dos pecuaristas familiares varia dos 27 aos 75 anos, sendo que a maior parte (72,73%) possui entre 40 e 60 anos. Os entrevistados uruguaios possuem entre 27 e 51 anos e os brasileiros entre 35 e 75 anos. Os entrevistados brasileiros com mais de 70 anos (33,33%) são viúvos, o restante são casados.

Tratando-se de um público que geralmente possui nível de escolaridade muito baixo, no caso dos entrevistados a mesma é diversificada sendo que dos brasileiros 33,33% possui ensino fundamental incompleto, 16,67% ensino médio incompleto e 50% ensino médio completo. Já os uruguaios 20% tem educação primária (ensino fundamental) incompleta, 20% educação técnica, 20% educação secundária (ensino médio) incompleta e 40% educação secundária completa.

Com relação a principal fonte de renda a pecuária é uma delas, juntamente com a aposentadoria em alguns casos (33,33% dos entrevistados brasileiros). O

tempo dedicado à atividade pecuária é integral (300 dias/ano). As mulheres auxiliam na atividade eventualmente (44,44%), metade do tempo (33,33%) e em tempo integral (22,22%). Quanto aos filhos e filhas aqueles que possuem idade um pouco mais avançada auxiliam nos afazeres relacionados à atividade, embora a maior parte eventualmente.

Todos os pecuaristas familiares tem origem no campo, por isso o tempo na atividade é exposto pelos entrevistados como “desde que nasci”. A área própria que manejam vai desde os 14 hectares até 290 hectares. Quanto às áreas de arrendamento 18,18% (1 brasileiro e 1 uruguaio) arrendam campo e 18,18% (2 uruguaio) arrendam área de florestamento.

6.2 IDENTIDADE GAÚCHA: os elementos presentes no dia a dia dos sujeitos da pesquisa

Cultura: “o registro de um povo”.
(Litre, 2010)

A cultura é expressa por Kuper (2002, p.288) como “uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva”. Nesse sentido, podemos tomar como base a preservação do Pampa, a paisagem, o desejo de condições básicas necessárias para continuar produzindo o que é tradição familiar. Corroborando assim com a visão de Thompson (1998) que a cultura é transmitida de geração em geração e inclui atitudes, valores e significados compartilhados.

A definição de tradição pode ser compreendida como a soma de ideias, hábitos e costumes, que se perpetua por meio da transmissão oral de geração em geração, podendo ser passível apenas de lenta modificação (GINSBERG, 1964). Assim, a tradição mantém o costume e o costume faz parte da cultura. Thompson (1998) conceitua o costume como o hábito²⁹ comum aos membros de um grupo

²⁹ Para Veblen (1969) quando trata-se das práticas e usos cotidianos na esfera da materialidade, o hábito é aludido como hábito de vida, já como fenômeno imaterial dessas mesmas práticas, é referenciado como hábito de pensamento. “Hábitos de pensamento resultam dos hábitos de vida” (p.38), ou seja, atitudes decorridas que são incorporadas de modo usual tornam-se referência para os membros de uma sociedade, fazendo destas atitudes práticas naturais, intemporais ou mesmo necessárias.

social, resulta da prática de preservar as ideias e ações, variando de um lugar para outro, de um grupo para outro. “Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho [...]” (SIDER apud THOMPSON, 1998).

Giddens (1990, p.37-38) argumenta que

nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.

A pecuária familiar gaúcha e o “ser gaúcho” é uma das marcas registradas do Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul, conforme destacado por Litre (2010). Assim, esse conjunto de elementos, abaixo citados, forma a identidade dos pecuaristas familiares.

Tradições, modo de falar, de vestir, de comer, de se relacionar com o cavalo, o gado, o cachorro. Festas, música, organização do trabalho. Relação com a paisagem, com a natureza. Finalmente, na pecuária familiar existem valores difíceis de ser achados na pecuária industrial: o animal, que é criado para ser morto, mas é respeitado e cuidado pelo pecuarista, orgulhoso de que seu gado cresça “em campo aberto” e em liberdade (Ibid., p.37).

No Rio Grande do Sul e Uruguai o “ser gaúcho” respondeu a claros interesses históricos e regionais, onde os sul-rio-grandenses estavam em constante conflito com os “castelhanos” (argentino e uruguaios de ascendência castelhana) e com os portugueses (então colonizadores do Brasil).

Na tentativa de não se identificarem nem com os portugueses (dominadores) e, posteriormente, brasileiros, nem com os espanhóis (invasores), os rio-grandenses criaram um modo particular de vestir, falar e agir, que pouco se diferenciava das características típicas dos “gauchos” (lê-se ‘gáutxos’ em espanhol) dos pampas cisplatino e platino. Os hábitos do churrasco, do chimarrão, da indumentária e quase toda a tradição permaneceram muito semelhantes após todo o período de ebulição, mas a língua foi diferenciando-se (SIMÕES PIRES, [s/d], p.1).

Fagundes (1992, p.97) retrata que nas regiões de pecuária o gaúcho sempre estará presente, basta olhar para o lado.

Os intelectuais de hoje vivem enterrando o gaúcho, com seu cavalo, sua carreta e suas tropas; se se derem ao luxo de viajar pelo interior do Estado, facilmente encontrarão o gaúcho a cavalo. E até tropeando, mil, dois mil bois estrada a fora, com pousos e rondas como sempre [...] Ginetes, domadores, laçadores, pialadores, guasqueiros, carreteiros, peões de estância, gaiteiros, trovadores, contadores de causos, Ternos de Reis, benzedeiças, parteiras, isso é para qualquer lado que se olhe, nas regiões de pecuária, claro.

O entendimento e a origem dos elementos (símbolos) da cultura gaúcha se fazem interessante para conhecer os sujeitos da pesquisa, ou seja, essa série de elementos constroem a identidade desses sujeitos. Entre eles, destacamos o chimarrão ou mate, o gado bovino, o gado ovino, o cavalo, o churrasco ou assado, as vestimentas (chapéu, bombacha, bota, poncho, guaiaca, faca, alpargata e lenço), o folclore (músicas e festas típicas) e o vocabulário – dialeto gaúcho. Após a descrição de cada elemento, é apresentado um trecho de poesia ou música sobre o mesmo e uma ilustração feita à mão.

- *Chimarrão ou mate*: a origem da palavra chimarrão vem do vocabulário espanhol e português. Bebida resultante da infusão de erva-mate preparada em cuia de porongo e sorvida por meio da bomba (BOSSLE, 2003). O chimarrão é uma bebida típica, familiar, integradora, que carrega a ideia de compartilhamento, embora no Uruguai o hábito seja mais individualizado de tomar o mate, no Brasil o mesmo é partilhado. A erva-mate também é distinta nos dois países devido ao processamento das folhas e caules. No Brasil entre a colheita e o empacotamento pode-se levar entre dois ou três dias, já no Uruguai esse período pode chegar até 24 meses (hoje com a tecnologia de equipamentos esse período pode ser reduzido para cerca de 30 a 60 dias), por isso a coloração verde enfraquece e o sabor amargo se intensifica.

Ave-Lallemant (1976, apud LITRE, 2010, p.83) visitando o Rio Grande do Sul em 1858, registra a importância folclórica do chimarrão:

O símbolo da paz, da concórdia, do completo entendimento – o mate! Todos os presentes tomaram o mate. Não se creia, todavia, que cada um tivesse sua bomba e sua cuia própria; nada disso! Assim perderia o mate toda a sua mística significação. Acontece com a cuia do mate como à tabaqueira. Esta ainda de nariz em nariz e aquela de boca em boca.

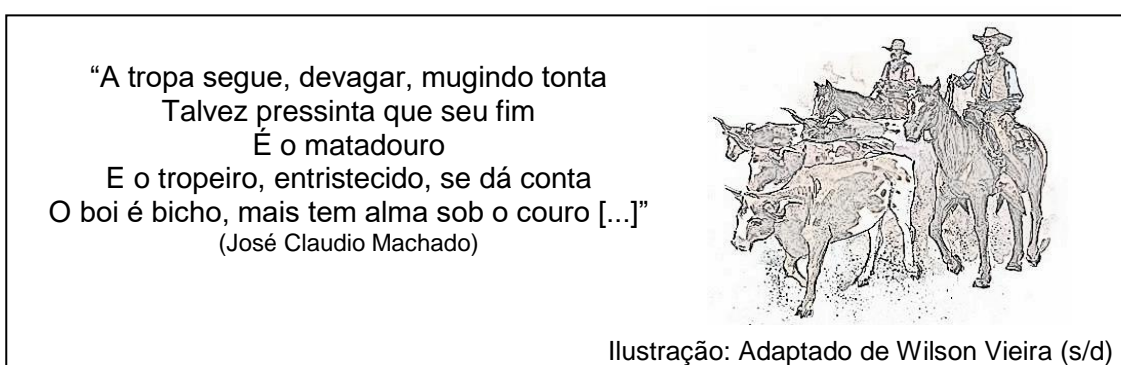
Seja no sul do Brasil ou no Uruguai, tomar mate é uma tradição secular, que envolve todas as faixas etárias e independente da classe social. É uma marca de

identidade, um costume muito valorizado.



- *Gado bovino*: o touro ou boi (animal castrado), juntamente com sua fêmea, a vaca e a forma jovem da espécie, chamada de bezerro ou terneiro, formam o gado bovino, animais mamíferos ruminantes.

“O boi é de certo modo (num sentido sociológico, digamos), pai do gaúcho [...]” destaca Reverbel (1986, p.15). Sem o aparecimento do boi e a multiplicação dos rebanhos, a história dos gaúchos e as características do pecuarista familiar, teriam sido diferente. Fialho (2005) enfatiza que a identidade dos pecuaristas familiares tem valores do gaúcho estancieiro: gado, terra, cavalo e valores do gaúcho peão: subalternidade, passividade, submissão, subordinação. Dessa maneira, o modo de vida desses sujeitos é dado por características subjetivas.



- *Gado ovino*: o carneiro ou capão (animal castrado), juntamente com sua fêmea, a ovelha e a forma jovem da espécie, chamada de cordeiro, formam o gado ovino, animais mamíferos ruminantes. Possui extrema importância para a

subsistência das famílias, de tal modo que muitas consomem predominantemente apenas este tipo de carne na propriedade, tornando-se esporádico em muitos casos o consumo da carne bovina. Muitos produzem apenas para consumo próprio, outros para consumo e venda tanto da carne quanto da lã.

“Cordeiro, chibo³⁰, consumo...é o mesmo que
oveia³¹
Lá prá banda da fronteira, é carne do dia a dia
Todo gaúcho aprecia: Quarto, paleta ou garrão...
É churrasco de patrão, pode chamá a parceria”
(Autor desconhecido)

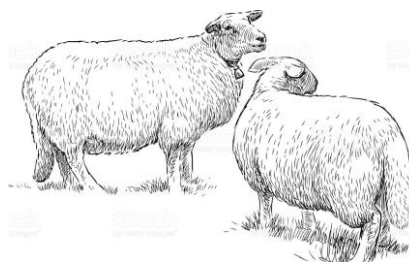


Ilustração: autor desconhecido

- *Cavalo*: a denominação se deve ao macho castrado, para os machos não castrados, chama-se garanhão, para as fêmeas, égua, e para os filhotes, potro. Se fez companheiro com cumplicidade e afeto, seja para as lides campeiras, cavalgadas, tração ou transporte. É elemento imprescindível para “parar rodeio”, “laçar e pelear”, marcações e castrações, recorridas de campo, tropeadas e rondas noturnas. Visto como um fiel amigo, membro da família, que mesmo com o avanço tecnológico não é substituído por máquinas nas lides de campo.

“[...] E eu me orgulho – vos digo com franqueza,
Pois quem não sente orgulho pelo pingó³²
Não nasceu nestes pagos, com certeza!”
(Vargas Neto)



Ilustração: autor desconhecido

³⁰ Carne ovina= chibo, nomenclatura utilizada à campo.

³¹ Ovelha.

³² Cavalo.

- *Churrasco ou assado*: carne assada diretamente sobre as brasas ou labaredas, com ou sem o emprego do espeto. Foi na América do Sul (Pampa), que os gaúchos tornaram este um famoso e típico prato, por ser local da primeira grande área de criação de gado bovino em extensas áreas de pastagem natural. Este tipo de refeição, de fácil preparo começou a ser feita justamente quando os gaúchos iam para o campo e não voltariam para casa no horário do almoço ou janta. Muitos saboreiam um churrasco até mesmo no café da manhã.

“Churrasco é a carne no espeto,
assado com precisão.
Sobre brasas do tição
és prato simples, sem luxo.
Assim foste batizado
no velho estilo gaúcho”.
(Hosmain Calovy)



Ilustração: Costa Araújo (s/d)

- *Vestimentas (chapéu, bombacha, bota, poncho, guaiaca, faca, alpargata e lenço)*:

**Chapéu*: cobertura para a cabeça, geralmente de feltro, com copas e abas, de uso na campanha, protegendo o homem do campo do sol e da chuva.


“E, assim, vou descambando. ao tranco e sem
escarcéu...
Sempre tapeado o chapéu, por orgulho de gaúcho
e se Deus me permite o luxo, entro a cavalo no céu!”
(Guilherme Schultz Filho)




Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)

**Bombacha*: nome adotado do termo espanhol “bombacho” – calças largas. A mesma passou a ser utilizada inicialmente pelos mais pobres, no trabalho nas estâncias, por causa da sua funcionalidade e leveza, por ser larga facilita o montar a cavalo. Depois, passou a ser usada por todos. No Rio Grande do Sul, a bombacha, somada ao restante da indumentária gaúcha, é considerada desde 1989

traje oficial, aprovada pela Lei Estadual da Pilcha pela Assembléia Legislativa³³.

<p>“Piazito carreteiro de bombacha remendada Vai cantando pela estrada a canção do boi barroso Que a tradição lhe ensinou” (Luiz Menezes)</p>		<p>Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

**Bota*: é o calçado próprio para andar a cavalo, feito de couro, que envolve o pé e a perna até a altura do joelho. Protege o pé quando calçado no estribo³⁴ e esporas³⁵, bem como do suor do cavalo. Antigamente era comum para os homens de campo o feito e o uso de botas de garrão, feita do couro verde das patas traseiras de vaca, burro, cavalo ou potro e adaptada ao pé e a perna de quem iria usá-la. Algumas deixavam os dedos e o calcanhar de fora, também chamadas de garroneiras ou potreiras. A bota também é usada nos bailes gaúchos.


<p>“É o couro que ganhou forma Depois de muito curtido E onde o suor de um pingo Fica pra sempre tingido. Bico chairado dos pastos E o taco torto, bem gasto, Dos bailes de chão batido” (Gujo Teixeira)</p>		<p>Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

**Poncho*: vestimenta tradicional em toda América do Sul. O gaúcho usa para proteção do frio, vento e até mesmo da chuva, sobre a vestimenta usual. Consiste em um tecido comprido com uma abertura no pescoço, para ser passada pela cabeça e apoiado nos ombros. Feito geralmente de lã de ovelha ou fibras sintéticas.

³³ Lei Nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=19552&Hid_IDNorma=19552.

³⁴ Um dos componentes usados na montaria pelo gaúcho. Peça feita em aço, que fica presa nas laterais da sela, por um tipo de cinto de couro chamado loro, servindo de apoio e para dar impulso ao montar o animal.

³⁵ Objeto pontiagudo usado pelos gaúchos atrás das botas para estimular o animal que se monta.

<p>“Meu poncho emponcha lonjuras batendo água E as águas que eu trago nele eram pra mim Asas de noite em meus ombros sobrando casa Longe "das casa" ombreada a barro e capim” (Luiz Marengo)</p>		<p>Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

**Guaiaca*: cinto largo de couro macio, com uma ou duas fivelas, bolso para o relógio, outro para moedas e o coldre³⁶.



<p>“Nosso cobre na guaiaca anda minguado Pela coxilha nuvem negra campereia A pátria grande olha pra além do horizonte E aqui nos pago a incerteza nos maneia Andam falando por aí, de boca em boca Que a nossa fibra e nossa garra esmoreceu Que andam pisando em nosso pala Quem consente é certamente porque a fibra já perdeu” (José Atanásio Borges Pinto, Cenair Maicá e Chaloy Jara)</p>	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)

**Faca*: instrumento cortante formado de uma lâmina e um cabo. Tendo importância na lida campeira, para courear algum animal, castração, para o churrasco e até mesmo para cortar algum arame, galho, etc. caso necessário campo afora.

<p>“Bichos criados “cousa” linda na mangueira Aperta a cola pra ver qual o mais gordito Me dá uma mão p’ra pendurar lá na tronqueira Depois sossega, eu carneio o bicho solito Ponta de faca procurando o sangrador [...]” (Severino Rudes Moreira e Zulmar Benitez)</p>		<p>Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------


**Alpargata*: calçado sem salto, de solado feito com juta³⁷ e na parte que protege o pé com tecido grosso e resistente. Muito usada pelos gaúchos, podendo ser chamada de alpercatas, alpergatas e paragatas.

³⁶ Estojo feito em couro para colocar o revólver.

³⁷ Fibra têxtil vegetal.

<p>“[...] conforto depois das botas De pano grosso, bem feita [...]” (Gujo Teixeira)</p>		<p>Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

**Lenço*: podendo ser de seda, no passado foi símbolo de filiação política, conforme a cor e até o modo de atá-lo no pescoço. Usa-se de diversas cores, entretanto, o preto é sinal de luto.

<p>“É o nó justo ao pescoço -pois cada cor conta um fato- Do branco republicano Ao rubro maragato. É divisa de ideais, De ideia, sangue e bem mais Que a história atou num relato” (Gujo Teixeira)</p>		<p>Ilustração: Jaime Eduardo Iserhard (s/d)</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

- *Folclore (músicas e festas típicas)*: existem para os gaúchos rio-grandenses ou uruguaios diferentes ritmos musicais, mas com letras que falam das lides e objetos do campo. Em festas campeiras típicas no Uruguai dão maior foco para as gineteadas (criollas). Já no Rio Grande do Sul danças típicas e tiro de laço (rodeio).

- *Vocabulário – dialeto gaúcho*³⁸: a formação do dialeto gaúcho se dá, basicamente, por 10 características (Simões Pires, [s/d], p.1):

1. Vocábulo hispano-luso-indígenas
2. Aumentativos e diminutivos hispânicos
3. Escrita lusitana
4. Pronúncia baseada no português, mas lida como no espanhol
5. Falta de uma gramática oficial, mantendo o dialeto constantemente mutante e flexível
6. A pronúncia do “o” e do “e” são feitas como no Espanhol quando se alterariam para “u” e “i” no Português.
7. O diminutivo “inho” quase sempre é substituído por “ito”, mas há casos onde sobrevive. Recorde-se que não há regra oficial para a fala campeira e que a maioria das pessoas sequer sabem que não falam Português nem Espanhol.
8. O pronome “lhe”, quase sempre é pronunciado “le”.
9. Há uma grande dificuldade entre os nativos para saberem quando pronunciar “b” ou “v”, pois flutuam entre a gramática portuguesa e espanhola.

³⁸ Ver Anexo A.

10. As palavras que têm dupla escrita de “x” ou “ch”, têm no “ch” sua escrita castelhana e “x” lusitana (galega).

Nas visitas de campo pode-se observar nas conversas realizadas esse dialeto gaúcho. No Uruguai a disponibilidade da televisão brasileira influencia nos palavreados “aportuguesados” que os pecuaristas familiares utilizam. Dentre aquelas citadas no Anexo A, destacamos: afeitar, a la pucha, andar a/pelo cabresto, andar de rédea solta, bagual, barbaridade, bombacha, buenacho, campanha, castelhano, charque, cusco, garupa, gaúcho, gauchada, guaiaca, guri, macanudo, mate, minuano, nativismo, pago, pampa, paisano, pêlo duro, poncho, puchero, tchê, tropeiro.

Halbwachs (2004, p.142) pondera que “os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens”. Madeira (2007, p. 11) considera que existe uma ruptura cultural quando a atividade econômica típica da região e a paisagem natural são substituídas por outra atividade. “Podemos imaginar o pampa sem o gaúcho, mas o gaúcho sem o pampa e seus amplos horizontes, fica difícil”.

6.3 OS FATORES DE RESISTÊNCIA E AS IMPLICAÇÕES DO AVANÇO DO FLORESTAMENTO NA PECUÁRIA FAMILIAR

Iniciamos este subcapítulo com uma incógnita a ser (re)pensada da realidade encontrada no Pampa exibindo a Figura 14, a qual temos um exemplo real e um tanto contraditório na BR 290 sentido Alegrete - Rosário do Sul, a faixa está sinalizada com uma placa de atrativo turístico de área do Bioma Pampa e o pano de fundo da mesma é uma extensa plantação de eucalipto. Bioma Pampa?

Figura 14 - BR 290 sentido Alegrete/Rosário do Sul, sinalizada com uma placa de atrativo turístico de Área do Bioma Pampa, e ao fundo uma plantação de eucalipto



Fonte: pesquisa de campo (2015).

Constatamos que os três campos da questão agrária mencionados por Fernandes (2009) estão presentes no Pampa uruguaio, conforme Oyhantçabal (2013) destaca, e que os mesmos estão presentes no Pampa brasileiro. Tem-se o território do agronegócio marcado pela grande escala, a homogeneização da paisagem, o esvaziamento do campo, o monocultivo e a produção para a exportação; o território campesino marcado pela pequena escala, a heterogeneidade da paisagem geográfica e o policultivo e o território campesino monopolizado pelo agronegócio, onde os campesinos seguem produzindo e vivendo no campo, mas subordinados ao grande capital, ao qual estão inseridos os pecuaristas familiares da presente pesquisa.

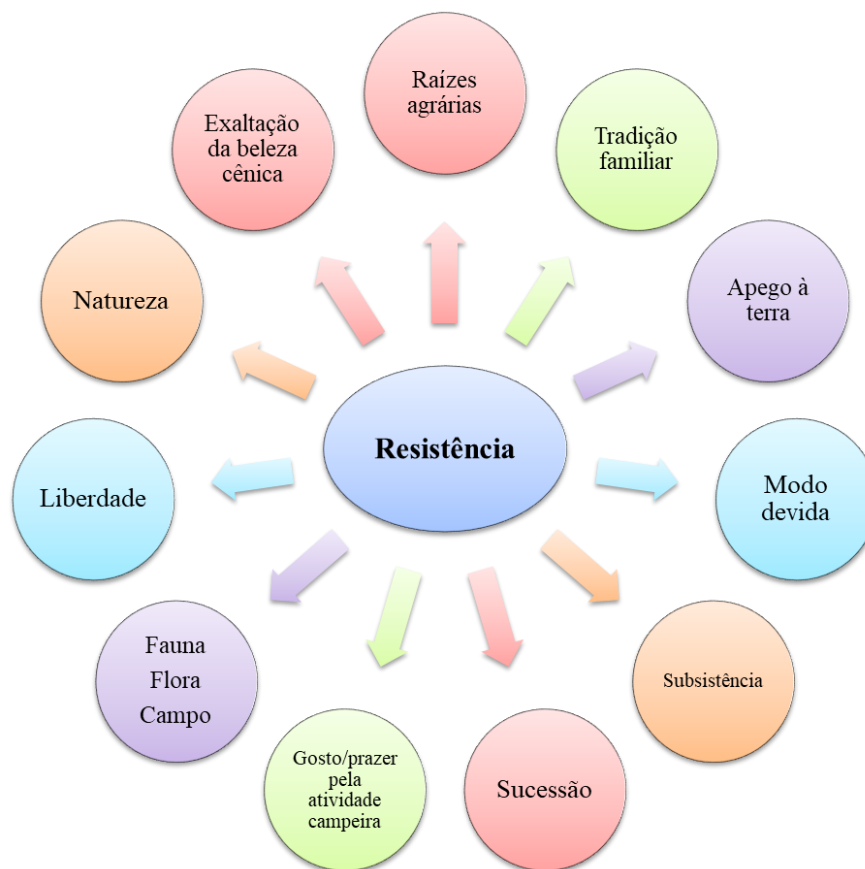
Da mesma maneira que Oyhantçabal (2013) aponta os motivos para tais campos da questão agrária no Uruguai, as mesmas valem-se e é realidade para o Rio Grande do Sul. O avanço do território do agronegócio é nítido e o mesmo torna os territórios familiares e locais submissos, bem como, devido à expansão mundial

do capital e as políticas públicas de Estado que são delimitadas pela variante da agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário e não do paradigma da questão agrária, tomando assim, rumos que prejudicam o território da agricultura/pecuária familiar.

Os fatores aqui mencionados como de resistência, são aqueles que são a base, que dão suporte e fazem com que os pecuaristas familiares entrevistados ainda estejam no seu lugar, no seu modo de vida tradicional e fazendo/produzindo o que tem paixão, embora isolados no meio do florestado resistem e defendem o seu território. Ou seja, são esses sujeitos que se encontram potencialmente capazes de promover movimentos “contra a maré”, exercendo resistência ao modelo de produção de commodities (PLOEG, 2008).

Diversas falas reforçam a resistência em se manter na atividade e no campo. Os fatores de resistência segundo os pecuaristas familiares são: 1) raízes agrárias, 2) tradição familiar, 3) apego a terra, 4) modo de vida, 5) subsistência, 6) sucessão, 7) gosto e prazer pela atividade campeira, 8) fauna, flora e campo, 9) liberdade, 10) natureza e 11) exaltação da beleza cênica (Figura 15). Percebemos que se analisarmos todos os fatores citados, os mesmos estão conectados entre si.

Figura 15 - Fatores de resistência segundo os pecuaristas familiares entrevistados



Fonte: elaborada pela autora, a partir dos dados de campo (2015).

As **raízes agrárias**, a **tradição familiar** e o **apego à terra** são fatores completamente inter-relacionados. Todos os entrevistados tem a pecuária de corte como tradição familiar e receberam por meio de herança familiar a totalidade ou parte da área que hoje detém, logo, suas raízes agrárias e o apego à terra são fortes e significantes para quererem se manter na atividade. A identidade de lugar que abarca os fatores acima atribuí ao sujeito, a incorporação do lugar no seu universo simbólico, integrando deste modo um elemento do seu processo de construção da identidade (CLAVAL, 1999; TUAN, 1980).

Percebe-se o elo afetivo com a terra, quando questionados se um representante de uma empresa florestal ou outro fosse até a propriedade e estivesse com o intuito de comprar a área de campo se venderiam, unanimemente os pecuaristas familiares responderam que não. O entrevistado 8 (Uy) responde com risos e diz “*esta pergunta muitos tem me feito, não vendo, sabe porque? Quando*

alguém vive na terra, da terra gera um vínculo, que não posso descrever, não sei como explicar, porque eu estou na terra, eu sinto que sou da terra. [...] Eu creio que o campesino da terra tem uma função social que deveria ser assim de interesse de todos os Estados, porque não somente é quem provê o alimento, todo seguro, mas também é o vigilante da terra, do ambiente”. Já o entrevistado 4 (Br) firmemente responde: *“campo não se vende, aprendi isso desde pequeno e isso me basta, sigo firme nesse propósito e ensino isso a meus filhos e netos”.*

Esse elo afetivo se dá, porque é esse lugar, esse contexto que os identifica, que proporciona um modo de vida, um trabalho, a vivência dos seus saberes. Se os pecuaristas familiares saírem dos seus locais, eles perdem suas raízes, sua identidade, ficam sem base. É um sentimento de pertencimento do local.

O empenho das famílias pesquisadas em manter e ampliar a área de terra é nítido. Uma das estratégias dos produtores e suas famílias segundo Wanderley (1995) é que o acesso a terra é o eixo central dos seus projetos de vida, onde este é expresso pela recusa de vender a terra, pelo desejo de adquirir mais terra e pelo intuito de deixar aos sucessores.

Outro entrevistado (7 - Uy) responde com tristeza comentando que há poucos dias um vizinho vendeu o campo da frente da propriedade para a florestação. *“Não não vendo... tô dolorido que esse do lado venderam faz pouquinho dias, se vai florestar ai na frente. [...] e bueno o que passa é que se todos vamos por árvore, rodear de árvores, não vai ficar campo pra nós cuidar né? Eu pelo menos, não sei os outros, não faço outra coisa, se me fica sem um pedaço de campo pra mim olhar, não sei o que acontece...”*

A importância que estes pecuaristas familiares dão para a herança recebida, associada a resistência da venda da propriedade, apontam para o fato de que a propriedade da terra está diretamente ligada à continuidade da reprodução e da manutenção do patrimônio familiar (**sucessão**), provocando esse apego que os entrevistados ratificam terem com a propriedade, refletindo na resistência em vender a terra e a permanência no local. A manutenção dos estabelecimentos e a continuidade da ocupação de pecuarista familiar se dão através da reprodução social, ou seja, o(s) filho(s) assume(m) a gestão da propriedade na condição de sucessor(es). Processo que ocorre de geração em geração com a finalidade de assegurar a continuidade das funções produtivas e sociais dos estabelecimentos.

Sabemos que este processo não é realidade em todas as propriedades agrícolas familiares, esse é um problema que a sucessão na agricultura familiar vem enfrentando há anos, dada especialmente pelas baixas perspectivas de crescimento no campo. A ausência de sucessores, além de comprometer a continuidade da propriedade, ocasiona um esvaziamento populacional, tanto nas propriedades como nas comunidades rurais, onde pais sem sucessores pode significar pais sem amparo dos filhos na velhice e o destino da propriedade pode sair das mãos da família e passar para outros proprietários com interesse na produção pecuária ou não.

Com relação à **subsistência** e o **modo de vida** fica claro que é através da terra, do campo natural, do modo de vida ligado à terra que os entrevistados sustentam a si e suas famílias. Para Tuan (1980) o apego à terra do agricultor familiar camponês é profundo, devido à familiaridade com a natureza, sua atividade principal depende dela. A topofilia³⁹ do agricultor/pecuarista familiar está composta pela intimidade, pela dependência material e pelo repositório de lembranças e de esperança que a terra trás (sentimento de pertencimento ao local).

O **gosto e prazer pela atividade campeira** e especialmente pela criação de bovinos e ovinos de corte “vem de sangue”, onde todos os pecuaristas se criaram vendo este tipo de atividade e foram tomando amabilidade pela mesma, além de ser uma satisfação, uma realização. O trabalho pode ser libertador quando o sujeito está consciente de suas atividades, opera com finalidades claras e busca melhores condições de vida para si e para a família, alcançando a satisfação de suas necessidades com respeito ao ambiente e sem se tornar escravo do consumo (ANTUNES, 2007).

Fauna, flora e campo são os fatores que caracterizam o espaço desses sujeitos. A biodiversidade presente nos campos seja em espécies animais ou vegetais é única, algumas estão presentes apenas do Pampa, e são os pecuaristas familiares que auxiliam nessa conservação, mantendo esse espaço como ele realmente é, sem transformações. Observamos a partir das falas dos entrevistados, o papel positivo que os mesmos acreditam estarem cumprindo para o Pampa. *“Eu sei que minha parte tô fazendo...to mantendo como sempre foi aqui, campo e gado. O campo é um recurso de graça, não precisa se gastar nada, a não ser que queira colocar um adubo ou um azevém”* (Entrevistado 3 - Br). *“E, imagina se eu chego a*

³⁹ Elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.

acabar com o campo, o que vai ficar pros meus filhos e netos? Vão criar gado, onde? Se já não tem quase mais campo...” (Entrevistado 11 - Uy). *“Vamos sobreviver comendo árvores?!... olhando pra realidade que se encontra aqui no Uruguai, me parece que sim (ironizando)”* (Entrevistado 9 - Uy).

Cotrim (2003) salienta a figura de preservador do pecuarista familiar, para o autor é por meio da pecuária que as áreas de campo natural se sustentam até os dias atuais. Ou seja, é por meio da produção pecuária a melhor maneira de preservação do Pampa. Para o entrevistado 1 (Br) *“é um crime o que estão fazendo, e um crime sem fiança, pega um campo pra plantar árvore, num local onde se produz alimento não só pra nós mas pra muitas pessoas. Árvore alimenta?, alimenta o bolso das empresa, das multinacionais e dos que acreditam que isso tenha fundamento”*.

A proximidade com a **natureza** e a certeza que dependem dela para produzir e sobreviver faz com que a mesma seja apontada como um fator de resistência. A natureza é vista como a fonte principal de subsistência, é ela que oportuniza desenvolver a pecuária, visto que os bovinos/ovinos de corte são produzidos em campo natural extensivamente, utilizando-se ainda do sol e da água da chuva. É uma relação harmoniosa entre pecuarista familiar – recursos naturais - bovinos/ovinos. *“A natureza é nossa mãe, sem ela não vivemos, não sobrevivemos, por isso temos que dar valor e cuidar, preservar”* (Entrevistado 4 - Br). *“Destruindo a natureza, estamos nos auto destruindo, pois dependemos dela pra tudo, no meu caso, tanto pra produzir como pra viver”* (Entrevistado 11 - Uy).

Tendo em vista a **liberdade** que os pecuaristas familiares citam, ela é relacionada tanto à liberdade no trabalho, quanto à satisfação de liberdade ao trabalhar ao ar livre e próximo da natureza e a liberdade que o campo oferece quando comparado a cidade. *“Aqui as lidas são livres, ao ar livre, a céu aberto, com vento ou chuva “na cara”, isso é liberdade, um ambiente tranquilo, agradável”* (Entrevistado 10 - Uy). *“Na campanha a gente é livre, a vida é diferente da cidade, que tu tem que estar se cuidando em qualquer lado, aqui se vê a natureza, se toca nela, se vive com ela”* (Entrevistado 2 - Br).

A **exaltação da beleza cênica** da paisagem do Pampa é um aporte aos entrevistados, embora hoje esteja difícil esta contemplação, pelas barreiras verdes que as plantações florestais formam na realidade que eles estão presentes. Mas,

sabemos que ainda é possível ver longe no Pampa, justamente nas áreas em que o florestamento “não chegou”. *“Estamos bloqueados, a gente se obriga a acostumar com esta paisagem, mesmo não acostumando, sabe?! É difícil... Antigamente a gente enxergava longe, longe, era campo e campo, era boi, vaca, terneiros, era ovelha, era algumas árvores nativas, não tinha fim. Agora a gente olha pra frente e só enxerga árvore, olha pros lados e só enxerga árvore, olha pra trás e só enxerga árvore, tirando isso eu tento apreciar a minha paisagem aqui que preservei e encho os olhos com ela”* (Entrevistado 4 - Br).

Considerando os fatores que atuam como âncora para a resistência desses pecuaristas diante do cenário que estão, podemos considerar essa resistência como uma “adaptação ativa”, e porque não dizermos “resistência oculta” (SCOTT, 2000). É uma resistência “escondida” pelo fato de muitos não serem percebidos, de muitos ignorarem esses sujeitos no meio de tantas árvores. Mas eles estão ali, “quietos (ocultos)” nos seus lugares, nos “seus cantos”. É uma luta pequena, individualizada, informal, oculta e contínua. Os pecuaristas familiares em questão são um exemplo de resistência frente ao poder hegemônico.

Vale ressaltar que em Melo, no Departamento de Cerro Largo, um exemplo de “resistência pública” (SCOTT, 2000) teve êxito, estabelecendo uma zona de Reserva Departamental. Através de iniciativas de pecuaristas familiares e outros atores sociais foi criada uma Medida Departamental de “Reserva Natural”, onde as Diretrizes de Ordenamento Territorial de Cerro Largo fazem o impedimento de empresas florestais a continuarem com as plantações em Centurión e Sierra de Ríos (Decreto 24/07) (IDCL, 2016). Aqueles locais em que já haviam sido plantadas antes da Medida, as empresas florestais podem manter as mesmas até o momento do corte, após isso é proibido replantar.

Uma vez que as plantações industriais de árvores são estabelecidas e os oponentes locais literalmente perdem o horizonte, pois o crescimento do que os cercam é muito rápido, surgem ainda mais problemas. Diversos são os pontos negativos apontados sobre o florestamento para com os pecuaristas familiares que habitam essas mesmas áreas. O que permeia é que a vivência desses elementos estão atrelados a perdas incalculáveis, como terras, rios, vertentes, meios de subsistência, trabalho, economias locais, vida social, cultura, liberdade, autonomia, dignidade e condições de trabalho.

Dessa forma, prevalece na percepção dos entrevistados a contrariedade com a expansão do florestamento, pelos diversos aspectos contraproducentes citados pelos mesmos, entre eles está a perda da amplitude da paisagem e a beleza típica natural em si que o Pampa oferece, a destruição da pastagem natural, a redução da produção bovina e ovina que é tradição gaúcha do Pampa, a diminuição de campos para arrendamento, o aumento do valor das terras, o risco de incêndio, o êxodo rural, a redução da permeabilidade das fontes de água, o aparecimento de animais predadores como o javali e o sorro, o aumento do carrapato nos animais que permanecem em campos florestados, o aparecimento do fungo do eucalipto, a divergência do trabalho/mão de obra (Quadro 6). A preocupação está atrelada também a “*perda da identidade*” (Entrevistado 4- Br) e ao “*esquecimento dessa categoria*” (Entrevistado 10 - Uy), pelo fato de estarem isolados pelo florestamento.

De acordo com as formas de resistência expostas por Ploeg (2009), é possível perceber que os pecuaristas familiares estabelecem uma conexão com a terceira forma: a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração.

Quadro 6 – Implicações do avanço do florestamento segundo os pecuaristas familiares entrevistados

IMPLICAÇÕES
Ambientais
Aumento de animais predadores (javali, sorro)
Redução das fontes de água
Risco de incêndio
Modificações na paisagem
Redução da biodiversidade/destruição da pastagem natural
Culturais
Abandono da ovinocultura
Êxodo rural
Modificações na paisagem
Esquecimento (invisibilidade) da categoria
Socioeconômicas
Abandono da ovinocultura/perdas de animais
Redução do número de animais bovinos
Aumento do valor da terra
Diminuição das áreas de pastoreio/arrendamentos
Aumento de animais predadores

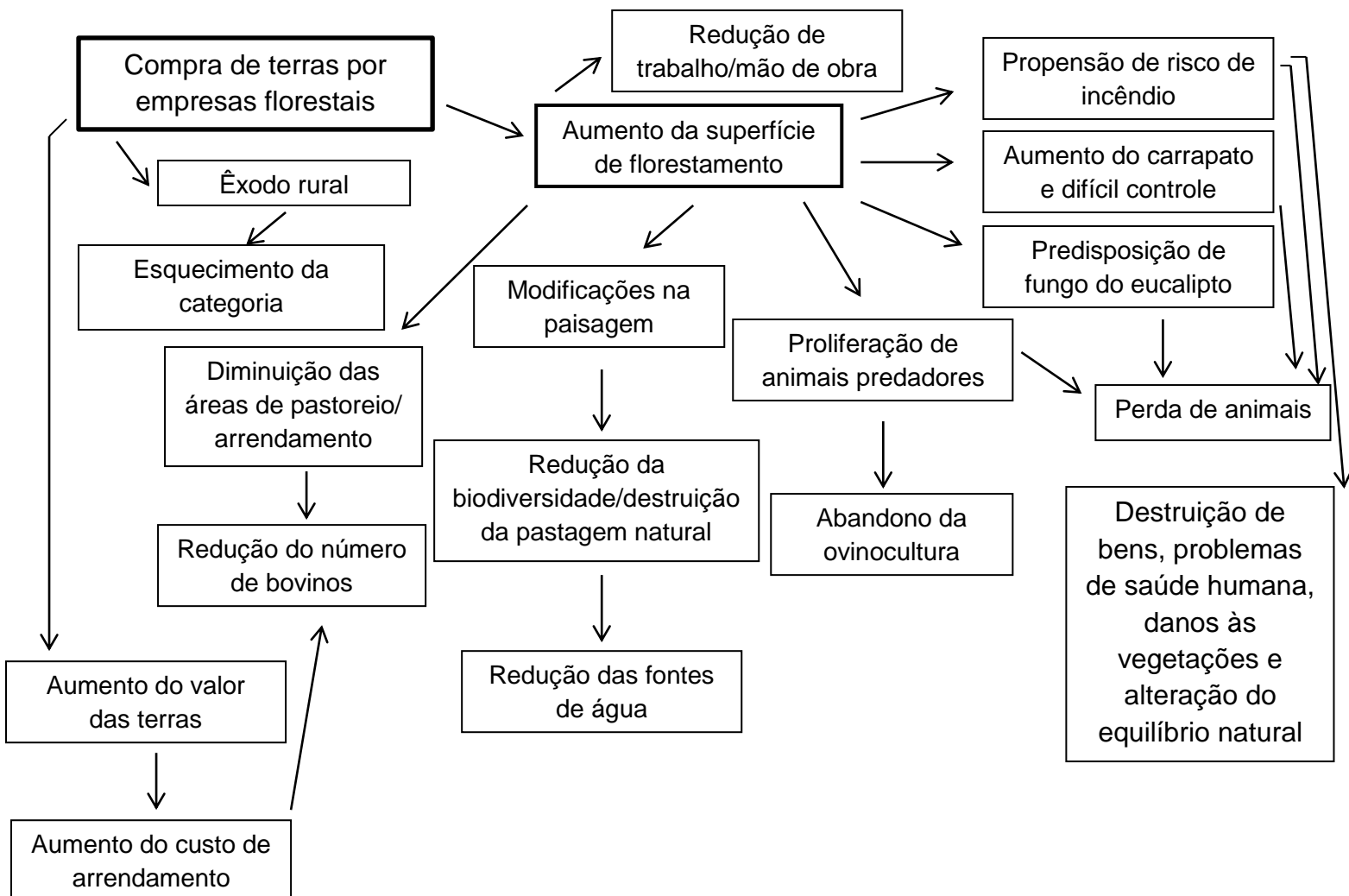
Aumento do carrapato nos animais que estão no florestamento
Fungos provenientes do eucalipto
Redução do trabalho/mão de obra
Risco de incêndio

Fonte: elaborada pela autora, a partir dos dados de campo (2015).

Obs: uma implicação pode aparecer mais de uma vez.

A partir das implicações citadas, podemos verificar que algumas delas já são resultados da intervenção no processo produtivo e no trabalho dos entrevistados, como a redução dos animais bovinos e o abandono da ovinocultura (Figura 16).

Figura 16 – Fluxograma dos impactos ligados ao florestamento que fragilizam a atividade da pecuária familiar, segundo os entrevistados



Fonte: elaborada pela autora, a partir dos dados de campo (2015).

Como podemos perceber essas implicações vão muito além do que elas próprias. Muitas possuem ligação direta com outras implicações (o aumento de animais predadores, como o javali, acarreta também o abandono da ovinocultura/perda de animais; a diminuição das áreas de pastoreio/arrendamentos ocasiona a redução no número de animais bovinos) e com o emaranhado de elementos que cada uma delas envolve. Então não é o “simples fato” de deixar de criar ovelha, por exemplo, é a cultura, a tradição que vai morrendo, é o freiteiro que perde por não realizar mais o frete quando os animais são vendidos, é o esquilador que perde por não ter mais animais para esquilar naquela propriedade, é o guasqueiro que deixa de ter o couro para produzir produtos artesanais (cordas, por exemplo), é o artesão/artesã da região que deixa de ter a lã para tecer e assim por diante.

As **modificações na paisagem** pela introdução das árvores está alterando o significado do lugar para os pecuaristas familiares, são marcas fortes na paisagem, para quem sempre teve outra visão daquele local. A perda da amplitude da paisagem, componente formador do costume e dos traços típicos do pampiano, a partir da introdução do florestamento criou uma barreira física (Figura 17 e Figura 18) que impossibilita a apreciação da paisagem única do Pampa e o exercício da contemplação, a qual fortalece o sentimento de liberdade e amplitude do horizonte, elemento nato do “centauro do Pampa”, expressão empregada por José de Alencar [s/d].

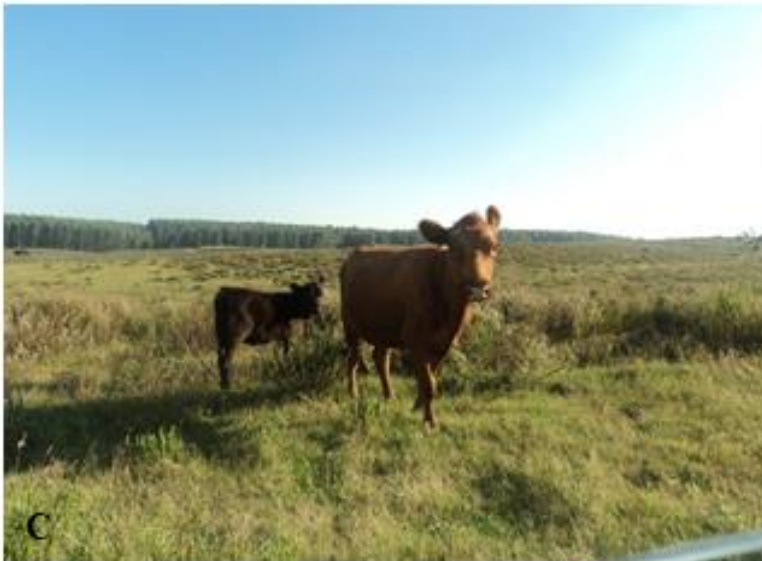
A “fala” do entrevistado 6 (Br) expõe o sentimento de lástima e ao mesmo tempo de felicidade *“o que me passa é quando eu vejo um campo que recém foi feita a colheita e tu olha e não tem nenhuma coisinha verde, isso nos entristece, esses campos é pra ter verde sempre, verde de campo, não verde de árvore que nem nativa é [...] o lado positivo da colheita é que dá pra ver os campo longe, dá uma limpada na paisagem, sabe?! tira a viseira que parece que se tinha nos olhos, a gente se sente mais livre. Mas dali uns dias já estão replantando e volta tudo de novo, infelizmente”*.

Figura 17 – Propriedade de pecuária familiar em Rosário do Sul rodeada pelo florestamento. A - Estrada de acesso à propriedade; B - Entrada da propriedade; C - Residência da família e ao fundo florestamento; D – “Vista” que se tem a partir da residência.



Fonte: pesquisa de campo (2015).

Figura 18 – Propriedade de pecuária familiar em Rivera rodeada pelo florestamento. A - Estrada de acesso à propriedade; B - Residência da família e ao fundo florestamento; C - Campo natural com bovinos rodeado pelo florestamento; D - Pecuárta familiar manejando os bovinos.



Fonte: pesquisa de campo (2015).

O **abandono da atividade ovina**, atividade tradicional que faz parte da cultura do Pampa e do modo de vida desses pecuaristas familiares, se dá em decorrência da incidência de animais predadores. Muitos não tem mais a atividade com fins econômicos, apenas mantem alguns ovinos para o consumo. *“Eu já perdi boa parte da produção por causa do javali, então não tem como manter uma atividade se tu sabe que não vai te dar frutos, vem os bicho e matam. Pra consumo a gente consegue ter uma que outra porque deixa nas casa”* (Entrevistado 7- Uy). O

entrevistado 10 (Uy) cita que teve que terminar com a produção de ovinos e define os bichos do florestamento como pragas: “os bichos que vem da florestação, são praga mesmo. Ovelha quando se tinha, os predadores pegavam. Apareceu de todo. Eu tinha bastante ovelha, agora tenho poucas, com o sorro, este bicho... só mais pra consumo e por causa do guri (filho), daí tem poucas”.

Com relação à **incidência de animais predadores**, que trazem grandes prejuízos econômicos e produtivos, são citados o sorro (também conhecido por graxaim do campo) e o javali⁴⁰, sendo este com maior renome. No Uruguai o javali é considerado praga nacional desde 1982, sendo permitida a caça do mesmo. Já no Rio Grande do Sul a caça ao animal foi liberada recentemente com restrições pelo Ibama. O javali além de interferir na produção de rebanhos e lavouras, também ameaça a sobrevivência de aves nativas, podendo disseminar zoonoses se cruzados com porcos domésticos.

Bacchetta (2009) comenta que este animal é comum no Pampa, entretanto, tradicionalmente o abrigo desse era a mata ciliar dos rios e arroios e com o avanço do florestamento, este passou a ser foco de abrigo, tornando-se menos visíveis aos caçadores e passando a atacar ovelhas e suas crias, em alguns casos bovinos e animais recém nascidos, além de destruírem lavouras.

Os pecuaristas familiares do Uruguai alegam que este animal se multiplicou por meio do florestamento, corroborando com as observações de Bacchetta (2009, p.57) no norte do Uruguai, “todos os vizinhos dos plantios coincidem em afirmar que esse animal se multiplicou e ampliou seus deslocamentos” favorecido pelo abrigo que o florestamento fornece. O entrevistado 2 (Br) acredita que “*daqui uns anos não vai mais ter nem ovelha nem gado, o nosso Pampa, o campo, vai ser só mato de eucalipto e javali*”.

Nas propriedades visitadas em Rosário do Sul ainda (até o momento da pesquisa de campo⁴¹) o javali não havia aparecido e causado transtornos nas mesmas, contudo na região vizinha e nas proximidades já está presente. “*Está*

⁴⁰ Considerado uma das “100 piores espécies invasoras do mundo” (LOWE et al., 2004) e a segunda maior ameaça a biodiversidade global, perdendo apenas para a supressão antropogênica de habitats naturais (SIMBERLOFF, 2013).

⁴¹ A invasão de javalis na reserva da APA do Ibirapuitã do Bioma Pampa está causando enormes prejuízos. A área que compreende mais de 316 mil hectares, pertencente aos municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Alegrete e Quaraí, em 2013 teve o extermínio de 20 mil cordeiros, mil ovelhas, 100 terneiros, 20 bovinos adultos, 10 potros e 3 cavalos, conforme denúncias de produtores que procuraram o Sindicato Rural de Santana do Livramento (ARCO, 2013).

próximo daqui o bicho, mas ainda não chegou aqui. Tem vários relatos de que anda bem perto. É uma grande preocupação” (Entrevistado 6 - Br).

A **redução das fontes de água** oriunda do florestamento é apontada quase que exclusivamente pelos entrevistados, com exceção de um, que menciona que *“quanto mais mato (referindo-se ao florestamento) mais água tem, o eucalipto puxa água, daí enche na superfície”* (Entrevistado 9 - Uy). Contrariamente, o restante dos pecuaristas familiares acreditam que ocorre a diminuição das fontes de água, como percebem empiricamente nas propriedades vizinhas. O entrevistado 2 (Br) retrata: *“o eucalipto retém a umidade do solo, então não fica no solo a água que deveria ficar, do mesmo jeito, acontece com alguma vertente, riacho, poço, por perto do florestamento, seca tudo...tudo que tem na volta”*.

Jackson et al. (2005, p.1944) em artigo publicado na Revista Science revelam em seu estudo que as plantações de eucalipto no pampa argentino “reduziram o fluxo de água dos rios em 52%, secaram 13% dos rios, córregos e arroios, aumentaram a salinidade e acidez do solo, em apenas um ano após o plantio”.

A plantação de eucalipto em locais com umidade reduzida chegou a secar poços com até 30 metros de profundidade em uma comunidade, ocasionando a falta de água para a população local, conforme constatou Filippini (2005). Ainda segundo a autora, a árvore eucalipto é exigente em consumo de água, pelo fato de que possui uma grande evapotranspiração, gerando por vezes o ressecamento do solo, decréscimo do lençol freático, esgotamento de nascentes e banhados, bem como, a redução da quantidade de água/vazão dos córregos e riachos, etc.

Historicamente o Pampa foi marcado pela presença de latifúndios e minifúndios, sendo que os latifúndios sempre possibilitaram áreas para arrendamento, especialmente para pecuaristas familiares. Porém, como grande parte dos latifúndios foram vendidos/arrendados para área de florestamento na região de estudo, se “apoucou” essas áreas para pastoreio. Assim, a **redução do número de animais bovinos** está diretamente vinculada à **diminuição das áreas de pastoreio/arrendamento** disponíveis.

Os pecuaristas afirmam que antes do florestamento se conseguia arrendamento de campo com muito mais facilidade e o processo era bastante informal. Também mencionam a burocracia que se tem para arrendar campo florestado para pastoreio, o que antes não existia. Gautreau (2014) assinala que

existia antes do florestamento uma relação contígua, em que os contratos eram muito mais simples de fazer, muitos apenas eram baseados na confiança recíproca construída no tempo. Já o arrendamento com as empresas florestais envolve intermediários e aumenta a burocracia, sendo que o pecuarista tem que ir até o escritório da mesma localizado no meio urbano.

O arrendamento permitia ter mais cabeças de animais, era algo certo. *“Antes tu sabia onde colocava os animais, era campo limpo, agora se vai colocar em campo de florestamento o manejo é totalmente outro, é diferente, sem falar que tu arrendas 600 hectares totais e desses o que servirá de pastoreio são 80 hectares, por exemplo, que é nos corredores. E também um que outro campo que tem ainda os donos querem te cobrar um absurdo, e uns campo ruim, não tem condições”* (Entrevistado 9 - Uy). Esse “absurdo” do valor que o entrevistado 9 comenta é resultado do aumento do valor/arrendamento da terra a partir da expansão do florestamento e da agricultura.

O entrevistado 3 (Br) lamenta: *“é uma pena, eu fico triste, pois não consigo mais ter os boi que sempre tinha a mais, aqui não pude ficar com eles, porque não posso apertar meus campos, iria judiar demais do campo e dos animais, porque daí não tem como produzir bem”*.

A crescente dificuldade para arrendar converge em seis fatores: a redução material da área de pastagem pela plantação de árvores nos campos comprados pelas empresas; o aumento generalizado dos preços de arrendamento a escala nacional, que repercute localmente; a crescente competição entre os mesmos vizinhos para acessar os últimos campos disponíveis para arrendamento; a concorrência por estes mesmos campos com produtores de outros municípios que sofreram um aumento muito grande com os preços de arrendamentos e buscam nessas zonas campos a menor preço e; a impossibilidade de deixar os animais nos poteiros demasiadamente grandes das empresas florestais (GAUTREAU, 2014).

O manejo diferente que alguns pecuaristas citam é relacionado a questão do **aumento do carrapato** e os **fungos** dentro do florestamento. *“A princípio se dizia que criar gado no florestamento não tinha nenhum empecilho, mas a gente sabe que não é verdade, alguns tem tido a triste experiência de colocar o gado em campo florestado e os animais terem carrapato que fica difícil o controle, diferente se fosse em um campo limpo”* (Entrevistado 2 - Br). No Inia (Instituto Nacional de

Investigación Agropecuaria) de Tacuarembó estão estudando essa relação dos carrapatos e florestamento, porém nada publicado ainda. Os comentários é que existe essa relação, a proliferação dos carrapatos é maior em campos de florestamento.

Alves et al. (2014) colocam que o fungo do eucalipto (*Ramaria flavo-brunnescens*) (Figura 19) é um cogumelo da família Clavariaceae e se desenvolve somente em mato de eucalipto, é tóxico para bovinos, ovinos, equinos e suínos. A intoxicação espontânea ocorre quando os bovinos ingerem o cogumelo fresco que é altamente palatável. O entrevistado 10 (Uy) comenta que *“tendo calor e umidade o fungo tá lá, e se tem muito fungo nos eucalipto tu tem que tirar os bicho, se não eles comem e morrem, me parece que as vacas “aguentam” mais, as ovelhas logo morrem, uma que outra vaca se consegue salvar”*.

Figura 19 - Animais pastoreando em campo de florestamento e no canto superior direito destaque para o fungo do eucalipto



Fonte: Alves et al. (2014, p.660).

A relação dos pecuaristas familiares com as empresas florestais se distingue um pouco de local para local, os arrendamentos de campos no Rio Grande do Sul é mais incomuns que no Uruguai. Em Rivera, dos cinco pecuaristas, dois arrendam áreas de florestamento para colocar o gado bovino, através de contrato (não superiores há onze meses). Estes acabam mantendo uma relação arriscada com as empresas florestais e vivem em constante imprecisão quanto às áreas arrendadas para colocar os bovinos. Essa relação acaba conferindo as empresas florestais uma certificação ambiental de relação com a comunidade, mas, que acaba cobrando “um preço” (valor do arrendamento), que ano após ano sobe. Pois, conforme o Entrevistado 8 fala: *“Não existe mais campo nativo pra arrendar, é escasso, se termino tudo. Agora a opção é só com o mato junto, e ainda assim não é fácil de conseguir arrendar. Sempre tem gente de olho quando sabe que um contrato está por terminar...porque os que gostam e não deixam de criar gado, vão de atrás...”*.

Os entrevistados uruguaios que arrendam área de florestamento são obrigados a usar Equipamentos de Proteção Individual - EPI's (colete refletivo fluorescente e botinas, especialmente) quando dentro da área florestal. Caso algum responsável ver algum arrendatário sem utilizar EPI, o mesmo leva multa e normalmente ocorre o cancelamento do contrato.

Em Rosário do Sul, nenhum dos pecuaristas familiares arrenda terras de florestamento. A impressão que dá, conforme fala dos entrevistados, é que as empresas arrendam somente para os produtores maiores, compartilhando desse mesmo sentimento os entrevistados de Rivera. *“É difícil o pequeno ter vez no pastoreio, são raras exceções”* (Entrevistado 7 - Uy). Também temos que considerar que a proporção de área plantada é reduzida se comparada a Rivera.

A questão do **trabalho e mão de obra** reduziu para aqueles que faziam alguma “changa”⁴², resultado do esvaziamento das localidades rurais e mais, diminui a quantidade de mão de obra nas próprias estâncias, propriedades com quatro funcionários hoje possuem dois “fazendo força”.

Com relação a geração de emprego e mão de obra advindo do florestamento esse é sempre o discurso, a maior propaganda e uma das vantagens expostas pelas empresas florestais quando se vai expandir as áreas além da renda local e regional. Porém, na opinião dos pecuaristas não é bem assim que acontece na realidade.

⁴² Pequenos serviços, bico.

“Hoje por hoje não sei de ninguém que trabalhou/trabalha no florestamento” (Entrevistado 1 - Br). Para o entrevistado 11 (Uy) *“pode acontecer que tem um que outro que consegue pra passar algum veneno pra mata formiga, mas é pouca coisa, mão de obra mesmo só da boca pra fora, o pessoal vem todo de fora, não é daqui não”*.

Corroborando com os entrevistados, Bacchetta (2013, p.12, tradução nossa) conclui que “a expansão das plantações de monocultivos de árvores implica a substituição de atividades produtivas existentes no lugar [...]. por sua vez, a maioria dos empregos gerados nestas plantações são escassos, instáveis e de má qualidade”.

Para os pecuaristas familiares, as empresas florestais utilizam a estratégia de contratar empresas terceirizadas para os serviços necessários das plantações de árvores, como preparação da terra, plantio, manejo, poda, colheita, transporte, entre outros. Nota-se que com isso, as mesmas não se responsabilizam pelos encargos trabalhistas e das possíveis preocupações jurídicas, caso ocorrer. Além disso, a quantidade de empregos gerados pelo florestamento é pouco quando comparado com os vinculados à pecuária (ZUNINO, 2014).

Outro impacto citado é o **risco de incêndio** que os campos florestais possuem, na qual a temporada de alto risco se dá nos meses de dezembro à março (Figura 20). Para o controle e prevenção no Uruguai as empresas florestais participam do Plano Nacional contra Incêndios Florestais da Sociedade de Produtores Florestais (SPF) e no Brasil existe o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). Porém, é o pecuarista familiar arrendatário, que além de pagar a área para pastoreio, faz o controle e a prevenção dos incêndios (com a inserção dos bovinos nessas áreas os mesmos controlam e reduzem as fontes de propagação do fogo).

Figura 20 – Placa demonstrando que o risco de incêndio naquele momento era considerado muito alto (Rivera)



Fonte: pesquisa de campo (2015).

O risco de incêndio pode ser acarretado por causas naturais ou por ações antrópicas imprudentes (na sua grande maioria). Altas temperaturas, escassa umidade e a presença de ventos facilitam os riscos de incêndio e seu alastramento. As perdas são enormes, podendo vir a ocorrer morte e/ou ferimentos de animais, destruição de casas, bens e eletricidade, problemas de saúde humana, danos às vegetações e alteração do equilíbrio natural.

A **destruição da pastagem natural** para plantação de árvores exóticas origina a **redução da biodiversidade**. O florestamento não favorece a sobrevivência de plantas nativas debaixo das árvores, pois não há luz suficiente. Além de que, quando as árvores forem cortadas, restarão tocos e solo descoberto, tornando-se ambiente propício para invasoras. Algumas plantas como a *Pavonia secreta*, existem apenas em uma pequena região do Pampa, caso esse lugar for destruído possivelmente essa planta irá se extinguir, pois já está em grau criticamente ameaçada, alerta Boldrini (2009). A autora ainda destaca que o desaparecimento da flora local ameaça não apenas a fauna a ela associada como também os mananciais.

Os pecuaristas familiares mostram-se inquietos com essa questão do quanto se perde da biodiversidade local com a introdução do florestamento. Um dos entrevistados (3 - Br) pronuncia que *“não sei o que será desses campos depois que cortarem as árvores, voltar o mesmo, não volta, ou se volta leva anos e anos, isso não é coisa rápida, e garanto que mesmo assim não será como antes, é uma situação complicada”*. Outro afirma *“é uma pena o Estado não se importar com a destruição do que é o Pampa, do que é natural, o Estado ainda dá força, ajuda pra que venha as monoculturas pra cá, o dinheiro vale mais assim”* (Entrevistado 5 - Br).

Muitos pecuaristas familiares não resistiram à vinda das grandes empresas e optaram por deixar o seu território (**êxodo rural**), o seu modo de vida, o campo, ou se deslocaram para outras áreas. Foram compradas grandes extensões de terras (antigas fazendas ou estâncias) para realizar os plantios de eucalipto e aqueles pecuaristas familiares descapitalizados acabaram aproveitando o “gancho” para venderem suas terras e conseguiram investir em outras áreas, uns deixando a tradicional atividade de lado e outros seguindo em locais diferentes, porém de qualidade inferior. O esvaziamento demográfico das localidades rurais é uma preocupação do entrevistado 8 (Uy): *“a situação é alarmante, e o que mais me preocupa é que tá ficando terra sem gente, pensa comigo, a lógica não pode ser essa, se tem terra tem que ter gente...”*.

Isso resultou na “estrangeirização da terra”, e muitos destes pecuaristas compraram terras de menor valor em outros locais e hoje, conforme os entrevistados, se arrependem de terem tomado tal atitude. Além disso, outros optaram pelo arrendamento das propriedades, desvinculando o modo de vida e a identidade unida a paisagem típica do Pampa. Muitos desses possivelmente não tem claro os impactos da inserção de árvores exóticas e muito menos o estado/condições que estará o solo quando terminarem os contratos.

Com relação ao exposto, Arbeletche e Carballo (2007) denominam este processo de “agriculturização do Pampa”, ou seja, a ampliação da fronteira agrícola pelo avanço da soja ou monoculturas florestais, sobre terras antes dedicadas a pecuária de corte extensiva. Isso trouxe além da deterioração do ecossistema, o êxodo rural intensificado e a minimização na qualidade de vida desta população.

Estas transformações no uso do solo propagaram um intenso dinamismo no mercado de terras. O **aumento do valor da terra** (compra e arrendamento) é muito

expressivo tanto no Brasil como no Uruguai, tomamos como exemplo o caso uruguaio (Quadro 7), que comercializou 7,84 milhões de hectares no período de 2000 a 2015, sendo que 1 hectare de terra em 2000 valia 546 kg de carne e em 2016, 2153 kg, aumento de quase 400% no valor quando comparado a kg de carne, num período de 16 anos (DIEA/MGAP, 2017). No Rio Grande do Sul, na Metade Sul e na Fronteira Oeste, a valorização do mercado de terras chegou a 600% em 10 anos (INFORME ECONOMICS/FNP, 2013).

Quadro 7 – Evolução da quantidade de produto animal (em kg ou litros) e de produto vegetal (em kg) necessária para adquirir um hectare de terra

Ano	Produto animal			Produto vegetal			
	Carne/Terra	Lã/Terra	Leite/Terra	Arroz/Terra	Soja/Terra	Trigo/Terra	Madeira/Terra
2000	546	367	3023	4226	2732	3930	7439
2002	688	162	3814	3319	2421	5274	7584
2004	763	289	4631	4150	3303	4548	15420
2006	1155	629	6520	7303	5469	7075	22643
2008	1317	1131	5269	5622	3991	5674	29676
2010	1767	770	8228	10532	6929	12134	39434
2012	1772	1131	9139	13409	6349	13205	40080
2014	2162	1249	9149	14789	8571	15799	45883
2016	2153	1206	12071	16488	9213	21987	42510

Fonte: elaborado pela autora, a partir de DIEA/MGAP (2017).

O processo de aumento do preço das terras está relacionado de um lado pelo aumento dos preços internacionais das commodities e, por outro, do comportamento especulativo dos influentes que utilizam a terra enquanto reserva de valor. Nesse sentido, observa-se que o preço da terra atua como uma variável ajustada pelas empresas e que afeta especialmente produtores familiares, sendo assim, vendem suas terras, saem da atividade e não conseguem voltar pelo fato do preço da terra servir como uma barreira (BENÍTEZ; NEUMANN, 2015).

De acordo com os pecuaristas familiares, a expansão do florestamento com eucalipto e pinus estagnou no Pampa brasileiro, e principalmente em Rosário do Sul não se visualiza novos projetos de implantação de florestamento. As empresas que

estavam a frente da implantação da base florestal no Estado em 2004 era a Votorantim Celulose e Papel (VCP), a Stora Enso e a Aracruz Celulose S.A. No ano de 2009 ocorreram algumas mudanças ligadas a essas empresas florestais, as quais podem ter relação com esta ausência de progresso: a fusão da Aracruz com a Votorantim Celulose e Papel, dando origem a Fibria; a compra da fábrica de celulose da Fibria (Guaíba/RS) pela Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC - empresa de capital chileno), originando a Celulose Riograndense e a interrupção da Fibria e da Stora Enso de construírem suas fábricas de celulose no Estado (BINKOWSKI, 2015, p.1).

A autora ainda coloca que o contexto atual das três empresas que mais investiram na expansão do florestamento no Rio Grande do Sul são: a Aracruz Celulose S.A. (hoje Celulose Riograndense) que continua investindo em plantios na região da Depressão Central e Serra do Sudeste, e no final de 2015 inaugurou a ampliação da fábrica de celulose em Guaíba; a antiga VCP (hoje Fibria) permaneceu com as áreas de plantios na Serra do Sudeste e Encosta do Sudeste, já está em fase de colheita nestas áreas, porém, os investimentos em novas áreas estão introvertidos, a empresa estaria investindo em outros estados como o Mato Grosso do Sul e; a empresa Stora Enso permaneceu com os plantios na região da Campanha, algumas áreas já estão em fase de colheita, porém não está mais investindo na compra de terras no estado, já que passou a investir em terras uruguaias (Ibid., 2015, p.1).

Os municípios que apostaram na plantação de eucaliptos no Estado convivem com a incerteza. A situação é que da promessa de sete anos para o corte e produção de celulose já se passaram 10 anos, isso faz com que os municípios deixam de arrecadar impostos. Na época de implementação falava-se na instalação de uma fábrica de celulose nas margens do Rio Ibicuí⁴³, considerando que o processo de transformação madeira em matéria prima para o papel necessita de muita água, e a promessa de criar dez mil empregos. Entretanto, o investimento da fábrica que a Stora Enso iria fazer no Brasil foi levado para o país vizinho Uruguai (Punta Pereira – Departamento de Colônia), sob comando da Montes del Plata

⁴³ É o maior afluente do Rio Uruguai, com uma vazão anual média variando de 900 a 1000 metros cúbicos por segundo (terceira maior do RS). Sua bacia abrange 30 municípios, drenando uma área aproximada de 47.100 km².

(Stora Enso + Arauco), considerada uma das mais modernas do mundo (RBS NOTÍCIAS, 2017).

Além de todos os impactos citados que são provenientes do florestamento, em Rosário do Sul conforme a Força Tarefa de Combate aos Crimes Rurais e Abigeato da Polícia Civil (2017) o mato de eucaliptos serviu também de depósito para animais oriundos de abigeato⁴⁴. Alguns animais continham a marca à fogo⁴⁵ do produtor intacta e em outros animais as marcas estavam borradas, sobrepostas e com as orelhas cortadas (prática realizada para desaparecer com o sinal individual do produtor feito nas orelhas dos animais). Essas características são típicas de animais furtados.

No Pampa uruguaio muitos entrevistados relatam que a área de plantio já chegou ao topo, ao máximo na região. Constatou-se que os entrevistados identificam a presença das empresas Arauco, Stora Enso (Arauco + Stora Enso = Montes del Plata, capital sueco, finlandês e chileno) e Weyerhaeuser (capital americano) ligadas a cadeia florestal em Rivera e reconhecem que embora a Lei Florestal do Uruguai presume a isenção de impostos e tenha foco nos produtores, quem acabou se beneficiando foram as empresas florestais que conseqüentemente modificaram a estrutura e configuração deste espaço.

Porém, equivocam-se os entrevistados, no Departamento vizinho de Rivera, Tacuarembó, por exemplo, foi aprovado ano passado por unanimidade o Decreto 34/2017 - Resolução Nº 1736/2017 (JUNTA DEPARTAMENTAL, 2017) apoiando este setor, declarando o total interesse departamental da ampliação do patrimônio florestal, especialmente da empresa filandesa UPM Forestal, por 10 anos. Hoje, a UPM gestiona 254.000 hectares, sendo 154.000 área própria e o restante em campos de produtores associados.

Atualmente no Uruguai tem-se duas plantas de celulose em funcionamento: uma em Fray Bentos (Departamento de Río Negro) que iniciou suas operações em novembro de 2007 sob o domínio de Botnia, passando em 2009 a mãos da empresa filandesa UPM Forestal Oriental. A planta desse primeiro projeto gerou um grave conflito entre Uruguai e Argentina, que foi parar na Corte Internacional de Justiça. E,

⁴⁴ Crime de furto que envolve a subtração de animais, principalmente domesticados, como animais de carga e animais para abate, no campo e fazendas.

⁴⁵ O processo de marcação serve como identificação do produtor/propriedade a qual o animal pertence.

a outra já citada planta de celulose em Colônia, comandada por Montes del Plata deu início as atividades em 2014.

A vontade política dos que não apoiam este tipo de investimento e do povo perde força para o capital transnacional. Dito isso, é que se tem o projeto de instalação da segunda planta de celulose da UPM, e terceira planta do Uruguai. A mesma prevê ser construída no departamento de Durazno, no rio Negro, que atravessa o país e deságua no rio Uruguai.

Diante das transformações atuais, não podemos “mudar nossa cultura e tradição”, mas sim adaptá-las. Bencke (2007, p.2) assinala que

não podemos pensar na figura do gaúcho como algo estático, tipo peça de museu. A cultura e as tradições evoluem junto com as sociedades. O que não pode é mudarmos nossa cultura e nossas tradições pela imposição de interesses econômicos e pela falta de campos no futuro. É preciso garantir que nossa cultura evolua na presença de seu cenário mais típico: os campos de pecuária.

Para finalizar, compartilmos com Lana (2007, p.18) e deixamos algumas interrogações expostas por ele, as quais realmente nos fazem pensar e refletir sobre o assunto aqui exposto.

Para que transformar este ambiente único que temos ainda o privilégio de conhecer em um “deserto verde” de plantações de árvores que não são naturais na região? Para que comprometer a diversidade biológica, alterar a belíssima paisagem, transformar radicalmente o ambiente de formação do gaúcho por uma atividade cuja rentabilidade não alcança a do campo bem manejado, e cuja continuidade se resume a algumas poucas décadas? O que será das áreas florestadas daqui a 20 anos, quando o pinus e o eucalipto de rebrote não mais serão economicamente viáveis, e quando toda a diversidade biológica atual estiver extinta? Como promover a recomposição desses campos? E a que custos? Que explicações os que defendem a silvicultura na região darão para seus netos?

CONCLUSÃO

A promoção do crescimento econômico sobre o escudo do capitalismo faz emergir um novo cenário no Pampa brasileiro e uruguaio, um rural sem produtores, tomado por produtos do agronegócio (soja ou florestamento nesse caso). Um rural onde a paisagem perdeu sua essência única e heterogênea, dando espaço para a homogeneização. Um rural com a maximização dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Um rural com perda da biodiversidade local. Um rural que diversas comunidades locais deixaram de existir. Um rural em que há disputa de território: território do agronegócio x território da agricultura/pecuária familiar.

Mas, também um rural que embora ocorra disputas pelo território, ainda abriga (poucos) aqueles que resistem ao meio desse turbilhão de mudanças, um rural onde ainda tem pecuaristas familiares que continuam nos seus espaços, persistentes, mantendo sua identidade, porém, rodeados pelo florestamento. Assim, o objetivo central dessa tese foi responder o questionamento: quais os principais fatores de resistência que os sujeitos do Pampa brasileiro e uruguaio apresentam frente à expansão da monocultura de árvores; e as implicações do avanço desses cultivos na pecuária familiar?

Salienta-se que as conclusões expostas são exclusivamente representativas da amostra intencional e não probabilística, sendo assim, não podem ser generalizadas para a totalidade de pecuaristas familiares do Pampa brasileiro e uruguaio.

Verificamos que os campos da questão agrária (FERNANDES, 2009) presentes no Pampa uruguaio e brasileiro, são: 1) o território do agronegócio marcado pela grande escala, a homogeneização da paisagem, o esvaziamento do campo, o monocultivo e a produção para a exportação; 2) o território campesino marcado pela pequena escala, a heterogeneidade da paisagem geográfica e o policultivo e 3) o território campesino monopolizado pelo agronegócio, onde os campesinos seguem produzindo e vivendo no campo, mas subordinados ao grande capital, ao qual estão inseridos os pecuaristas familiares da presente pesquisa.

O que permeia nesses campos da questão agrária é o claro avanço do território do agronegócio, tornando os territórios de produção familiar subordinados. Isso deve-se ao fato de que pela busca do “desenvolvimento” os Estados primam pela agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário e não do paradigma da

questão agrária, assumindo assim, rumos que desestimam o território da agricultura/pecuária familiar.

Considera-se que a identidade de resistência (CASTELLS, 1999) uma das bases para a construção social da identidade, marcada por relação de poder, é vinculada aos pecuaristas familiares por estes não condizerem com os propósitos da modernização da agricultura, resistindo em seguirem na atividade tradicional da bovinocultura de corte extensiva, em meio a transformação do território a que pertencem através da inserção de outros segmentos agrícolas. Além disso, os pecuaristas familiares se identificam com o paradigma da questão agrária que mostra o camponês como sujeito subalterno que resiste ao capital. A resistência camponesa (PLOEG, 2008; SCOTT, 1985) é resultado de um modo de vida único, e da defesa sobre o mesmo, embora estando sob ameaça da lógica dominante da agricultura capitalista.

O lugar em que vivem dá sentido a identidade, e esta é formada por questões culturais, ou seja, é uma construção cultural. Quando falamos em Pampa, não tem como desvincularmos o patrimônio cultural do “ser gaúcho”. Nesse sentido, os símbolos formadores da cultura gaúcha que fazem parte do dia a dia dos sujeitos da pesquisa e que são passados de geração em geração são: o chimarrão ou mate – “bebida típica, ingerida desde cedo da manhã até o anoitecer, ou melhor, pode se tomar a qualquer hora”; o gado bovino e ovino – “que faz com que se tem o prazer e o gosto pelas lides campeiras e pela atividade de criação/produção em si”; o cavalo – “o fiel amigo, o companheiro de todas as “indiadas” necessárias”; as vestimentas (chapéu, bombacha, bota, poncho, guaiaca, faca, alpargata e lenço) – “roupas e acessórios necessários para o trabalho no campo, cada qual com seu objetivo”; o churrasco ou assado – “comida típica tradicional, de fácil preparo e pode ser feito em qualquer lugar; o folclore (músicas e festas típicas) – “entretenimento necessário para o sujeito do campo, para espairecer” e; o vocabulário – “dialeto gaúcho, palavras típicas utilizadas pelos gaúchos, que muitas vezes só entre eles se entendem”.

Os resultados evidenciados permitem confirmar a premissa inicial com referência ao objetivo geral: a resistência dos pecuaristas familiares do Pampa brasileiro e uruguaio de manterem seu modo de vida, mesmo diante dos impactos da expansão do florestamento nos seus sistemas produtivos são cunhados por

motivos não econômicos.

Percebemos que os fatores de resistência que fazem com que os pecuaristas familiares não desistam dos seus projetos de vida, do seu território e da atividade da pecuária em campo natural não estão focados em causas econômicas, e sim envolvem muito mais que lucro, abrangem questões culturais, familiares, ambientais e sociais e que estão conectadas entre si. Os fatores de resistência estão atrelados as raízes agrárias, a tradição familiar, ao apego a terra, ao modo de vida, a subsistência, a sucessão, ao gosto e prazer pela atividade campeira, a fauna, a flora e o campo, a liberdade, a natureza e a exaltação da beleza cênica.

Identificou-se essa resistência dos pecuaristas familiares como uma “adaptação ativa” e de certa forma como “resistência oculta” (SCOTT, 2000). Oculta no sentido de ser uma resistência escondida, que passa despercebida pelos setores públicos e privados, ainda mais por serem muito poucos os que ainda resistem, subsistem na invisibilidade socioeconômica, pressionada pelo agronegócio. Contudo, embora isso ocorra os entrevistados continuam fortalecendo o elo afetivo entre pecuária, natureza e modo de vida, sendo exemplo de resistência frente ao capital.

Apesar dos fatores de resistência atuarem com o intuito de manter o trabalho e a vida no campo por parte dos pecuaristas familiares, existe a contrariedade as plantações florestais nesses territórios. As implicações que a expansão do florestamento ocasiona segundo eles são diversas e de diferentes dimensões (ambientais, culturais e socioeconômicas).

Dentre as implicações ambientais são mencionadas o aumento de animais predadores, como o javali que destrói lavouras, mata animais jovens e come ovos de aves a campo; a redução das fontes de água, visualizado empiricamente pela maioria; o risco de incêndio que as plantações florestais podem acarretar poluindo o ambiente, prejudicando a fauna e flora local e a saúde das pessoas que estão próximas; as modificações na paisagem tornando-a um “deserto verde” e descaracterizando o típico do Pampa; a redução da biodiversidade e a destruição da pastagem natural para implementar uma atividade agrícola com espécies exóticas num ambiente histórica e culturalmente pastoril e afastando a possibilidade de contemplarem a beleza que o Pampa oferece (oferecia) ao menos nesses locais. São implicações que afetam o meio ambiente no todo.

O abandono da ovinocultura como consequência do aumento de animais predadores; o êxodo rural provocado pela venda das terras para empresas florestais; o esquecimento (invisibilidade) da categoria por estarem isolados no meio do florestamento e as modificações na paisagem são referidas como implicações culturais. Ou seja, auxiliam na perda da cultura pampiana, provocando uma ameaça ao patrimônio cultural e simbólico.

São aludidas como implicações socioeconômicas o abandono da ovinocultura, fruto da exclusão de uma atividade produtiva; a redução do número de animais bovinos produto da diminuição das áreas de pastoreio/arrendamentos; o aumento do valor da terra bastante significativo desde a implementação do florestamento e também da agricultura e o aumento dos animais predadores; o aumento de carrapatos nos animais que estão no florestamento, dificultando o controle; os fungos oriundos do eucalipto que se consumidos levam a morte bovinos, ovinos e equinos; a redução de trabalho e mão de obra por haver poucas propriedades rurais, bem como, o trabalho gerado no florestamento é reduzido, na maior parte são contratados terceiros; e o risco de incêndio. Implicações que comprometem o sistema produtivo, social e econômico das famílias.

De acordo com as implicações da redução dos animais bovinos e o abandono da ovinocultura, percebe-se a conexão com a forma de resistência que contempla a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração (PLOEG, 2009). Ou seja, excluindo a ovinocultura e diminuindo o número de animais bovinos do sistema produtivo é uma das implicações citadas e ao mesmo tempo percebemos que é uma adaptação necessária para que consigam continuar nas suas terras.

Considerando as monoculturas que vem no decorrer dos anos ocupando espaço no Pampa, salienta-se que a soja e o florestamento possuem dois processos distintos com relação à cadeia produtiva (consolidada ou não), embora a ameaça seja a mesma para o Pampa. Assim, faz surgir como questionamento: será que a resistência ancorada em valores não monetários, é em relação ao florestamento não possuir uma cadeia consolidada e atrativa? Evidenciando quiçá uma menor resistência de pecuaristas familiares em permanecer na atividade pecuária quando tratamos da soja, que possui uma cadeia consolidada, e; uma maior resistência em permanecer na atividade pecuária quando tratamos do florestamento, que possui

uma cadeia não consolidada. Ou seja, talvez a resistência em relação ao florestamento não seja a mesma em relação à soja.

Por fim, a pecuária familiar extensiva sobre pastagem natural mostra-se como a principal atividade econômica do Pampa, uma atividade que permite conciliar conservação dos campos, manutenção das famílias e da cultura gaúcha. O pecuarista familiar tem uma relação de confiança, afeto e prazer com o seu território, por isso persiste em resistir, e acaba por manter e auxiliar na preservação e na permanência da diversidade ambiental e social típica do Pampa brasileiro e uruguaio.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. de. **O gaúcho**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1986. p.66-83.
- ALVES, D. M. et al. Criação de bovinos em sistema silvipastoril com eucalipto: um risco para intoxicação por *Ramaria flavo-brunnescens*. **Pesq. Vet. Bras**, n.34, 2014. p.659-662.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005. 174p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ARBELETCHÉ, P.; CARBALLO, C. Dinámica agrícola y cambios en el paisaje. In: Simposio del Consejo Europeo de Investigaciones Sociales da América Latina – CEISAL. **Anais...** 2007.
- ARDENGHI, L.G. **Caboclos, ervateiros e coronéis**: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, RS: UPF, 2003. 284p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS - ARCO. 2013. Disponível em: <<http://www.arcoovinos.com.br/sitenew/index.asp?pag=1&codi=657>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CARNE DO PAMPA GAÚCHO DA CAMPANHA MERIDIONAL - APROPAMPA. **Dados**. 2007. Disponível em: <<http://www.carnedopampagaucho.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMPRESAS FLORESTAIS – AGEFLOR. **Negócios florestais internacionais**: a inserção do Brasil e do RS. Seminário de Silvicultura a Nova Fronteira de Desenvolvimento. Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- _____. **Árvores plantadas**. 2017. Disponível em: <<http://www.ageflor.com.br/noticias/wp-content/uploads/2017/08/A-INDUSTRIA-DE-BASE-FLORESTAL-NO-RS-2017.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- AZEVEDO, L. F. de. **SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS**: uma análise do modo de apropriação da natureza pelos pecuaristas familiares da Serra do Sudeste/RS. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

_____ ; FIALHO, M. A. V. **“Florestamento” no Pampa Brasileiro: a visão dos pecuaristas familiares do Território do Alto Camaquã/RS.** Revista Desenvolv. Meio Ambiente, v. 33, 2015. p.209-224.

BACCHETTA, V. L. **A fraude da celulose.** Porto Alegre: Dacasa, 2009. 228p.

_____. **Uruguay, empleos y producciones antes y despues de la forestación.** Grupo guayubirá, 2013. Disponível em: <<http://www.guayubira.org.uy/wordpress/wp-content/uploads/2013/09/empleos-forestacion-2013.pdf>>. Acesso em: 03 dev. 2018.

BARENHO, C. **Falta de política de conservação e preservação ambiental promove a conversão do Bioma Pampa gaúcho em monoculturas de eucalipto.** Centro de Estudos Ambientais. 2008. Disponível em: <<http://ongcea.eco.br/?p=122>>. Acesso em: 06 abril 2017.

BENCKE, G. A. Monoculturas podem decretar o fim dos pampas. **Entrevistas Instituto Humanitas Unisinos.** On-line. 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/4284-monoculturas-podem-decretar-o-fim-dos-pampasentrevista-com-glayson-ariel-bencke>>. Acesso em: 20 agos. 2017.

BENÍTEZ, G; NEUMANN, P. S. Estrutura e Funcionamento do Mercado de Terras no Uruguai. **Desenvolvimento em Questão.** Editora Unijuí, n. 31, 2015. p.356-394.

BENTANCOR, G. T. **Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas-Rivera (Uruguay) y Sant’ana do Livramento (Brasil).** Ateliê Geográfico, v.2, n.1. Goiânia-GO, 2008. p.18-42.

BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.** 2009. 211f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

_____. A expansão da floresta industrial no Rio Grande do Sul. Entrevista especial, **Instituto Humanitas Unisinos.** 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/543060-a-expansao-da-floresta-industrial-no-rio-grande-do-sul-entrevista-especial-com-patricia-binkowski>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BOLDRINI, I. L. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** PILLAR, V. de P., et al. [editores]. Brasília, MMA. 2009.

_____. 2013. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/florestas_artificiais_ameacam_biodiversidade_do_pampa/17032/>. Acesso em: 19 maio 2017.

BORBA, M. F. S., et al. Ecologização da Pecuária Familiar na Serra do Sudeste. **Documento Técnico, nº 98.** 2009. Disponível em:

<info.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/63681/1/DT98.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BOSSLE, B. **Dicionário Gaúcho Brasileiro**. Artes e Ofícios, 2003.

BRACK, P. O pampa gaúcho é alvo de biopirataria, denuncia ambientalista. **Revista do Instituto Humanitas**. São Leopoldo: Unisinos, ed.247, 2007. p.13-22. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1558&secao=247>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 48.316, de 31 de Agosto de 2011**. Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CAMPO E LAVOURA. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2013/12/cultivo-da-soja-comeca-ganhar-forca-na-regiao-da-campanha-do-rs.html>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

CARRIQUIRY, R. **Ganadería y Forestación: una visión del Silvopastoreo**. 6ª Jornada Técnica de Facultad de Veterinaria. Montevideo, Uruguay. 2009.

_____. **Análisis comparativo de la vulnerabilidad de la ganadería familiar en Brasil y Uruguay: el caso de la frontera Livramento-Rivera**. s/d. Disponível em: <http://www.planagropecuario.org.uy/publicaciones/revista/R141/R_141_32.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CARRIQUIRY, E.; PARERA, A. Incentivando la conservación de nuestras pampas. In: PARERA, A.; PAULLIER, I.; BOSSO, A. **Incentivos para conservar los pastizales naturales del Cono Sur. Una oportunidad para gobiernos y productores rurales**. 2012. p.25-31. Disponível em: <http://pastizalesdelsur.files.wordpress.com/2012/12/libro_bid_v10-2_carriquiry-y-parera.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política**. 2005. 435p.

CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO/ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - CSR/IBAMA. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite**. Acordo de cooperação técnica MMA/IBAMA: monitoramento do Bioma Pampa 2002 a 2008. Brasília. 2010.

CHAPIN, F. S. et al. Biotic control over the functioning of ecosystems. **Science**, 277, 1997. p.500–504.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Dados gerais do município de Rosário do Sul, RS**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

COTRIM, M. S. "**Pecuária familiar**" na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2003.

DIRECCIÓN DE ESTADÍSTICAS AGROPECUARIAS - DIEA/MGAP. **Censo General Agropecuario. Resultados definitivos**. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Estadísticas Agropecuarias, 2011. 146p.

_____. **Anuario Estadístico Agropecuario 2015**. Disponível em: <<http://www2.mgap.gub.uy/DieaAnterior/Anuario2015/DIEA-Anuario2015-01web.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **Anuario Estadístico Agropecuario 2017**. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/unidad-ejecutora/oficina-de-programacion-y-politicas-agropecuarias/publicaciones/anuarios-diea/anuario-estad%C3%ADstico-de-diea-2017>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO RURAL – DGDR. **Registro de Productores Familiares**. 2015. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,drural,drural-registro-de-la-produccion-familiar,O,es,0,>>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DIRECCIÓN GENERAL FORESTAL/MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA – DGF/MGAP. 2008. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,dgf,dgf-principal,O,es,0,>>>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. **Monitoreo de los Recursos Forestales**. Inventario Forestal Nacional - Resumen de Resultados. Montevideo. 2010.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER/RS. **Levantamento Pecuaristas Familiares no RS**, 2012. (Dados não publicados).

_____. **Estudo de situação Rosário do Sul**. 2014a.

_____. 2014b. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/pecuaria-familiar.php#.VEP6OiLF8u0>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FAGUNDES, A. A. E o gaúcho, morreu? In: GONZAGA, S; FISCHER, L. A. **Nós os Gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, pág. 95-98.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG/RS. 2014. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/index.php?idp=MTQ4>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. 2008a. 22p. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio**. 2008b. Disponível em: <<http://web.ua.es/en/giecryal/documentos/documentos839/docs/bmfunesp-6.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. Territorio, teoría y política. In: VELÁSQUEZ, F. L. y FERRO MEDINA, J. G. **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p.35-66.

FERNÁNDEZ, R. E.; CARÁMBULA, M. **Territorios en disputa: la Producción Familiar en el este uruguayo**. Pampa nº 8, 2012.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo**. 2005. 213f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

_____; ROZALINO, L.; OLIVEIRA, A. Comunidades rurais do pampa brasileiro: signos da natureza - identidade, religiosidade e preservação ambiental. In: VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. **Anais...** Buenos Aires, 2011, 17p.

FILIPPINI, A. **Exemplo uruguaio indica oposição à criação de fábricas de celulose**. In: 6º Seminário Internacional de Agroecologia. Porto Alegre. 2005.

FONDO NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR ARGENTINA – FONAF. 2004. Disponível em: <http://fonaf.com.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=28>. Acesso em: 22 jun. 2017.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.24, 2008. p.17-27.

FORÇA TAREFA DE COMBATE AOS CRIMES RURAIS E ABIGEATO DA POLÍCIA CIVIL. **Suspeitos da prática de abigeato são presos em Rosário do Sul**. 2017. Disponível em: < http://www.pc.rs.gov.br/conteudo/43968/suspeitos-da-pratica-de-abigeato-sao-presos-em-rosario-do-sul/termosbusca=*>. Acesso em: 13 jan. 2018.

FOSSATTI, M. **Producción rural familiar en Uruguay**: caracterización para la formulación de políticas diferenciadas. Oficina del IICA em Uruguay. 2006. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/uruguay/Documentos%20de%20la%20Oficina/CoyunturaAgropecuaria/coy-enero2007.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: CAB International, 1993.

GAUTREAU, P. **Florestación, Territorio y Ambiente**. 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina. Montevideo. Uruguay. Ed. Trilce, 2014.312p.

GERHARDT, M.; ZARTH, P. A. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA, A. F. (Org.). **Lavouras de destruição**: a (im) posição do consenso. Pelotas: UFPEL, 2009. p. 249-295.

GIDDENS, A. **The consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GINSBERG, M. **The Psychology of Society**. 9 ed. Londres: Methuen & Co., 1964.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

GRANDIN, T. Por que eu ainda trabalho para a indústria da carne? 2015. In: **Beef Point [on line]**. Disponível em: < <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/por-que-eu-ainda-trabalho-para-a-industria-da-carne-temple-grandin/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

GRANDO, J. W. **A peleja do eucalipto**: Nos pampas gaúchos, o duelo entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Monografia (TCC em Jornalismo), Departamento de Jornalismo Centro de Comunicação e Expressão Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002.

_____. Concepções de território para entender a territorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007. p.51.

_____ ; SANTA BÁRBARA, M. de J. **Identidade e migração em áreas transfronteiriças**. Ano III, nº 5, 2001. Publicação on-line. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_05/rogerio5.pdf>. Acesso em 29 out. 2017.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record. 3.ed, 2001. 501p.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** - Ed. Histórica 100 Anos, 5ª Ed. 2010.

INFORME ECONOMICS/FNP. 2013. Disponível em: <<http://informaecon-fnp.com/publicacoes/26>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INTENDENCIA DEPARTAMENTAL DE CERRO LARGO - IDCL. **Directrices de Ordenamiento Territorial**. Melo, 2016. Disponível em: <<http://www.cerrolargo.gub.uy/descripcion.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

INÁCIO, R. P.; SENNA, A. J. T. Caracterização da cadeia produtiva da madeira no município de Rosário do Sul - RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 3, 2014. p.291-305.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa de biomas do Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. **Pecuária - efetivos dos rebanhos – bovinos e ovinos**. 2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2011/ppm2011.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. **O histórico de Rosário do Sul**. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/rosariodosul.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE. **Censo 2011**. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/rivera.html>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

JACKSON, R. B.; et al. Trading Water for Carbon with Biological Carbon Sequestration. **Revista Science**, vol 310, 2005. p.1944-1947.

JUNTA DEPARTAMENTAL. **Resolución Nº 1736/2017, Decreto 34/2017**. Uruguai. Disponível em: <<https://juntatacuarembu.com.uy/jdt/wp-content/uploads/2017/04/ACTA-Nro.-24.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. São Paulo: EDUSC, 2002. 324p.

LANNA, E. O bioma pampa em risco? A plantação de pinus e eucaliptos. **Entrevistas Instituto Humanitas Unisinos. On-line**. 2007. p.17-22. Disponível em: <http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1199813241IHU_ON_LINE__dez1._2007___1197309137.15pdf.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LEFEBVRE, H. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

LITRE, G., et al. **Ganaderos Familiares Gauchos: Una opción hacia la producción sustentable?** The Journal of Asian Studies, v. 20, 2007. p.105-147.

LITRE, G. **Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no pampa do Uruguai, Argentina e Brasil**. 2010. 474f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Brasília, Brasília - Université Sorbonne Nouvelle, Paris. 2010.

LONG, N. Resistance, agency and counter-work: a theoretical positioning. In: WRIGHT, W.; MIDDENDORF, G. **The fights over food**. Pennsylvania: Penn State University Press, 2007a.

_____. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007b. 504 p. (Colección Investigaciones).

LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUTZENBERGER, J. A. **Índices de lotação pecuária para o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Comissão de Assuntos Fundiários da Federação de Agricultura do RS. FARSUL. 1997.

LOWE, S., et al. **100 of the world's worst invasive alien species: a selection from the Global Invasive Species Database**. Auckland: ISSG, 2004.

MADEIRA, M. Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Um documento morto? **Entrevistas Instituto Humanitas Unisinos. On-line**. 2007. p. 8-12. Disponível em: <http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1199813241IHU_ON_LINE__dez1._2007___1197309137.15pdf.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MANTERO, C. et al. **El complejo de base forestal: análisis y pronóstico preliminar**. Anuário 2008 OPYPA. 2008. p.205-237.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990. p.57-75.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELAZO, G. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.49-65.

MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA - MGAP. **Evaluación de la Sustentabilidad de las Actividades Agropecuarias en Unidades Familiares: Rescatando la Experiencia del Sistema de Fomento Rural y del Proyecto Producción Responsable**. Uruguay, 2010. Disponível em: <<http://www.cebra.com.uy/presponsable/adjuntos/2010/11/evaluacion-de-la-sustentabilidad-de-las-actividades-agropecuarias-en-unidades-familiares.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Registro de produtores familiares**. 2014. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,drural,drural-registro-de-productores-familiares,O,es,0,>>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008. 412 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Pampa - Conhecimentos e Descobertas**. s/d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/imagens/biomas/pampa/pampa_conhecimentos_e_descobertas_frente.jpg>. Acesso em: 08 maio 2017.

NABINGER, C. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropico brasileiro. In: Simpósio de Forrageiras e Produção Animal. **Anais...** UFRGS, Porto Alegre. 2006, p. 25-76.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: **Simpósio Nacional De Geografia Agrária**, 2., 2003, São Paulo. Disponível em: <<http://es.scribd.com/doc/25346227/Perspectivas-Da-Geografia-Agraria-22>>. Acesso em: 31 out. 2017.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil -nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **Global Forest Resources Assessment. Forestry Paper 163**. 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1757e/i1757e.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. **Livestock's long shadow – Environmental Issues and Options**. Programa LEAD. 2006. Disponível em: <www.virtualcentre.org/en/library/key_pub/longshad/A0701E00.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. . In: PILLAR, V. D. P. et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 403p.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência**. Relatório EJOLT. Nº 3, 2012. 108p.

OYHANTÇABAL, G. Los tres campos en la cuestión agraria en Uruguay. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 16, nº. 22, 2013. p.82-95.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. **Pesquisa e Planejamento**, vol 1, n.2, 1971. p.171-234.

PARERA, A. F.; CARRIQUIRY, E. **Manual de prácticas rurales asociadas al índice de conservación de pastizales naturales del Cono Sur de Sudamérica (ICP)**. Argentina: Aves Uruguay, 2014. 204p.

PILLAR, V. de P., et al. [editores]. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília, MMA, 2009. 403p.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2008. 372p.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.17-31 .

_____. **Nuevos campesinos**. Campesinos e imperios alimentarios. Barcelona: Icaria, 2010.

PORTO, R. G. et al. **O pecuarista familiar: emergência de uma nova categoria social no extremo sul do Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 26, n. 1/3, 2009. p.39-57.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA - PEVS/IBGE. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

QUADROS, F. L. F. de; TRINDADE, J. P. P.; BORBA, M. A abordagem funcional da ecologia campestre como instrumento de pesquisa e apropriação do conhecimento pelos produtores rurais. In: Pillar, V. de P.; Müller, S. C.; Castilhos, Z. M. de S.; Jacques, A. V. A. (Eds.). **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p.206-213.

_____ ; SOARES, E. M.; OLIVEIRA, L. B. de; RIBEIRO, C. M. Cuidar e fazer diferente. In: PILLAR, V. de P.; LANGE, O (Edts.). **Os campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos, UFRGS, 2015. p.143-147.

RBS NOTÍCIAS. **Municípios do RS que apostaram na plantação de eucalipto convivem com incerteza**. 2017. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/municipios-do-rs-que-apostaram-na-plantacao-de-eucalipto-convivem-com-incerteza/5805482/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

REVERBEL, C. **O gaúcho**. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986. 109 p.

REVISTA DA MADEIRA. REMADE. Nº 133. 2012. Disponível em: <<http://www.remade.com.br/br/index.php>>. Acesso em: 03 maio 2017.

RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. Pecuária familiar. **Série Realidade Rural**. Porto Alegre: EMATER RS/ASCAR, v. 34. 2003. p.11-46.

_____. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

RIELLA A., MASCHERONI P. **Desigualdades sociais y territorios rurales en Uruguay**. Pampa nº 07. Suplemento especial temático. 2011.

ROCHER, J. **Avanço da soja em xeque no Uruguai**. Agronegócio – Gazeta do Povo. 2015. Disponível em: <<http://agro.gazetadopovo.com.br/expedicao-safra/expedicao-safra-expedicao-safra/avanco-da-soja-em-xeque-no-uruguai/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de Inserção dos Pecuaristas Familiares do Rio Grande do Sul na Cadeia Produtiva da Carne**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Leona de Azeredo Pena. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. 295p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed, São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10.ed. São Paulo: Record, 2008.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven/London: Yale University Press, 1985.

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos**. Traducción de Jorge Aguilar Mora. México: Era, 2000. 314p.

SEMA/FEPAM/FZB. **Zoneamento Ambiental para Atividades Silviculturais**. Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente e Fundação Zoobotânica, Porto Alegre, 2007.

SILVA, A. C. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA NETO, B. e BASSO, D. (Org). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2005.

SILVEIRA, P. R., et al. O impacto dos novos empreendimentos florestais e das modernas lavouras de grãos nas tradicionais áreas de pecuária no RS: a despecuarização ou o reforço das estâncias? In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

SIMBERLOFF, D. **Invasive species: what everyone needs to know**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SIMÕES PIRES, F. **Gaúcho, o Dialeto Crioulo Rio-Grandense**. [s/d]. Disponível em: http://www.orbilat.com/Languages/Portuguese-Brazilian/Dialects/Brazilian_Dialects-Gaucho.html. Acesso em: 20 out. 2017.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS – SNIF. **Recursos florestais**. 2015. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas>. Acesso em: 14 maio 2017.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 303p.

SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. PILLAR, V. de P., et al. [editores]. Brasília, MMA, 2009. p. 42-59.

SCHWANZ, A. K. **Florestamento – Desenraizamento: a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho**. 2010. 217f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, S.; CORDEIRO, C. **Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano**. Belém. NAED/UFPA, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS - IUCN. **Acciones para conservar las pampas y campos de Sudamérica.** Resolução 4.044/2008 da IUCN. 2008. Disponível em: < http://intranet.iucn.org/webfiles/doc/IUCNPolicy/Resolutions/2008_WCC_4/Spanish/RES/res_4_044_acciones_para_conservar_las_pampas_y_campos_de_sudamé.pdf >. Acesso em: 05 maio 2017.

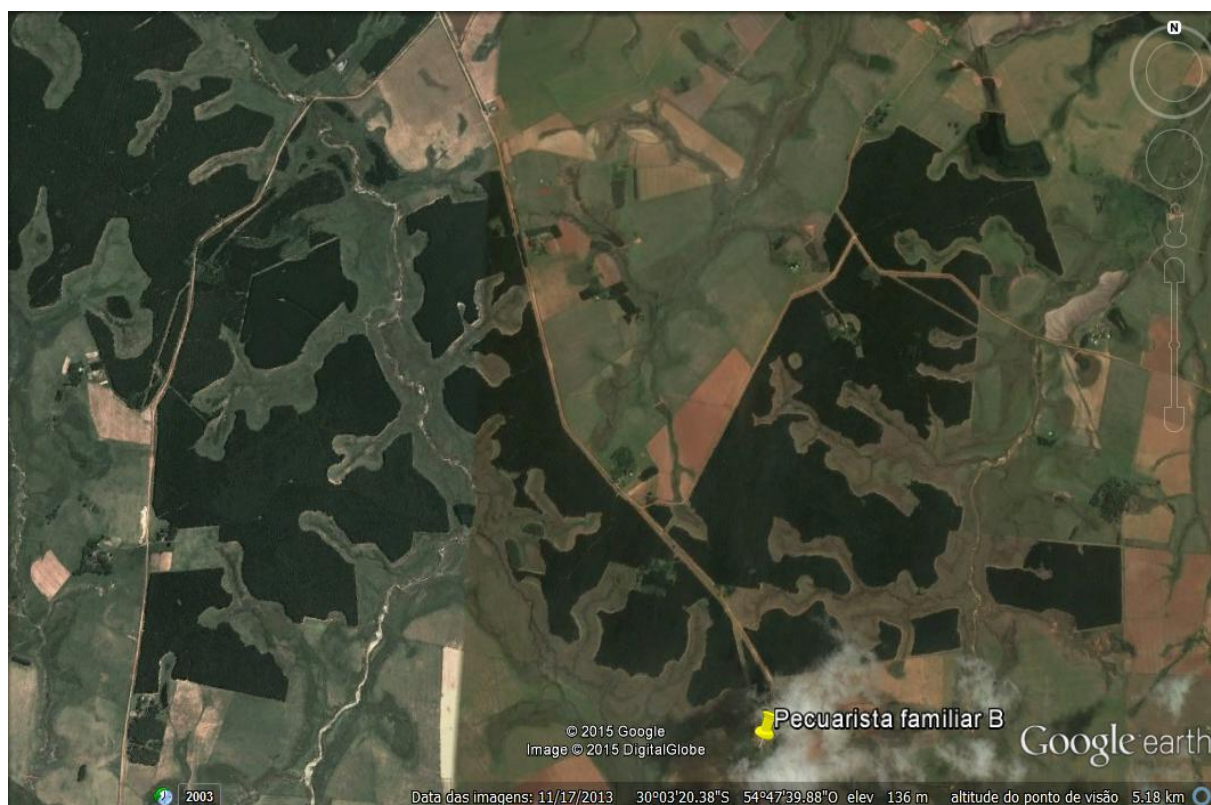
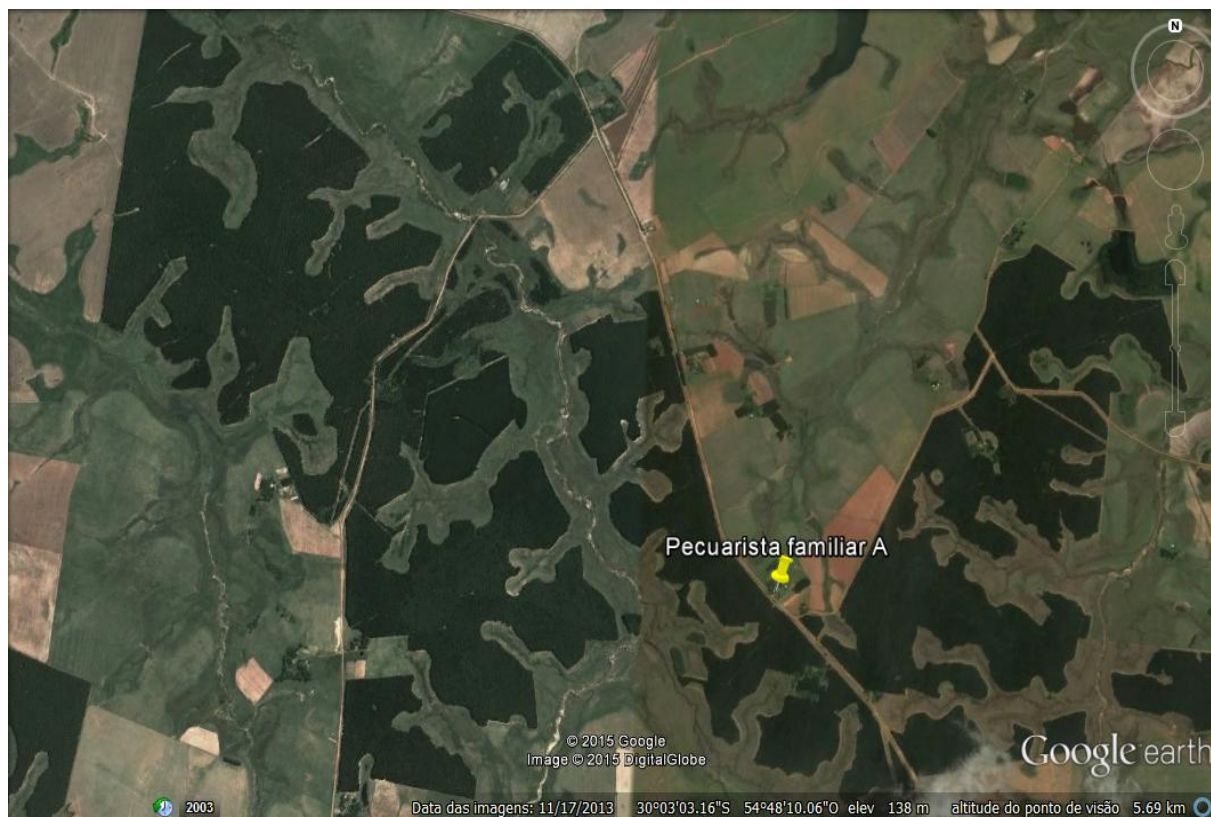
VASCONCELLOS, B. N.; BENEDETTI, A. C. P. Dinâmica temporal da cobertura florestal na microrregião Campanha Central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 4, n. 4, 2011. p.427-433.

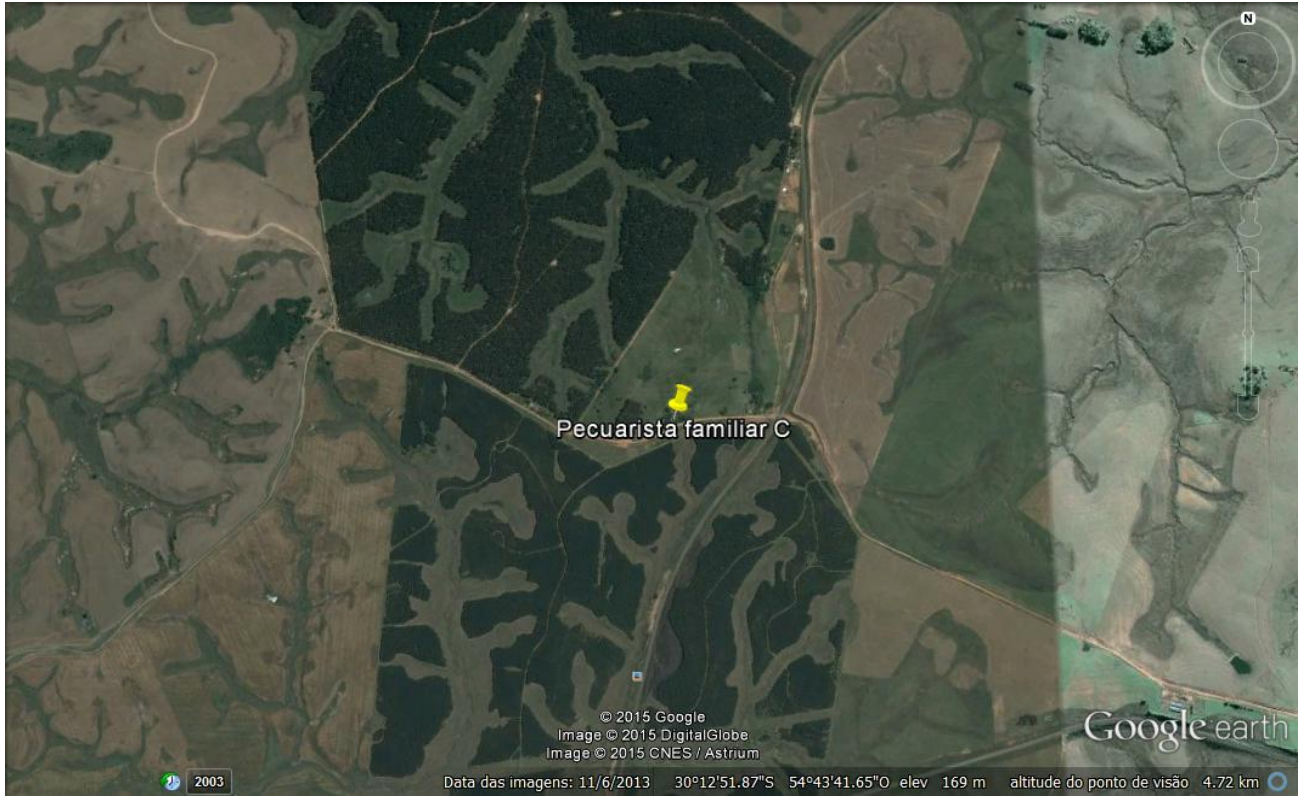
VEBLEN, T. B. **Veblen on Marx, Race, Science and Economics.** The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays. New York: Capricorn Books. 1969.

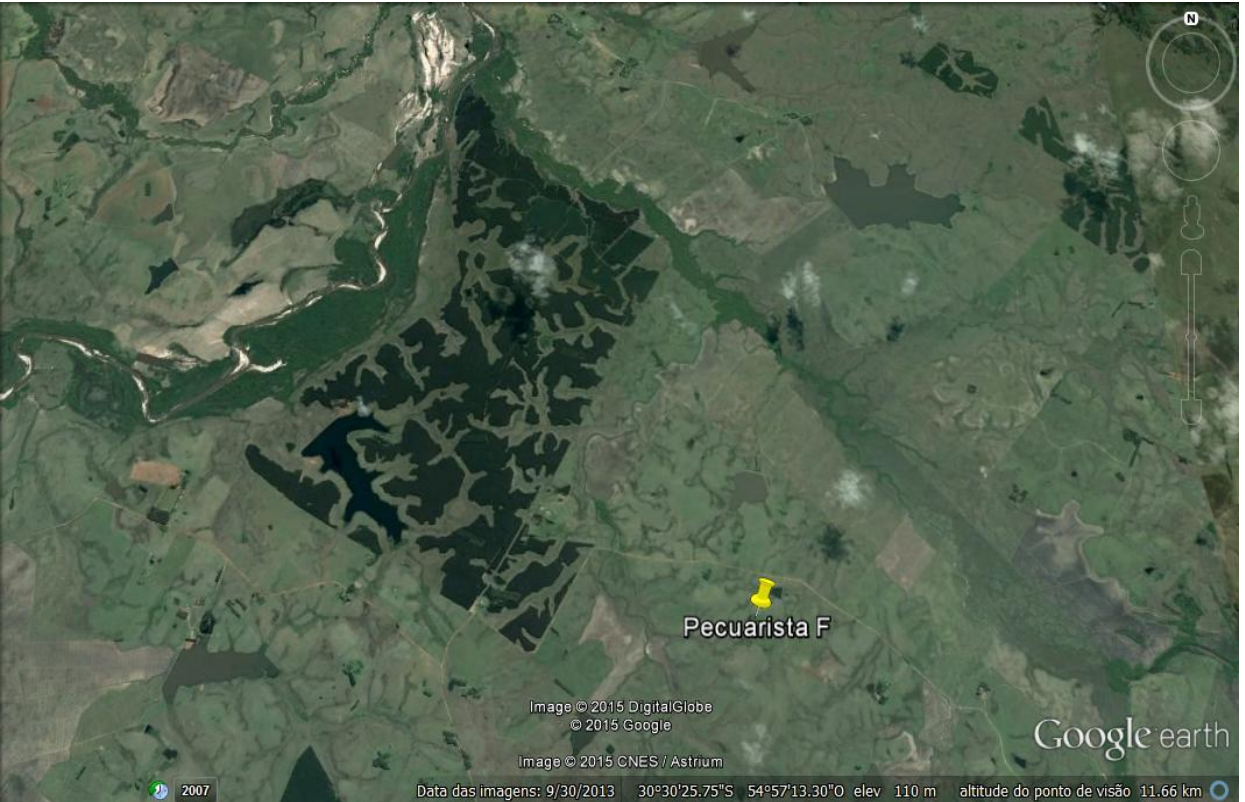
ZUNINO, A. **Trabajo y desarrollo en el Uruguay pos neoliberal.** UNILA, Foz do Iguaçu, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, 1995. p.37-57.

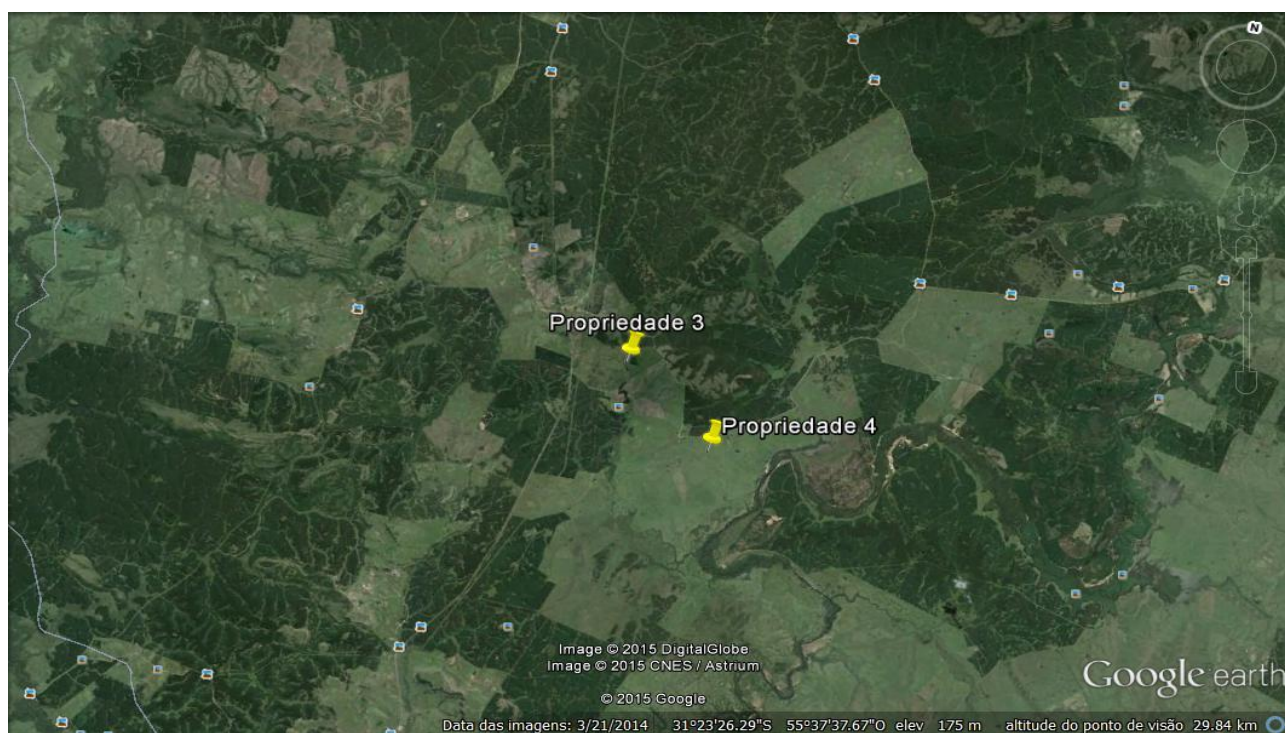
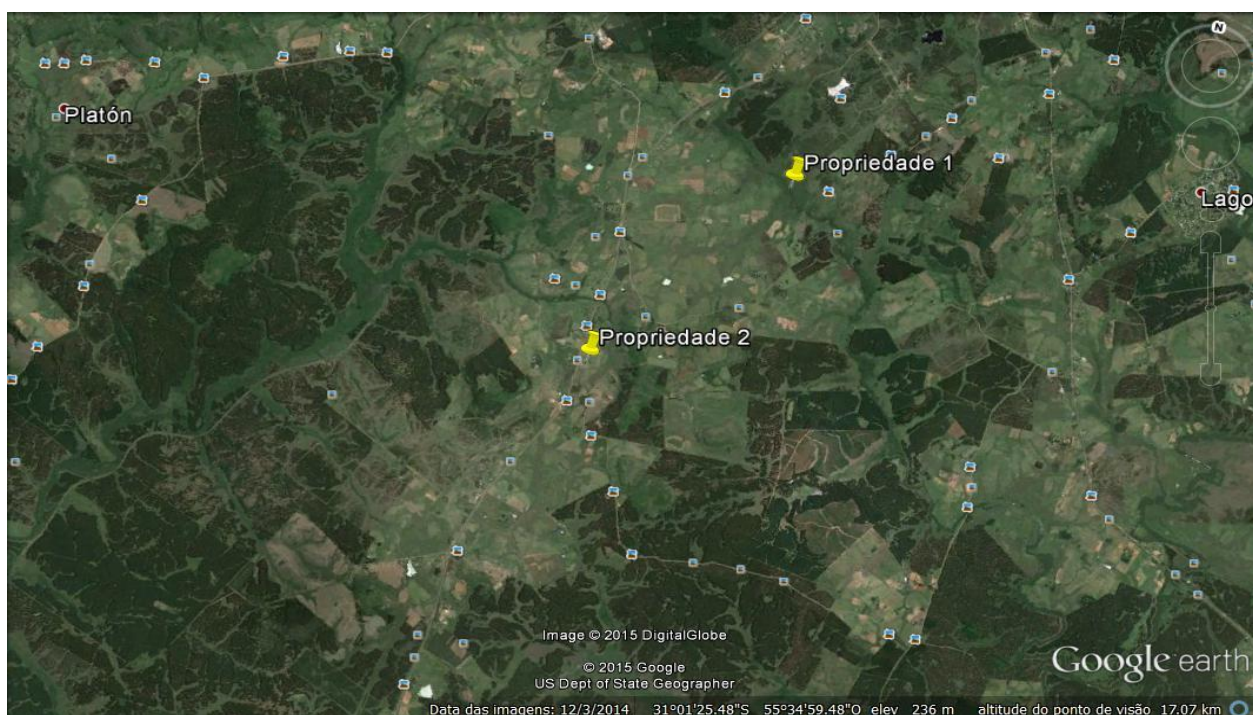
APÊNDICE A – Localização das propriedades brasileiras estudadas
(Fonte: Google Earth (2015), imagens de 2013).

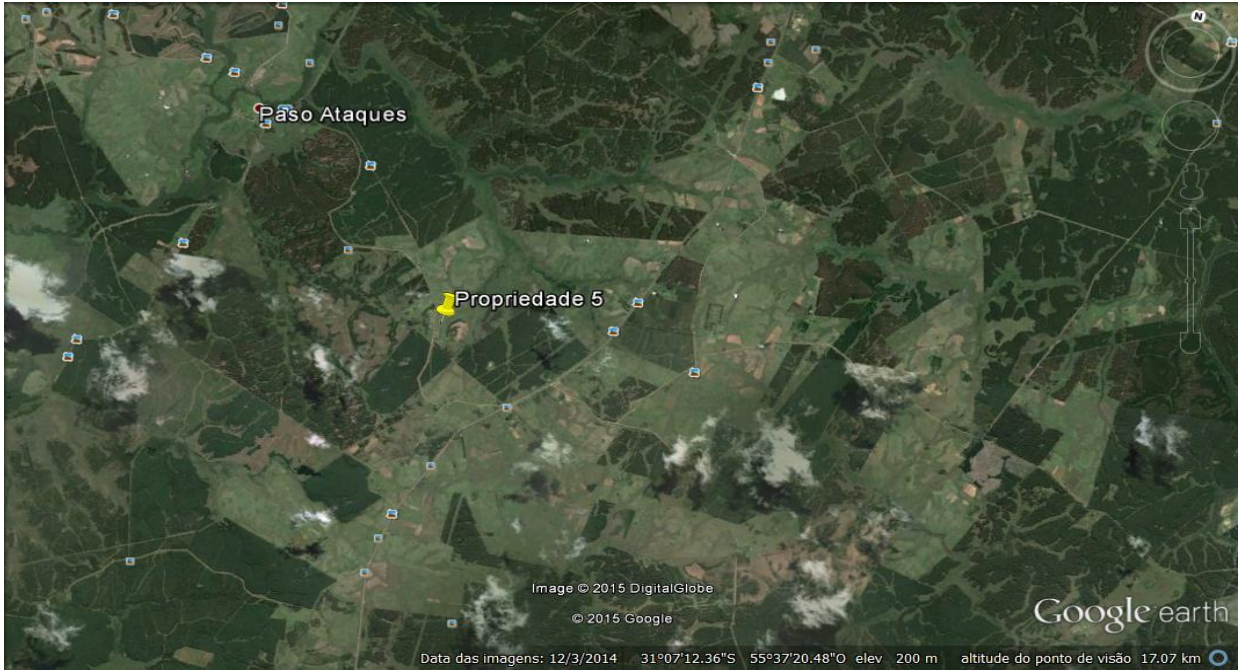






APÊNDICE B – Localização das propriedades uruguaias estudadas
(Fonte: Google Earth (2015), imagens de 2014).





APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA

“A RESISTÊNCIA DE PECUARISTAS FAMILIARES FRENTE A DINÂMICA DE EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO NO PAMPA BRASILEIRO E URUGUAIO”

Prezado(a) senhor (a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Você não será identificado(a) em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Nome do entrevistado:.....

Município/Localidade:.....

Distância da cidade:..... Data: ____/____/____

1. COMPOSIÇÃO FAMILIAR (somente das pessoas que residem na propriedade)

Nome/Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Grau de Esc.	Ocupação	Tempo p/ Ativ. Agric.

Grau de Parentesco: 1. Entrevistado; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Pais; 5. Outro

Escolaridade: 1. Analfabeto; 2. 1º Grau Incompleto; 3. 1º Grau Completo; 4. 2º Grau Incompleto; 5. 2º Grau Completo; 6. Superior Incompleto; 7. Superior Completo

Ocupação: 1. Pecuárta; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado; 7. Outro

Tempo dedicado à atividades agrícolas: 1. Integral (300 dias/ano); 2. Metade do tempo; 3. Eventualmente; 4. Nenhum

2. CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SISTEMA DE PRODUÇÃO

2.1. Qual o tamanho total da propriedade?

2.2. Como foi obtida?

() herança familiarha () compra de parentesha

() compra de terceirosha

() doaçãoha () parte herançaha

() parte compraha () outra situação

2.3 Quantos anos está na atividade da pecuária de corte?

2.4 Qual a principal fonte de renda da propriedade?

() pecuária () pecuária e lavoura () atividade não-agrícola () aposentadoria
() outra situação

2.5 Que tipo de sistema de criação é utilizado na bovinocultura de corte:

() cria () recria () cria/recria () recria/terminação () terminação () c.
completo Mudou nos últimos anos? Por quê?

2.5.1 E na ovinocultura?

2.6 Existem outras atividades agropecuárias desenvolvidas? Quais?

3. PERCEPÇÕES SOBRE O FLORESTAMENTO

3.1 Quando (ano) começou o florestamento nos arredores da sua propriedade?

3.2 Como o senhor avalia a inserção do florestamento na região?

Bom? Trouxe vantagens?

Ruim? Trouxe desvantagens?

Por quê?

3.3 Particularmente para o senhor houve implicações do florestamento para a pecuária familiar?

Sim? Não?

Se sim, qual(is)?

3.3.1 Implicações socioeconômicas:

3.3.2 Implicações culturais:

3.3.3 Implicações ambientais:

3.4 Como o senhor visualiza as transformações no cenário onde desenvolve seu modo de vida?

Modificou? Sim ou não?

3.4.1 Quais as principais transformações?

3.5 Qual a relação do senhor com as empresa florestais?

Como se dá?

Arrenda o florestamento para colocar o gado?

Qual valor é pago?

É feito contrato para arrendar?

Por quanto tempo (meses) vale o contrato?

Realiza algum trabalho auxiliar no florestamento?

3.6 Os vizinhos que venderam (arrendaram) as áreas de campo para as empresas florestais, foram para que lugar?

Abandonaram a atividade da pecuária ou continuam em outro local?

Será que algum se arrepende de ter vendido a área?

4. FATORES DE RESISTÊNCIA À EXPANSÃO DO FLORESTAMENTO

4.1 Na época que começaram a implantar o florestamento na região chegaram a oferecer para comprar a área de campo do senhor?

Sim ou não?

Se sim, porque não efetuou a venda?

Fale um pouco sobre estes motivos.

Que fatores estão ligados a essa resistência?

4.2 Considerando que eu (Letícia) fosse representante de uma empresa florestal, e estivesse aqui com o intuito de comprar sua área de campo, o senhor me venderia?

Sim ou não? Por quê?

ANEXO A – Dialeto gaúcho
(Fonte: Simões Pires, [s/d], p.1)

Abichornado – crioulo – acovardado, apequenado.

Afeitar – espanhol – fazer a barba.

Âiga-te (âigale-te) – espanhol – interjeição de surpresa que enaltece o que foi ouvido; âigate.

A la pucha (a la putcha) – espanhol – interjeição de surpresa que enaltece o que foi ouvido; âigate.

Alcaide – provavelmente espanhol, pois tem significado muito oposto do homônimo português, oriundo do árabe – cavalo velho, ruim inútil; serve para pessoas também.

Andar a/pelo cabresto – português – o mesmo termo que designa a condução do animal, indica que alguém está sendo conduzido por outro.

Andar de rédea solta – português – também se referindo a pessoas, significa que alguém não sofre controle estrito de nada nem ninguém; um momento de folga.

Bagual – crioulo – cavalo que não foi castrado; homem.

Balaquear – crioulo – gabar-se, mentir, conversar fiado; vanguardar-se.

Barbaridade – português – barbarismo. Tanto adjetiva como pode ser uma interjeição de espanto.

Bate-coxa – português – baile, dança.

Bombacha – espanhol platino – peça (calça) que caracteriza a indumentária gaúcha. Tem origem turca e foi introduzida na América pelos comerciantes ingleses, de presença marcante no pampa platino.

Buenacho – espanhol – muito bom, excelente; bondoso, cavalheiro.

Campanha – português – planície rio-grandense; pampa.

Capilé – francês – refresco de verão, feita com um pouco de vinho tinto, água e muito açúcar.

Castelhano – espanhol – indivíduo oriundo de Uruguai ou Argentino

Cevador – português – pessoa que prepara o chimarrão e o distribui entre os que estão tomando.

Charque – espanhol platino – carne de gado, salgada em mantas.

Chasque – quíchua – mensageiro, estafeta.

Chiru (xiru) – tupi – índio velho, indivíduo de raça cabocla.

Chucro (xucro) – quíchua – animal arisco, nunca domado; pessoa de mesmo temperamento ou sem empirismo, inexperiente.

Cusco – espanhol platino, provavelmente já emprestado do quíchua – cachorro pequeno e de raça ordinária (ou sem); guaieca.

De orelha em pé – português – da mesma forma que o animal de sobreaviso ergue as orelhas, tal supõe-se faça o homem.

Engasga-gato – português – ensopado feito com pedaços de charque da manta da barrigueira.

Garupa – francês - A parte superior do corpo das cavalgadas que se estende do lombo aos quartos traseiros; também usado para definir a mesma área no corpo humano.

Gaúcho – origem desconhecida – termo, inicialmente, utilizado de forma pejorativa para descrever a cruzada ibero-indígena, hoje é o gentílico de quem nasce no estado do Rio Grande do Sul.

Gauchada – crioulo – grande número de gaúchos; façanha típica de gaúcho, cometimento, muito arriscado, proeza no serviço campeiro, ação nobre, impressionante.

Gauderiar – espanhol platino – vagabundear, andar errante, sem ocupação séria; haragano.

Gaudério – espanhol platino – vagabundo, desocupado, nômade. Atualmente, é uma referência estadual ao povo da campanha, simplesmente, como gaúcho.

Guaieca – quíchua – invenção gauchesca que se usa sobre o “cinturão europeu”. Significa bolsa em sua língua original.

Guaieca – tupi – cachorro pequeno e de raça ordinária (ou sem), cusco.

Guri – tupi – criança, menino; serviçais que faziam trabalho leve nas estâncias.

Haragano – espanhol – Nômade, renitente; cavalo que dificilmente se deixa agarrar.

Japiraca – tupi – mulher de temperamento irascível, insuportável.

Jururu – tupi – triste, cabisbaixo, pensativo.

Macanudo – indicado como sendo espanhol platino – bom, superior, poderoso, forte, inteligente, belo rico, respeitável; um adjetivo positivo de uso genérico.

Mate – quíchua – bebida preparada em um porongo, com erva-mate e água quente; chimarrão.

Minuano – indicado como sendo espanhol platino – vento andino, frio e seco, que sopra do sudoeste no inverno.

Morocho – espanhol platino – moça morena, mestiça, mulata; rapariga de campanha.

Nativismo – português – amor pelo chão onde se nasce e sua tradição.

Orelhano (aurelhano) – espanhol platino – animal sem marca nem sinal; também serve para pessoas.

Pago – espanhol/português – lugar onde se nasceu. Como o gaúcho original era um nativo descendente de imigrantes e não pretendia deixar seu solo em hipótese alguma, o termo também designa, genericamente, a região da Campanha.

Pampa – quíchua – vastas planícies do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, coberta de excelentes pastagens que servem para criação de gado. Em quíchua, “pampa” significa “planície”.

Paisano – português/espanhol – patrício, amigo, camarada; camponês e não-militares.

Pêlo duro – espanhol – crioulo, genuinamente rio-grandense; também significa pessoa ou animal sem estirpe.

Poncho – origem incerta, araucano ou espanhol – espécie de capa de pano de lã de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, para a passagem da cabeça.

Puchero (putchero) – espanhol – sopão com muito vegetal e carne de peito, sem tutano e sem pirão.

Querência – espanhol – o lugar onde se vive. Derivado de “querer”, caracteriza o amor que o gaúcho tem pela sua terra.

Tapejara – tupi – vaqueano, guia ou prático dos caminhos; gaúcho perito, conhecedor da região.

Tchê – provavelmente espanhol – termo vocativo pelo qual se tratam os gaúchos. É o mesmo “che” (‘txê’) do espanhol, que se consagrou com Ernesto Guevara, o “Che”.

Topete – português/espanhol – audácia, arrogância, atrevimento; saliência da erva-mate que fica fora d’água na cuia de chimarrão.

Tropeiro – português/espanhol – condutor de tropas, de gado.